



ANO 2022

RELATÓRIO DE GESTÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

pedrogão grande

PQZ *F. J. M. P. S. B.*
MUNICÍPIO DE PEDRÓGÃO GRANDE

**RELATÓRIO DE GESTÃO E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS**

Ano de 2022

(de acordo com a Resolução n.º 2/2021, de 24 de dezembro do Tribunal de Contas)



Índice

I.	RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO.....	3
1.1	Introdução.....	4
1.2	Enquadramento e Principais Atividades Desenvolvidas	9
1.3	Definições.....	15
1.4	Grupo Autárquico e Perímetro de Consolidação.....	16
1.5	Entidades Excluídas da Consolidação.....	20
1.6	Método de Consolidação	21
1.7	Atividade Consolidada.....	25
1.7.1	Indicadores Económico-Financeiros	25
1.7.2	Demonstrações Financeiras Consolidadas	26
1.7.3	Comparabilidade	27
II.	BALANÇO CONSOLIDADO.....	28
2.1	Análise do Balanço Consolidado	29
III.	DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO	31
3.1	Demonstração das Alterações no Património Líquido - Consolidado	32
IV.	DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS CONSOLIDADOS.....	34
4.1	Análise da Demonstração de Resultados Consolidada	35
V.	FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS.....	37
5.1	Notas ao Mapa dos Fluxos de Caixa Consolidados	38
VI.	DEMONSTRAÇÃO EXECUÇÃO RECEITA	40
VII.	DEMONSTRAÇÃO EXECUÇÃO DESPESA.....	41
VIII.	DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL	42
IX.	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	43
X.	RELATÓRIO DE GESTÃO & CONTAS, CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS, RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO DA APIN.....	45
XI.	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO.....	46



pedrógão grande
município



~~OK~~

OK

PA.

I. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO



1.1 Introdução

Nos últimos anos, os municípios têm vindo a recorrer a formas organizacionais de diversa natureza, nomeadamente empresarial, desenvolvendo as suas atribuições e competências numa lógica de grupo municipal.

Este fenómeno, tem conduzido a uma situação em que a simples prestação e apreciação das contas individuais de cada entidade seja insuficiente, tendo em conta a necessidade de avaliação integrada do conjunto das atividades desenvolvidas e a necessidade de transparência e objetividade da informação pública. A análise das contas individuais não permite uma visão global da situação financeira do grupo municipal.

A consolidação de contas nos municípios surge, assim, como um passo necessário para melhorar a informação contabilística prestada pela administração local.

Esta ferramenta de Gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal, permitindo ainda, o estabelecimento de contas únicas representativas da atividade global e da situação do conjunto de entidades ligadas por interesses comuns.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. Tal deriva do n.º 1 do Art.º 75º, onde se refere que ***"sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas"***, designando-se ao abrigo do n.º 2 do referido artigo, por entidades consolidantes, significando deste modo, que o Município de Pedrógão Grande,



7
3.
B
A.

não tem de consolidar contas com associações de municípios ou com a comunidade intermunicipal.

De acordo com o preconizado no n.º 3 do mesmo artigo, as entidades a incluir no perímetro de consolidação, são aquelas em que se possua a maioria do capital social (ou equivalente) e/ou se detenha poder de controlo sobre as mesmas, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade, a fim de beneficiar das suas atividades, sendo que o Município não se inclui nesta situação, dada a não verificação dos pressupostos que a seguir se elencam:

- Serviços municipalizados e intermunicipalizados, a detenção, respetivamente, total ou maioritária, atendendo, no último caso, ao critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- De natureza empresarial, a sua classificação como empresas locais nos termos dos artigos 7.º e 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- De outra natureza, a sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado, com base, designadamente numa das seguintes condições:
 - a) De poder, como sejam a detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou regulamento interno e a faculdade de designar, homologar a designação ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão;
 - b) De resultado, como sejam o poder de exigir a distribuição de ativos ou de dissolver outra entidade.

E ainda se se verificar, relativamente a outra entidade, pelo menos um dos seguintes indicadores de poder ou de resultado:

- Faculdade de vetar orçamentos;



- A possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões do órgão de gestão;
- A detenção da titularidade dos ativos líquidos com direito de livre acesso a estes;
- A capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios;
- A assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos da outra entidade.

Devem também, nos termos do n.º 6 do Art.º 75º, as empresas locais que integrem o sector empresarial local, ser consolidadas, na proporção e independentemente da participação ou detenção do município, enquadrando-se o Município de Pedrógão Grande, desde o ano de 2019 nesta condição, resultante da criação e integração na APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A., entidade detida na totalidade por Municípios, detendo o Município de Pedrógão Grande 5,54%.

As demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2022 do Município de Pedrógão Grande foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP), onde os interesses em outras entidades são regulados pelas seguintes normas:

- ✓ Norma de Contabilidade Pública (NCP) 21 – Demonstrações Financeiras Separadas: O objetivo desta Norma é prescrever os requisitos de contabilização e divulgação aplicáveis aos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos, ou associadas quando uma entidade prepara demonstrações financeiras separadas;
- ✓ NCP 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas: O objetivo desta Norma é prescrever princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias entidades;
- ✓ NCP 23 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos: O objetivo desta Norma é prescrever o tratamento contabilístico dos investimentos em associadas



e empreendimentos conjuntos e definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial no tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos;

- ✓ NCP 24 – Acordos Conjuntos: O objetivo desta Norma é prescrever os princípios de relato financeiro das entidades com interesses em acordos controlados conjuntamente (ou seja, acordos conjuntos).
- ✓ Adicionalmente, podem ainda aplicar-se as seguintes normas: NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras; NCP 16 – Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio; - NCP 18 – Instrumentos Financeiros; - NCP 20 – Divulgação de Partes Relacionadas; EC – Estrutura Conceptual.

Apesar da NCP 22 e restantes normas conexas, numa primeira análise indiciarem uma redução de critérios para o estabelecimento do perímetro de consolidação, o que à primeira vista poderia resultar numa diminuição do perímetro de consolidação, importa salientar, que à exceção da Portaria 474/2010, de 1 de julho, os restantes diplomas legais, mantém-se em vigor. Desta forma e atendendo que até muitas das entidades estavam já obrigadas a integrar o perímetro de consolidação por esses mesmos diplomas, tal como se verá adiante, verifica-se que o perímetro de consolidação não sofre alterações decorrentes da introdução do SNC-AP.

Assim e em cumprimento do disposto no nº 2 do artigo 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, compete ao órgão executivo apresentar ao órgão deliberativo os documentos de prestação de contas consolidadas, de forma a serem apreciados e votados na sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte a que respeitam.



Estabelece ainda o nº 4 do artigo 52º da Lei nº 98/97, de 26 de agosto, na sua atual redação, que *"As contas são remetidas ao Tribunal até 30 de abril do ano seguinte àquele a que respeitam, sem prejuízo de as contas consolidadas serem remetidas até 30 de junho."*



Q J
F B. M
Cay M

1.2 Enquadramento e Principais Atividades Desenvolvidas

Integram a APIN os Municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares.

Reveste a natureza de Empresa Intermunicipal, regulada pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e, subsidiariamente, pelo código das sociedades comerciais. Obedecendo ao regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, por força da Lei n.º 73/2013, de 13 de setembro e a Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, condicionando o regime de financiamento aos limites legais de endividamento municipal e demais regras aplicáveis.

Nos termos dos seus estatutos, a APIN tem por objeto a gestão de serviços de interesse geral, e mais concretamente a exploração e a gestão do Sistema Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, que agrupa os sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos dos supracitados Municípios, no respetivo território. Esta atividade foi formalizada através de um Contrato de Gestão Delegada dos 11 Municípios para a APIN, celebrado a 2 de outubro de 2019, por um período mínimo de 30 anos contados a partir do dia seguinte ao termo do período de transição. As atividades de abastecimento público de água às populações, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos constituem serviços públicos de caráter estrutural, essenciais ao bem-estar geral, à saúde pública e à segurança coletiva das populações, às atividades económicas e à proteção do ambiente. Devem por isso obedecer a um conjunto de princípios, entre os quais se destacam a universalidade de acesso, a continuidade e a qualidade do serviço, a eficiência e a equidade de preços.



78
28
B
O
N.

Ao terceiro ano de atividade a APIN passou a ter maior notoriedade e visibilidade junto dos seus stakeholders, designadamente clientes e acionistas, sobretudo por ter sido um ano marcado pelo avanço e pela concretização dos projetos e obras, previstos no plano de investimentos. Inicialmente, a relação entre a empresa e os seus clientes revelou-se complexa, contudo, durante o ano de 2022, foi possível comprovar que tem evoluído favoravelmente. Os indicadores referentes à gestão de reclamações e à linha de apoio ao cliente são positivos, sendo este facto evidente através da redução significativa do número de chamadas por parte dos clientes, segundo consta do relatório de gestão e contas de 2022 da APIN.

A 31/12/2022 a APIN tinha 31 candidaturas aprovadas, tal como consta do quadro abaixo:

Concelho	N.º Candidaturas aprovadas			
	AA	AR	RU	Total
Almeidazere	-	2	-	2
Ansião	-	2	-	2
Castanheira de Pera	-	1	-	1
Figueiró dos Vinhos	-	1	-	1
Góis	-	-	-	-
Lousã	7	3	1	11
Pampilhosa da Serra	-	-	-	-
Pedrógão Grande	-	5	-	5
Penela	-	1	-	1
Vila Nova de Poiares	-	3	1	4
Almeidazere e Figueiró dos Vinhos	-	1	-	1
Sistema APIN	1	1	1	3
Total	8	20	3	31

Para o concelho de Pedrógão Grande, no final de 2022 encontrava-se concluída (sem receção provisória) a obra referente ao Projeto de Execução de Saneamento de águas residuais de ligação à ETAR de Derreada – Lote A, a que corresponde a operação POSEUR-03-2021-001224. Durante o ano de 2022 iniciaram-se diversas obras ao abrigo de fundos comunitários do POSEUR, no concelho de Pedrógão Grande, nomeadamente:

- ✓ POSEUR-03-2021-001221 – Projeto de Execução do Sistema de Saneamento de Águas Residuais de Vila Facaia – Lote B;



- ✓ POSEUR-03-2021-001222 – Projeto de Execução do Sistema de Saneamento de Águas Residuais de Pinheiro Bordalo, Altardo, Graça, Casal dos Ferreiros e Casal da Francisca – Lote C;
- ✓ POSEUR-03-2021-001220 – Projeto de Execução do Sistema de Saneamento de Águas Residuais de Vale do Barco e Vale de Góis – Lote D;
- ✓ POSEUR-03-2021-001225 – Projeto de Execução do SAR de Tojeira – Lote E;
- ✓ POSEUR-03-2021-001220 – Projeto de Execução do Sistema de Saneamento de Águas Residuais de Pedrogão Grande e São Mateus – Lote F;



A APIN cobre uma área de cerca de 1.900 km², com cerca de 79,5 mil habitantes, dos quais aproximadamente 60 mil são clientes.

A acessibilidade física e a taxa de atendimento do serviço de abastecimento de água e do serviço de gestão de resíduos urbanos e a qualidade da água são globalmente boas, havendo alguns Municípios com baixas taxas de atendimento do serviço de saneamento de águas residuais.



No conjunto dos 11 Municípios existiam, a 31 de dezembro de 2022, nos sistemas de abastecimento de água, 202 captações, 2.675 km de redes, 146 estações de tratamento de água, 362 reservatórios, 116 estações elevatórias de abastecimento de água e 140 pontos de entrega (alta). Nos sistemas de saneamento existiam 589 km de redes, 36 ETAR, 53 fossas sépticas coletivas e 54 estações elevatórias e 27 pontos de recolha (alta). Os resíduos urbanos contavam com 10.823 contentores e 21 viaturas.

No decorrer do ano de 2022, a APIN foi inevitavelmente afetada pelo contexto nacional e pela conjuntura internacional que ao nível económico e financeiro tem provocado uma elevada inflação de preços. Esta exerce, por consequência, uma forte pressão na estrutura de custos das empresas do sector. Importa relevar, entre outros fatores, o aumento dos custos energéticos e fornecimentos e serviços externos e, a subida exponencial de custos com o tratamento de resíduos, resultante do aumento da tarifa aplicada pela ERSUC em 2022. Esta alteração representou para a APIN um acréscimo de despesas superior a 50%, na área dos resíduos urbanos.

A atividade da APIN encontra-se sujeita à regulação económica por parte da ERSAR e rege-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como pelo Contrato de Gestão Delegada. Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do caráter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos sectoriais nacionais. A atividade da APIN, de exploração de sistemas de titularidade municipal, obedece ao Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua redação atual.

No que diz respeito a resultados, a APIN no ano de 2022, apresentou um Resultado Líquido Negativo de 1,7 milhões de euros, tal como consta no quadro abaixo:



Resultados	2022	2021
Resultado antes de depreciações, financiamento e impostos	-1 265 893	-2 026 204
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)	-1 984 613	-2 438 156
Resultado antes de impostos	-2 129 137	-2 526 042
Imposto sobre o rendimento do período	-9 177	-11 232
Imposto diferido	440 708	377 135
Resultado líquido do período	-1 697 606	-2 160 139

Quadro 1 – Resultados APIN, 2021-2022

Apresentam-se de seguida alguns acontecimentos e fatores que influenciaram e contribuíram para a performance negativa da Empresa em 2022, nomeadamente:

- ✓ Em janeiro de 2022, a APIN anunciou o lançamento do projeto – Eficiência Hídrica, integrado no Plano Estratégico de Controlo de Perdas do Sistema de Abastecimento de Água, cujo investimento ascende a 5 milhões de euros. Trata-se de um investimento de grande escala, transversal a todos os concelhos e de extrema importância na defesa na sustentabilidade ambiental;
- ✓ Fruto da necessidade de prestar um serviço de atendimento de proximidade ao cliente, a APIN, abriu mais um posto de atendimento e de apoio ao cliente, situado no Município de Góis;
- ✓ Foram celebrados 39 contratos de empreitadas, equipamentos e outros investimentos, contemplados nas operações cofinanciadas pelo POSEUR. O valor total destes ascende aos €20,4 milhões (sem Iva) a que corresponde a um apoio comunitário no valor de €16,3 milhões;
- ✓ Na área do serviço de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, foram concluídas cerca de uma dezena de empreitadas, cofinanciadas pelo POSEUR, em diferentes municípios, perspetivando-se que as restantes tenham o seu término previsto até ao final de 2023;



- ✓ Teve início o projeto SIC-APIN (Sistema Intermunicipal de Compostagem da APIN), transversal a todos os municípios que integram a agregação. Esta operação representa um investimento de cerca de € 1,3 milhões;
- ✓ No final do ano, a APIN viu aprovadas três candidaturas de investimentos associados aos bio-resíduos, submetidas ao Fundo Ambiental, através da Comunidade Intermunicipal de Coimbra e de Leiria. No âmbito destas três operações de "RecolhaBio", vai ser possível adquirir viaturas elétricas, adaptadas às várias atividades associadas à recolha de bio-resíduos, contentores e baldes para distribuição aos clientes, software de gestão, entre outros equipamentos;
- ✓ Assiste-se em 2022 a um aumento do número de clientes de água (+ 581). Encetaram-se contactos com todos os municípios e juntas de freguesia do Sistema APIN no sentido de solucionar as questões relacionadas com os locais não monitorizados, nomeadamente: infraestruturas municipais, fontanários, jardins públicos, redes de incêndio, lavadouros e bebedouros, WC públicos e parques municipais. Registou-se igualmente a subida do número de clientes de saneamento (+ 1.013), refletindo, assim, as novas integrações na rede de saneamento.



1
B
X

anterior
7
18
Q
P.

1.3 Definições

Entidade mãe ou entidade consolidante:

É o município que controla uma ou mais entidades.

Perímetro de consolidação:

Abrange o conjunto de entidades cujas contas vão ser objeto de consolidação e face às quais se tem de apresentar demonstrações financeiras consolidadas.



?

Y 38 18

1.4 Grupo Autárquico e Perímetro de Consolidação

Grupo Autárquico

Conforme preconizado nas disposições legais constantes do n.º 3, do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais, “o Grupo Autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades”. Assim, o Grupo Autárquico é composto pelo Município de Pedrógão Grande e as entidades que de forma direta ou indireta são controladas por este, sendo que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

Neste sentido, e tendo por referência a Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, as entidades que constituem o Grupo Autárquico do Município de Pedrógão Grande são as seguintes:

Denominação	Natureza da entidade	NIPC	Valor subscrito	Data subscrição	%	Valor contabilizado a 31/12/2022	Observações
Águas do Vale do Rejo, S.A.	Societaria	513606130	240 185,00 €	01/03/2002	0,29	240 185,00 €	-
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A.	Societaria	503004405	18 135,00 €	01/09/1996	0,21	18 135,00 €	-
APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior	Societaria	515515507	60 940,00 €	16/07/2019	5,54	60 940,00 €	-
PETROENSINO - Ensino e Formação Profissional, Lda	Societaria	504505890	420 210,00 €	01/09/1999	48,3	602 294,43 €	-
CESAB - Centro de Serviços do Ambiente	Não Societaria	502883308	21 500,00 €	31/12/2014	2,89	21 500,00 €	-
MATREZE - Matadouro Regional do Zêzere, S.A.	Societaria	501491821	17 458,00 €	30/05/2003	2,91	-	-
FAM - Fundo de Apoio Municipal	Outros-Fundo	513319182	195 664,50 €	16/06/2015	0,05	195 664,50 €	-
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Não Societaria	501627413	-	22/02/1985	-	-	Quota Anual de 4.423,76€
APMCH - Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	Não Societaria	502131047	-	11/10/1988	0,06	-	Quota Anual de 357€
AMREN2 - Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2	Não Societaria	514051744	-	05/11/2016	-	-	Quota Anual de 1.200€
CIMRL - Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria	Não Societaria	508035546	-	02/04/2014	10	-	Quota Anual de 5.000€
AREAC - Agência Regional de Energia e Ambiente do Centro	Não Societaria	513118357	-	30/05/2003	-	-	Quota Anual de 1.650€

Quadro 1 – Grupo Autárquico do Município de Pedrógão Grande, 2022



Perímetro de Consolidação

O artigo nº 7 do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, estabelece, em matéria de consolidação de contas, e quanto ao perímetro de consolidação, o seguinte:

- ✓ Perímetro de Consolidação de Natureza Orçamental da Administração Local (NCP26) -
Conjunto das entidades incluídas no subsetor da administração local nas últimas contas setoriais publicadas pelo INE, IP, em cumprimento do SEC20101;
- ✓ Perímetro de Consolidação de Natureza Financeira da Administração Local (NCP 22) -
Entidades controladas pela administração local.

As demonstrações consolidadas orçamentais e financeiras consubstanciam perímetros diferentes. No entanto, não se trata de duas prestações de contas consolidadas diferentes, mas sim de mapas distintos na mesma prestação de contas consolidada.

Perímetro de Consolidação de Natureza Orçamental

Em termos de consolidação orçamental, esta é regulada pela NCP 26 do SNC-AP, a qual refere no parágrafo 23: “*No caso da Administração Local, o perímetro de consolidação será composto pelo conjunto de entidades incluídas neste subsetor nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais.*”

De referir que mesmo que as entidades estejam na referida listagem só será possível consolidar de forma minimamente eficaz com a mesma, caso estas possuam uma contabilidade orçamental idêntica à prevista pela NCP26, ou pelo menos muito similar e esta existir de uma forma completa e devidamente aprovada pelos órgãos competentes.



Conforme prevê o § 35 da NCP 26, na consolidação de natureza orçamental, o método utilizado é o método de consolidação simples, que se aplica para efeitos de preparação de demonstrações orçamentais consolidadas sendo suportado pelas contas da classe 0 - contabilidade orçamental.

Este método, consiste na soma algébrica de rubricas equivalentes, de obrigações, de pagamentos, de liquidações e de recebimentos das demonstrações orçamentais individuais das entidades pertencentes ao perímetro de consolidação e na posterior eliminação, tendo em consideração as entidades dependentes de cada um dos níveis de consolidação, dos saldos resultantes de obrigações e liquidações recíprocas por natureza, assim como dos saldos de pagamentos e recebimentos de operações internas por natureza.

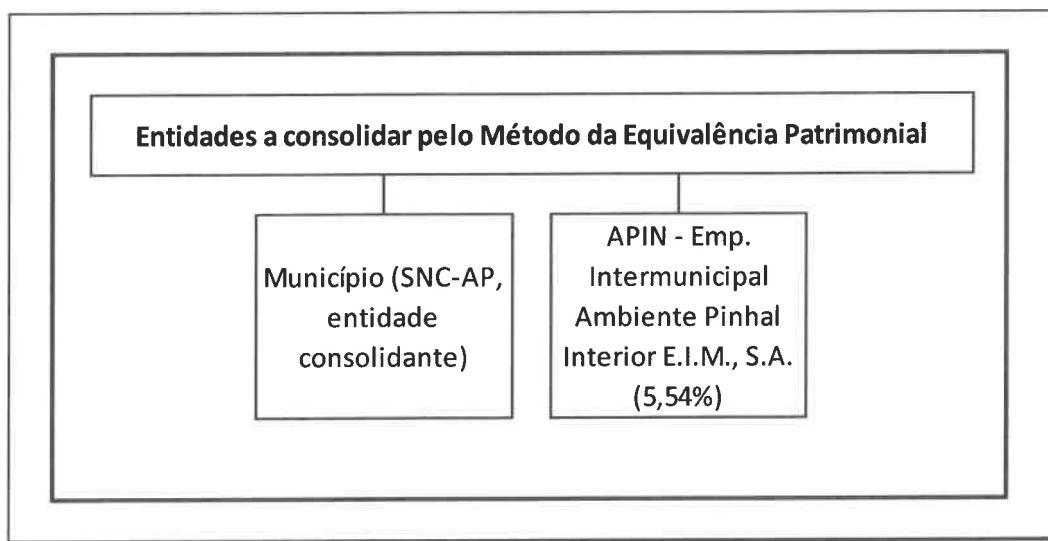
As entidades do perímetro de consolidação aplicam o SNC empresarial, e não possuem contabilidade orçamental nos termos do definido na NCP 26 do SNC-AP, nem em termos similares, pelo que em termos de consolidação orçamental não é possível preparar uma consolidação minimamente eficaz com as mesmas, pelo que não serão incluídas no perímetro de consolidação orçamental.

No final de maio de 2022 a comissão de normalização contabilística veio esclarecer, numa nova redação da FAQ 18 cujo assunto é “Perímetro de consolidação de natureza orçamental (NCP26) e de natureza financeira (NCP22)”, que, no limite, o perímetro orçamental da consolidação corresponderá apenas à entidade consolidante, depreendendo-se assim que será sempre necessária a apresentação de consolidação orçamental, consolidação esta que, no limite, poderá corresponder aos mapas individuais da consolidante, caso nenhuma outra entidade cumpra os requisitos para ser incluída no perímetro orçamental.



Perímetro de Consolidação de Natureza Financeira

De acordo com o artigo 75º da supracitada Lei nº73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, é de concluir que, das entidades que compõem o grupo autárquico do Município de Pedrogão Grande, para além do próprio Município (enquanto entidade-mãe ou entidade consolidante), apenas as entidades designadas de “Empresas Locais”, em consonância com o disposto no artigo 19º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, integram o perímetro de consolidação, a saber:



Quadro 2 –Perímetro de Consolidação de Natureza Financeira, 2022

A APIN, em 2022, não consta na listagem de 2022 entidades do setor institucional das administrações públicas (atualizada em março de 2023) emitida pelo Instituto Nacional de Estatística (adiante também INE) (fonte [Portal do INE](#)), pelo que não lhe é obrigatória a aplicação do SNC-AP nem, consequentemente, da NCP26.

Assim, exclui-se a APIN do perímetro de consolidação orçamental, pelo que o perímetro orçamental se limita ao próprio Município, sendo replicadas nestas contas consolidadas as demonstrações orçamentais individuais do Município.



1.5 Entidades Excluídas da Consolidação

Por não preencherem os requisitos previstos na lei, o Município está dispensado de incluir no perímetro de consolidação, as entidades que integram o quadro abaixo apresentado.

Denominação	NIPC	Natureza da entidade	Forma Jurídica	Participação do Município %	Resultado Líquido do Exercício de 2022 (€)	Contribuição para Dívida Total do Município - 31/12/2022
Águas do Vale do Rejo, S.A.	513606130	Societária	Outro Societária	0,29	7 686 779,00 €	-
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A.	503004405	Societária	Outro Societária	0,21	1 838 418,00 €	101 224,88 €
PETROENSINO - Ensino e Formação Profissional, Lda	504505890	Societária	Outro Societária	48,3	-318 145,96 €	873 691,65 €
CESAB - Centro de Serviços do Ambiente	502883308	Não Societária	Outro Não Societária	2,89	37 516,23 €	11 749,61 €
MATREZE - Matadouro Regional do Zêzere, S.A.	501491821	Societária	Outro Societária	2,91	-	-
FAM - Fundo de Apoio Municipal	513319182	Outros - Fundo	Fundo	0,05	-	-
ANMP-Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	Não Societária	Associação de Municípios Fins Específicos	0,28	57 340,59 €	0,00 €
APMCH - Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	502131047	Não Societária	Associação de Municípios Fins Específicos	0,06	59 786,87 €	9,79 €
AMREN2 - Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2	514051744	Não Societária	Associação de Municípios Fins Específicos	0,037	1 360,92 €	6,01 €
CIMRL - Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria	508035546	Não Societária	Associação de Municípios Fins Múltiplos	10	1 138 443,86 €	68 937,13 €
AREAC - Agência Regional de Energia e Ambiente do Centro	513118357	Não Societária	Outro Não Societária	0,037	4 556,38 €	3,73 €

Quadro 3 –Entidades Excluídas da Consolidação, 2022

No caso da ANMP, APMCH, Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2 e CIMRL, uma vez que são Entidades Associativas Municipais e Intermunicipais, são entidades consolidantes ao abrigo do n.º 2 do Art. 75.º da Lei 73/2013 de 3/9.

A Petroensino, ERSUC, CESAB são Entidades participadas, onde o Município não exerce poder de controlo, não sendo consideradas, por força do previsto nos n.ºs 3, 4 e 5 do Art. 75.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro.

O Fundo de Apoio Municipal (FAM) é detido em 50% pelo governo central (o restante é detido por Municípios), no entanto, quer pela reduzida percentagem de participação, mas acima de tudo pelo facto de ser detido em 50% pela administração central, torna o mesmo equivalente a uma entidade do Sector Empresarial do Estado, relevando a eventual dívida a nível central e não local (Municípios).



P
J

Também a entidade Águas do Vale do Tejo, S.A., além de detida numa percentagem muito reduzida 0,29%, é detida maioritariamente pelo governo central, pertencendo assim ao Sector Empresarial do Estado.

A
B
Cg
PA

1.6 Método de Consolidação

Relativamente à consolidação de natureza financeira, o SNC-AP prevê vários métodos de consolidação, considerando o tipo de controlo que a entidade consolidante exerce sobre as entidades que integram o perímetro de consolidação, pelo que na consolidação de contas do Município, foi adotado o Método da Equivalência Patrimonial (adiante também MEP), também designado como método simplificado de consolidação, por via do disposto na NCP 22 e normas conexas em conjugação com o disposto no n.º 6 e 8 do Art.º 75.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro.

Este método de contabilização dos investimentos financeiros, caracteriza-se por a todo o momento, a conta 41 refletir a real conjuntura da situação líquida da empresa detida, ou seja, consiste na substituição no balanço da entidade consolidante, do valor contabilístico das partes de capital por ela detida, pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

A situação referida não se verificará quando a situação líquida da participada seja negativa, situação em que a conta 41 refletirá valor nulo (0,00€). A existência de uma situação líquida negativa será, pelo menos na larga maioria dos casos, originada em resultados líquidos negativos, de um ou mais períodos. Nestes casos se existir a obrigação de cobertura de prejuízos (princípio do equilíbrio financeiro, artigo 40.º, Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto), o que tendencialmente se verificará na maioria das participações detidas, e na parte que não for



possível cobrir com a aplicação do MEP após a respetiva conta 41 atingir valor de 0,00€ será constituída provisão do montante remanescente.

Após a realização da transferência financeira, por parte da detentora da participação, no ano seguinte a provisão será utilizada e o remanescente resultará na reposição, total ou parcial, do valor da 41 da entidade atendendo a que também o registo dessas transferências na participada fará aumentar a sua situação líquida.

De acordo com o § 14 da NCP1, bem como conforme instruções sobre a matéria, nomeadamente instrução n.º 1/2019 do Tribunal de Contas, aprovadas em Plenário geral de 13 de fevereiro de 2019, publicadas no Diário da República, 2.ª série – N.º 46 e de 6 de março de 2019, as demonstrações financeiras consolidadas são:

- Balanço consolidado;
- Demonstração dos resultados consolidada, por natureza;
- Demonstração das alterações no património líquido consolidada;
- Mapa de fluxos de caixa consolidado;
- Anexo às demonstrações financeiras consolidado (notas compreendendo um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas).

Importa referir que sendo o método de consolidação o MEP, o qual não inclui a integração de valores do balancete nas demonstrações financeiras da consolidante, em especial dos montantes de caixa, depósitos e seus equivalentes, tal inviabiliza a preparação da demonstração de fluxos de caixa consolidados, naquela que seria a sua forma habitual de preparação.

Apesar desta situação, foi preparada uma demonstração de fluxos de caixa (adiante também DFC) a qual soma à DFC individual do Município 5,54% da DFC individual da



APIN e na qual são abatidos a 100% os fluxos financeiros ocorridos entre as duas entidades. Desta forma a DFC consolidada apresentada deve ser considerada como apenas informativa.

A NCP26, prevê ainda que a nível da consolidação orçamental sejam preparados os seguintes elementos:

- Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental;
- Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza;

Como já referido, a entidade a consolidar, a APIN, segundo o publicado no site do INE na listagem publicada em março 2023 não se encontra incluída na mesma. Acresce que além desse facto a entidade aplica o SNC “empresarial”. Para se poder proceder à consolidação orçamental, é necessário que a entidade a consolidar possua contabilidade orçamental nos termos da NCP 26, completa e aprovada. Pelo que não sendo este o caso da APIN a mesma não será incluída em termos de perímetro de consolidação orçamental. Desta forma não existe qualquer entidade, além do Município, a incluir em perímetro de consolidação orçamental, pelo que não haverá qualquer elemento a preparar em termos de consolidação, sendo apresentados os elementos orçamentais individuais do Município, os quais segundo a nova redação da FAQ 18, equivalem à consolidação orçamental.

À semelhança da prática já seguida na prestação de contas de exercícios anteriores e por força do disposto no n.º 3 do artigo 76.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, constituem igualmente o Relatório de



Gestão consolidado, o comprovativo da certificação legal de contas e respetivo parecer do Revisor Oficial de Contas do Município de Pedrógão Grande.

O Município de Pedrógão Grande, apresenta assim as demonstrações financeiras consolidadas, decorrente da obrigatoriedade estabelecida no n.º 6 do artigo 75º da Lei nº 73/2023, de 3 de setembro, o qual estipula que “*devem (...) ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais (...) que integrem o setor empresarial local (...) independentemente a percentagem de participação ou detenção do município...*”.



1.7 Atividade Consolidada

A análise apresentada relativamente à situação económica e financeira das entidades constituintes do perímetro de consolidação foi elaborada recorrendo apenas aos dados de 2022, sendo alvo de análise o Balanço Consolidado e a Demonstração dos Resultados por Natureza Consolidada, através de um conjunto de indicadores económico financeiros

1.7.1 Indicadores Económico-Financeiros

Os seguintes rácios estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração dos resultados, para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo.

Indicador	Nome indicador	Formula	Ano 2022	Ano 2021	Explicação indicador
Liquidez	Liquidez Geral	Ativo corrente/Passivo corrente	3,54	4,23	Compara a capacidade que o Município tem para fazer face às suas responsabilidades de curto prazo
	Liquidez Reduzida	(Ativo corrente - Inventários)/Passivo corrente	3,47	4,15	Mostra qual a capacidade do Município solver os seus compromissos de curto prazo, com a totalidade do ativo corrente excepto os inventários.
	Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo Corrente	2,49	3,29	Reflete a percentagem das dívidas de curto prazo (passivo corrente) que pode ser saldada imediatamente pelo Município, através das suas disponibilidades de caixa.
Rentabilidade	Rentabilidade do Património Líquido RPL	(Resultados Líquidos/Património Líquido)*100	-1,62254754	-2,28193348	Indicador financeiro percentual que se refere à capacidade do Município em agregar valor a si mesmo utilizando os seus próprios recursos.
	Rentabilidade Operacional do Ativo	(Resultados Operacionais/Ativo)*100	3,110149698	2,043617578	Capacidade dos ativos do Município em gerar resultados, desta forma, procura avaliar a eficiência e capacidade de gestão dos ativos detidos em termos de produção de resultados financeiros.
Atividade	Grau de Rotação do Ativo	Volume de Negocios/Ativo	0,61%	0,27%	Rácio de atividade que procura medir o grau de eficiência com que o Município está a utilizar os seus ativos. Quanto maior o valor do racio, maior a eficiencia com que o Município está a gerar vendas e prestações de serviços.
Estrutura Financeira	Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	0,86	0,89	Expressa a participação dos fundos próprios no financiamento do Município, pode-se dizer que um valor inferior a 1/3 significa dependência excessiva de financiamento, por outro lado valores superiores a 1/3 representam um bom grau de autonomia financeira.
	Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	5,95	8,48	Apresenta a capacidade de solvência de dívidas. Um valor superior a 1 significa que o património do Município é suficiente para cobrir todas as suas dívidas, por outro lado um valor inferior a 1 significa que aquele não tem meios próprios para satisfazer toda a sua dívida.
	Endividamento	Passivo/Ativo	0,14	0,11	Mede a dimensão da dívida total do Município em comparação com o seu ativo

Quadro 4 –Indicadores Económico-Financeiros, 2022



No quadro acima, verifica-se que a Liquidez Geral diminuiu de 2021 para 2022. A liquidez imediata da autarquia, ou seja, os valores em caixa e depósitos seriam suficientes à data do balanço para liquidar 2,49 vezes as dívidas de curto prazo.

A Rentabilidade do Património Líquido (RPL), medida pela divisão do resultado líquido do exercício pelo património líquido, aumentou de 2021 para 2022. A Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA), medida pela divisão dos resultados operacionais pelo ativo, também aumentou de 2021 para 2022.

Relativamente aos indicadores da Estrutura Financeira, começando pela Autonomia Financeira, medida pela divisão do património líquido pelo ativo, diminuiu ligeiramente de 2021 (0,89) para 2022 (0,86). Este rácio permite verificar a solidez financeira de uma organização, assumindo valores entre 0 e 1. Esta relação pode assumir valores negativos, no caso da entidade apresentar património líquido negativo. Quanto mais próximo de 1 maior a solidez financeira da entidade, pelo que o valor obtido no ano 2022 indica uma solidez financeira razoavelmente boa do Município.

A Solvabilidade, medida pela divisão do património líquido pelo passivo, diminuiu de 2021 para 2022. O rácio de solvabilidade traduz a capacidade de uma entidade em pagar os seus compromissos, sendo que o Município de Pedrógão Grande tem um excelente rácio de solvabilidade em ambos os anos, pois apresenta valores superiores à unidade.

O rácio do Endividamento, medido pela divisão do passivo pelo ativo, aumentou de 2021 para 2022.

1.7.2 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para



as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para entidade.

1.7.3 Comparabilidade

No que diz respeito à comparabilidade entre exercícios, e, atendendo a que a implementação do SNC-AP ocorreu no ano de 2020, quer as contas do balanço, quer as contas da demonstração de resultados, em 2022 são comparáveis com o ano anterior, com exceção da situação abaixo descrita que será desenvolvida na respetiva nota que consta do Anexo às Demonstrações Financeiras:

- ✓ Atendendo ao disposto na NCP4, foi efetuado o tratamento contabilístico do contrato de concessão com a E-Redes e do acordo de concessão com a APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior Norte, EIM, SA;



pedrogão grande
município



1

3.

anterior

08/18

1

PA

II. BALANÇO CONSOLIDADO



Q1
X
an
PB
An
PA

2.1 Análise do Balanço Consolidado

O Balanço Consolidado reflete a situação económico-financeira do grupo autárquico à data de encerramento do exercício de 2022, dando a conhecer os Ativos do Grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, e por outro, o Passivo e Capital Próprio do Grupo que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

O Balanço Consolidado, a 31 de dezembro de 2022, apresenta um total de 36.875.144,65€ e um total de fundos próprios de 31.566.835,35€, incluindo um resultado consolidado líquido do exercício negativo de 512.186,91€.



Q1

Q2

B1

B2

T1

PA.

Balanço consolidado em:		31/dez/22	Unidade Monetária €
Rúbricas	Notas	Datas	
		31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		31 610 261,40	27 894 090,65
Propriedades de investimento		41 239,70	51 001,38
Ativos intangíveis			
Ativos biológicos			
Participações financeiras		1 115 967,09	1 258 239,81
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
Clientes, contribuintes e utentes			
Outras contas a receber			
		32 767 468,19	29 203 331,84
Ativo corrente			
Inventários		86 179,85	77 735,34
Ativos biológicos		61 335,76	45 875,40
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis			
Devedores por empréstimos donificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes		18 118,88	8 699,37
Estado e outros entes públicos		76 039,13	66 760,63
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber		958 219,98	747 916,84
Diferimentos		23 174,07	22 269,55
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos			
		2 884 608,79	3 393 132,29
		4 107 676,46	4 362 389,42
Total do Ativo		36 875 144,65	33 565 721,26
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		32 387 951,36	32 387 951,36
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas		1 521 557,43	1 521 557,43
Resultados transitados		-12 765 439,16	-11 451 625,19
Ajustamentos em ativos financeiros		733 241,19	596 667,84
Excedentes de revalorização			
Outras variações no Património Líquido		10 201 711,44	7 655 050,54
		32 079 022,26	30 709 601,98
Resultado líquido do período			-512 186,91
			-685 138,29
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total do Património Líquido		31 566 835,35	30 024 463,69
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		462 487,88	447 146,11
Financiamentos obtidos		1 784 019,61	2 053 305,48
Fornecedores de investimentos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos			
Passivos por impostos diferidos		1 901 845,42	7 792,00
Fornecedores			
Outras contas a pagar			686,66
		4 148 352,91	2 508 930,25
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos			
Fornecedores		275,48	
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		113 811,06	118 723,73
Estado e outros entes públicos		69 033,93	56 438,43
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos		269 643,82	271 101,54
Fornecedores de investimentos		5 783,72	5 102,33
Outras contas a pagar		686 058,96	565 152,66
Diferimentos		15 349,42	15 808,63
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		1 159 956,39	1 032 327,32
Total do Passivo		5 308 309,30	3 541 257,57
Total do capital próprio e do Passivo		36 875 144,65	33 565 721,26



III.DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO



3.1 Demonstração das Alterações no Património Líquido - Consolidado

As alterações ocorridas no património líquido consolidado constantes do mapa seguinte tiveram todas como origem a aplicação do método da equivalência patrimonial e correspondem a:

- ✓ Conta 57 - Ajustamentos em ativos financeiros no total de 183.042,20€ credores;
- ✓ Conta 561 – Registo em resultados transitados do impacto dos resultados líquidos de anos anteriores da APIN que totaliza 112.297,57€ devedores;
- ✓ Reflexo no Resultado Líquido do Período da anulação da Provisão constituída para cobertura de prejuízos, no montante de 23.906,81€, derivado do facto da cobertura de prejuízos ter por base o Resultado Antes de Imposto.

Consolidação do Município de Pedrósgão Grande
 Demonstração Consolidada das alterações no património líquido, em 31 de dezembro de 2022

Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe										Total do capital próprio	Valores em euros
		Capital/ Património realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Reservas de transferência de ativos	Outras reservas	Resultados translatados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do exercício	Total	Interesses que não controlam
Posição no Início do Período	1	32 387 951,36		1 521 557,43		-11 458 999,31	576 444,46		7 655 050,54	-664 867,25	30 017 137,23		30 017 137,23
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeria adopção de novo referencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de revalorização de activos													
Excedente da revalorização e respetivas variações													
Transferências e subsídios de capital													
Correção de erros materiais													
Outras alterações reconhecidas no património líquido													
2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-664 867,25	0,00	0,00	2 546 660,90	6 000,00	6 000,00	2 540 660,90
Resultado Líquido do Período	3												
<i>Resultado Integral</i>													
<i>4 = 2 + 3</i>													
OPERAÇÕES COM DETENTORES CAPITAL PERÍODO													
Realizações de capital/património													
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-529 275,03	-26 245,47	0,00	0,00	-555 520,50	0,00	-555 520,50
Subtotal sem movimentos consolidação	6 = 1 + 2 + 3 + 4 + 5	32 387 951,36	0,00	1 521 557,43	0,00	0,00	-12 653 141,59	550 198,99	0,00	10 201 711,44	-536 093,72	31 472 183,91	0,00
MOVIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO	7												
Posição no Fim do Período	8 = 6 + 7	32 387 951,36	0,00	1 521 557,43	0,00	0,00	-12 765 439,16	733 241,19	0,00	10 201 711,44	-512 186,91	31 566 835,35	0,00
													31 566 835,35

anterior
anterior
T
E
A



IV. DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS CONSOLIDADOS



B. 9
município
B
C
P
A.

4.1 Análise da Demonstração de Resultados Consolidada

Com a entrada do novo normativo SNC-AP, na apresentação da Demonstração de Resultados deixou de existir a distinção entre proveitos e ganhos com custos e perdas, a nível operacional, financeiros, correntes e extraordinários. Passando a ser apresentado através de rendimentos e gastos permitindo calcular os resultados antes de depreciações e de gastos de financiamento, operacional, antes de impostos e líquido do período.

A demonstração de Resultados permite assim observar a atividade do grupo autárquico do Município de Pedrógão Grande, durante o período em análise, evidenciando de maneira a permitir uma rápida constatação do montante e da forma como foi gerado o resultado obtido no exercício.



Demonstração consolidada dos resultados por natureza

Período findo em: 31/dez/22

Unidade Monetária €

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		31/12/2022	31/12/2021
Impostos, contribuições e taxas		802 935,60	754 180,15
Vendas		249,53	8 257,54
Prestações de serviços e concessões		224 512,35	81 345,33
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		-247 711,88	-274 724,72
Transferências e subsídios correntes obtidos		4 574 642,62	4 044 991,53
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-129 922,67	-128 030,76
Fornecimentos e serviços externos		-1 352 691,07	-1 418 415,05
Gastos com o pessoal		-2 889 321,01	-2 372 576,22
Transferências e subsídios concedidos		-575 188,60	-454 035,68
Prestações sociais			
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			-9 611,81
Provisões (aumentos/reduções)		-66 372,52	-293 062,51
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos		1 123 017,48	883 477,59
Outros gastos		-317 277,63	-135 840,41
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento		1 146 872,20	685 954,98
Gastos/reversões de depreciações e amortização		-1 643 060,91	-1 363 458,24
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-496 188,71	-677 503,26
Juros e rendimentos similares obtidos		2 100,00	2 210,20
Juros e gastos similares suportados		-18 098,20	-9 845,23
Resultados antes de impostos		-512 186,91	-685 138,29
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		-512 186,91	-685 138,29
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam			
		0,00	0,00



pedrógão grande
município



8/1
1
J
Amorim
NS
Q
R
PA.

V. FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS



5.1 Notas ao Mapa dos Fluxos de Caixa Consolidados

O mapa de fluxos de caixa discrimina os recebimentos e pagamentos associados á execução do orçamento, desagregados de acordo com a classificação económica corrente e capital, evidencia ainda os saldos da gerência anterior e para a gerência seguinte.

A utilização exclusiva na consolidação, do Método da Equivalência Patrimonial, em termos práticos inviabiliza a preparação do mapa dos Fluxos de Caixa Consolidados de operações orçamentais, isto porque, o referido método não implica a soma/agregação efetiva de balancetes das entidades.

Apesar desta situação, e como já acima mencionado foi preparada uma demonstração de fluxos de caixa (adiante também DFC) a qual soma à DFC individual do Município 5,54% da DFC individual da APIN e na qual são abatidos a 100% os fluxos financeiros ocorridos entre as duas entidades. Desta forma a DFC consolidada apresentada deve ser considerada como apenas informativa.

O valor da Caixa e seus equivalentes no fim do período encontra-se detalhado na Nota 1 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Na nota 24 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas apresenta-se informação dos movimentos monetários, ou equiparados entre o Município e a APIN.



Demonstração consolidada de fluxos de caixa

Período findo em: 31/dez/2022

Unidade Monetária €

Rúbricas	Notas	Períodos	
		31/dez/2022	31/dez/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		822 967,29	862 895,27
Recebimentos de contribuintes		723 864,61	716 933,03
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		4 550 946,16	4 035 382,33
Recebimentos de utentes		35 094,00	-
Pagamentos a fornecedores		2 213 435,89	2 655 802,12
Pagamentos ao pessoal		2 928 869,08	1 671 237,95
Pagamentos a contribuintes/Utentes		-	-
Pagamentos de transferências e subsídios		541 146,84	329 758,88
Pagamentos de prestações sociais		-	-
Caixa gerada pelas operações		449 420,24	958 411,68
Recebimento do imposto sobre o rendimento		3 723,71	-
Pagamento do imposto sobre o rendimento		-	6 804,91
Outros recebimentos		0,00	48 287,51
Outros pagamentos		151 573,99	1 716 880,24
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		301 569,96	716 985,96
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		2 620 527,58	143 460,54
Ativos intangíveis		39 256,19	11 280,19
Propriedades de investimento		-	6 891,53
Investimentos financeiros		1,12	0,09
Outros ativos		4,99	80,77
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		120,89	74,18
Ativos intangíveis		-	-
Propriedades de investimento		300 992,35	294 481,40
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Subsídios ao Investimento		1 153 066,86	54 678,74
Transferências de capital		562 142,55	2 467 818,16
Juros e rendimentos similares		-	10,20
Dividendos		-	5 435,14
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		643 467,24	2 660 784,70
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		211 978,49	277,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		270 799,16	220 693,05
Juros e gastos similares		22 815,15	10 187,18
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		81 635,82	230 603,23
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)			
Efeito das diferenças de câmbio		423 533,10	1 713 195,51
Caixa e seus equivalentes no início do período		3 518 500,94	1 805 305,44
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3 094 967,85	3 518 500,94



VI. DEMONSTRAÇÃO EXECUÇÃO RECEITA (Do Município)

Por Classificação Económica
Por Rúbrica

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Município de Pedrogão Grande

(designação da autarquia local)

Ano: 2022

Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Rec. p/ cobrar per. anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Recebidas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições Emitidos	Pagos	Periodos anteriores	Receitas cobradas líquidas Periodo corrente	Total	Rec. p/ cobrar final do período	Grau exec. orçamental Períodos anteriores	Período corrente	Período anterior	Período corrente	Período anterior	Período corrente	Período anterior
---------	-----------	----------------------	--------------------------------	---------------------	----------------------	---------------------------	------------------------------------	-------	---------------------	---	-------	---------------------------------	---	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------

Receita corrente

R011	Impostos diretos	686 985,00	0,00	723 864,61	0,00	723 864,61	0,00	0,00	723 864,61	723 864,61	0,00	0,000	105.368							
R03	Taxas, multas e outras penalidades	32 660,00	-77,35	36 581,25	0,10	36 581,25	0,00	0,00	36 581,25	36 581,25	0,00	0,000	112.006							
R04	Rendimentos de propriedade	294 875,00	76 151,58	300 992,35	0,00	300 992,35	0,00	0,00	300 992,35	300 992,35	0,00	0,000	102.075							
R0511	Administração Central - Estado Português	4 530 038,00	0,00	4 534 841,16	2 184,00	4 534 841,16	2 184,00	2 184,00	4 532 657,16	4 532 657,16	0,00	0,000	100.058							
R0512	Administrador Central - Outras entidades	230 480,00	0,00	18 289,00	0,00	18 289,00	0,00	0,00	18 289,00	18 289,00	0,00	0,000	7.935							
R0512	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000							
R0513	Outras	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000							
R06	Venda de bens e serviços	75 125,00	86 213,65	118 286,10	166,00	109 129,18	0,00	0,00	78,95	108 330,23	109 129,18	95 184,57	1.063	144.200						
R07	Outras receitas correntes	22 127,00	0,00	10 388,86	984,00	10 388,86	984,00	984,00	0,00	9 404,86	9 404,86	0,00	0,000	42.504						
Receita de capital																				
R08	Venda de bens de investimento	60,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000							
R0911	Administrador Central - Estado Português	2 569 538,00	0,00	1 589 452,79	216 009,00	1 589 452,79	216 009,00	216 009,00	216 009,00	1 373 443,79	1 373 443,79	0,00	0,000	53.451						
R0912	Administrador Central - Outras entidades	699 388,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000							
R0912	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000							
R0913	Outras	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000							
R10	Outras receitas de capital	8 810,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000							
R13	Receita com passivos financeiros	746 391,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000							
Outras receitas																				
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	1 000,00	0,00	5 708,56	0,00	5 708,56	0,00	0,00	5 708,56	5 708,56	0,00	0,000	570.856							
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	3 230 546,48	0,00	3 230 546,48	0,00	3 230 546,48	0,00	0,00	3 230 546,48	3 230 546,48	0,00	0,000	100.000							
Total																				
		5 872 300,00	162 287,88	5 743 223,33	3 334,10	5 734 086,41	3 168,00	3 168,00	5 730 119,46	5 730 119,46	5 730 119,46	171 258,70	0,014	97.579						
		4 024 497,00	0,00	1 589 452,79	216 009,00	1 589 452,79	216 009,00	216 009,00	0,00	1 373 443,79	1 373 443,79	0,00	0,000	34.130						
		3 231 546,48	0,00	3 236 255,04	0,00	3 236 255,04	0,00	0,00	3 236 255,04	3 236 255,04	0,00	0,000	100.146							
		Total	13 128 043,48	162 287,88	10 568 931,16	219 343,10	10 559 794,24	219 177,00	219 177,00	798,95	10 339 818,29	10 340 617,24	171 258,70	0,006	78.761					

ORGÃO EXECUTIVO

Em 22 de Junho de 2023
Assinado por: Nelson Antunes Alves



ORGÃO DELIBERATIVO

Em 22 de Junho de 2023
Assinado por: Nelson Antunes Alves



ORGÃO DELIBERATIVO

Município de Pedrogão Grande

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Ano: 2022

(designação da autarquia local)

Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Rec. p/ cobrar per. anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições	Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Periodo corrente	Total	Receitas cobradas líquidas	Periodo corrente	Periodo anterior	Rec. p/ cobrar final do período	Grau exec. orçamental Períodos anteriores	Período corrente
Receita corrente																		
01	Impostos directos	686 985,00	0,00	723 864,61	0,00	723 864,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	723 864,61	723 864,61	0,00	0,00	0,00	105.368	
0102	Outros	686 985,00	0,00	723 864,61	0,00	723 864,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	723 864,61	723 864,61	0,00	0,00	0,00	105.368	
010202	Imposto municipal sobre imóveis	362 500,00	0,00	367 205,41	0,00	367 205,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	367 205,41	367 205,41	0,00	0,00	0,00	101.298	
010203	Imposto único de circulação	88 450,00	0,00	102 541,39	0,00	102 541,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	102 541,39	102 541,39	0,00	0,00	0,00	115.931	
010204	Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	154 700,00	0,00	229 925,19	0,00	229 925,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	229 925,19	229 925,19	0,00	0,00	0,00	148.626	
010205	Derroama	81 325,00	0,00	24 192,62	0,00	24 192,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24 192,62	24 192,62	0,00	0,00	0,00	29.748	
010299	Impostos directos diversos	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04	Taxas, multas e outras penalidades	32 660,00	-77,35	36 581,25	0,10	36 581,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36 581,25	36 581,25	-77,45	0,00	0,00	112.006	
0401	Taxas	29 890,00	0,00	35 094,00	0,00	35 094,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35 094,00	35 094,00	0,00	0,00	0,00	117.411	
040123	Taxas específicas das autarquias locais	29 890,00	0,00	35 094,00	0,00	35 094,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35 094,00	35 094,00	0,00	0,00	0,00	117.411	
04012301	Merados e feiras	1 000,00	0,00	2 894,26	0,00	2 894,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 894,26	2 894,26	0,00	0,00	0,00	289,426	
04012302	Loteamentos e obras	19 475,00	0,00	17 985,99	0,00	17 985,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17 985,99	17 985,99	0,00	0,00	0,00	92.354	
04012303	Ocupação da via pública	200,00	0,00	518,50	0,00	518,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	518,50	518,50	0,00	0,00	0,00	259,250	
04012305	Caça, uso e porte de arma	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04012399	Outras	9 205,00	0,00	13 695,25	0,00	13 695,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13 695,25	13 695,25	0,00	0,00	0,00	148.781	
0401239901	Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0401239902	Taxa pela emissão do certificado de registo	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0401239906	Taxa Municipal de Direitos de Passagem	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0401239999	Outras	9 175,00	0,00	13 695,25	0,00	13 695,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13 695,25	13 695,25	0,00	0,00	0,00	149.267	
0402	Multas e outras penalidades	2 770,00	-77,35	1 487,25	0,10	1 487,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 487,25	1 487,25	-77,45	0,00	0,00	53.691	
040201	Juros de mora	2 300,00	-77,35	1 299,40	0,10	1 299,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 299,40	1 299,40	-77,45	0,00	0,00	56.496	
040202	Juros compensatórios	450,00	0,00	187,85	0,00	187,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	187,85	187,85	0,00	0,00	0,00	41.744	
040299	Multas e penalidades diversas	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04029901	Taxas de relaxe	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04029999	Outras	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05	Rendimentos da propriedade	294 875,00	76 151,58	300 992,35	0,00	300 992,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300 992,35	300 992,35	76 151,58	0,00	0,00	102.075	
0502	Juros-Sociedades financeiras	15,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
050201	Bancos e outras instituições financeiras	15,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0507	Dividendos/partilicados lucros socied. quase-soc.nãofinanc.	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
050701	Empresas públicas	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0509	Participações nos lucros de administ. públicas	2 750,00	0,00	4 856,86	0,00	4 856,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 856,86	4 856,86	0,00	0,00	0,00	176.613	
050999	Outras	2 750,00	0,00	4 856,86	0,00	4 856,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 856,86	4 856,86	0,00	0,00	0,00	176.613	
0510	Rendas	292 100,00	76 151,58	296 135,49	0,00	296 135,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	296 135,49	296 135,49	76 151,58	0,00	0,00	101.382	
051005	Bens de domínio público	213 375,00	76 151,58	215 591,05	0,00	215 591,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	215 591,05	215 591,05	76 151,58	0,00	0,00	101.039	
051099	Outros	78 725,00	0,00	80 544,44	0,00	80 544,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80 544,44	80 544,44	0,00	0,00	0,00	102.311	
06	Transferências correntes	4 760 528,00	0,00	4 553 130,16	2 184,00	4 553 130,16	2 184,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 550 946,16	4 550 946,16	0,00	0,00	0,00	95.598	

Pág. 5 de 5

Município de Pedrogão Grande

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

(designação da autarquia local)

Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Rec. p/ cobrar per. anteriores	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições Emitidos	Pagos	Periodos anteriores	Receitas cobradas líquidas	Periodo corrente	Total	Rec. p/ cobrar final do período	Grau exec. orgântical Períodos anteriores	Período corrente
Receita corrente														
0601	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
060102	Privadas	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0603	Administração central	4 760 518,00	0,00	4 553 130,16	2 184,00	4 553 130,16	2 184,00	2 184,00	2 184,00	4 550 946,16	4 550 946,16	0,00	0,00	0,00
060301	Estado	4 412 973,00	0,00	4 381 543,64	2 184,00	4 381 543,64	2 184,00	2 184,00	2 184,00	4 379 359,64	4 379 359,64	0,00	0,00	99.238
06030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	3 797 315,00	0,00	3 797 315,00	0,00	3 797 315,00	0,00	0,00	0,00	3 787 315,00	3 787 315,00	0,00	0,00	100.000
06030102	Fundo Social Municipal	58 771,00	0,00	58 771,00	0,00	58 771,00	0,00	0,00	0,00	58 771,00	58 771,00	0,00	0,00	100.000
06030106	Transferência de Competências - Lei n.º 50/2018	426 287,00	0,00	348 979,56	0,00	348 979,56	0,00	0,00	0,00	348 979,56	348 979,56	0,00	0,00	81.865
06030107	Participação no IVA - Art. 26.º A da Lei nº73/2013	32 030,00	0,00	32 029,79	0,00	32 029,79	0,00	0,00	0,00	32 029,79	32 029,79	0,00	0,00	99.999
06030199	Outras	98 570,00	0,00	144 448,29	2 184,00	144 448,29	2 184,00	2 184,00	2 184,00	142 264,29	142 264,29	0,00	0,00	144.328
0603019901	DGEstE	31 510,00	0,00	27 414,21	0,00	27 414,21	0,00	0,00	0,00	27 414,21	27 414,21	0,00	0,00	87.002
0603019902	Fundo Emergência Municipal	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0603019904	IEFP - Instituto Emprego Formação Profissional	5 150,00	0,00	11 562,56	0,00	11 562,56	0,00	0,00	0,00	11 562,56	11 562,56	0,00	0,00	224.516
0603019999	Outros	61 900,00	0,00	105 471,52	2 184,00	105 471,52	2 184,00	2 184,00	2 184,00	103 287,52	103 287,52	0,00	0,00	166.862
060306	Estado-Particip.comunit.projects co-financiados	117 065,00	0,00	153 297,52	0,00	153 297,52	0,00	0,00	0,00	153 297,52	153 297,52	0,00	0,00	130.951
06030601	FSE	47 045,00	0,00	92 301,26	0,00	92 301,26	0,00	0,00	0,00	92 301,26	92 301,26	0,00	0,00	196.198
06030602	FEDER	70 000,00	0,00	60 996,26	0,00	60 996,26	0,00	0,00	0,00	60 996,26	60 996,26	0,00	0,00	87.138
06030603	FEADER	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06030604	Outros	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
060307	Serviços e fundos autónomos	230 470,00	0,00	18 289,00	0,00	18 289,00	0,00	0,00	0,00	18 289,00	18 289,00	0,00	0,00	7.936
06030701	Transferência de Competências - Lei n.º 50/2018	116 285,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06030704	Fundo Ambiental	50 000,00	0,00	16 729,00	0,00	16 729,00	0,00	0,00	0,00	16 729,00	16 729,00	0,00	0,00	33.458
06030705	Turismo de Portugal	10 010,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06030799	Outros	54 175,00	0,00	1 560,00	0,00	1 560,00	0,00	0,00	0,00	1 560,00	1 560,00	0,00	0,00	2.880
060309	Serv.fund.autón.-Subsist.prot.família.polit.act.EFP	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0609	Resto do mundo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
060901	União Europeia-Instituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07	Venda de bens e serviços correntes	75 125,00	86 213,65	118 266,10	166,00	109 129,18	0,00	0,00	798,95	108 330,23	109 129,18	95 184,57	1.063	144.200
0701	Venda de bens	80,00	23 517,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23 517,01	0,00	0,00
070101	Material de escritório	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
070102	Livros e documentação técnica	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
070103	Publicações e impressos	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
070105	Bens inutilizados	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
070106	Produtos agrícolas e pecuários	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
070108	Mercadorias	20,00	23 517,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23 517,01	0,00	0,00
07010802	Água	10,00	23 517,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23 517,01	0,00	0,00
07010899	Outros	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Município de Pedrogão Grande

(designação da autarquia local)

Euros

Ano: 2022

Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Rec. p/ cobrar per. anteriores	Receitas e Restituições				Receitas cobradas líquidas			Rec. p/ cobrar final do período	Grau exec. orçamental Períodos anteriores	Período corrente
				Emitidos	Pagos	Periodos anteriores	Total						
Receita corrente													
070109	Materias de consumo	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0702	Serviços	54 935,00	24 403,03	89 573,47	70,00	88 647,22	0,00	447,50	88 199,72	25 259,28	0,815	160.553	0,000
070201	Aluguer de espaços e equipamentos	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000
070203	Vistorias e ensaios	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000
070207	Alimentação e alojamento	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000
070208	Serv.sociais,recreativos,culturais e de desporto	12 145,00	950,00	41 890,64	70,00	40 964,39	0,00	447,50	40 516,89	1 806,25	3,685	333,610	0,000
07020801	Serviços sociais	1 925,00	950,00	4 821,25	70,00	3 895,00	0,00	447,50	3 447,50	1 806,25	23,247	179,091	0,000
07020802	Serviços recreativos	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000
0702080289	Outros	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000
07020803	Serviços culturais	2 225,00	0,00	17 177,79	0,00	17 177,79	0,00	0,00	17 177,79	17 177,79	0,00	0,000	772,036
0702080301	Turismo Sénior	1 550,00	0,00	1 679,40	0,00	1 679,40	0,00	0,00	1 679,40	1 679,40	0,00	0,000	108,348
0702080399	Outros	675,00	0,00	15 498,39	0,00	15 498,39	0,00	0,00	15 498,39	15 498,39	0,00	0,000	2296,058
07020804	Serviços desportivos	7 985,00	0,00	19 891,60	0,00	19 891,60	0,00	0,00	19 891,60	19 891,60	0,00	0,000	249,112
0702080401	Piscina Municipal	3 050,00	0,00	7 863,75	0,00	7 863,75	0,00	0,00	7 863,75	7 863,75	0,00	0,000	257,828
0702080402	Pavilhão Gimnodesportivo	4 925,00	0,00	12 027,85	0,00	12 027,85	0,00	0,00	12 027,85	12 027,85	0,00	0,000	244,220
0702080499	Outros	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000
070209	Serviços específicos das autarquias	41 950,00	23 453,03	46 492,08	0,00	46 492,08	0,00	0,00	46 492,08	23 453,03	0,00	0,000	110,827
07020901	Sanearamento	250,00	12 896,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12 896,35	0,000	0,000	0,000
07020902	Resíduos sólidos	250,00	10 596,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 596,68	0,000	0,000	0,000
07020903	Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	25 875,00	0,00	31 487,08	0,00	31 487,08	0,00	0,00	31 487,08	31 487,08	0,00	0,000	121,689
0702090302	Transportes escolares	25 875,00	0,00	31 487,08	0,00	31 487,08	0,00	0,00	31 487,08	31 487,08	0,00	0,000	121,689
07020904	Trabalhos por conta de particulares	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000
07020905	Cemitérios	14 525,00	0,00	14 425,00	0,00	14 425,00	0,00	0,00	14 425,00	14 425,00	0,00	0,000	99,312
07020906	Mercados e feiras	150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000
07020999	Outros	800,00	0,00	580,00	0,00	580,00	0,00	0,00	580,00	580,00	0,000	0,000	72,500
07020999	Outros	810,00	0,00	1 190,75	0,00	1 190,75	0,00	0,00	1 190,75	1 190,75	0,00	0,000	147,006
07020999	Outros	810,00	0,00	1 190,75	0,00	1 190,75	0,00	0,00	1 190,75	1 190,75	0,00	0,000	147,006
0703	Rendas	20 110,00	38 293,61	28 692,63	96,00	20 481,96	0,00	0,00	351,45	20 130,51	20 481,96	46 408,28	1,748
070301	Habitações	13 425,00	6 118,20	16 250,24	0,00	13 874,43	0,00	0,00	254,04	13 620,39	13 874,43	8 494,01	1,892
070302	Edifícios	6 675,00	32 117,541	12 442,39	96,00	6 607,53	0,00	0,00	97,41	6 610,12	6 607,53	37 914,27	1,459
070399	Outras	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000
08	Outras receitas correntes	22 127,00	0,00	10 388,86	984,00	10 388,86	984,00	984,00	984,00	9 404,86	9 404,86	0,000	42,504
0801	Outras	22 127,00	0,00	10 388,86	984,00	10 388,86	984,00	984,00	984,00	9 404,86	9 404,86	0,000	42,504
080199	Outras	22 127,00	0,00	10 388,86	984,00	10 388,86	984,00	984,00	984,00	9 404,86	9 404,86	0,000	42,504
08019001	Indenniz.ptor deterior.roubo extraví bens patrim.	4 700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000
08019002	Indemn.estrag.prov.outr.equip.aut.local	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	0,000



Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Município de Pedrogão Grande

(designação da autarquia / local)

Ano: 2022

Euros

Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Rec. p/ cobrar per. anteriores	Receitas liquidadas				Reembolsos e Restituições				Receitas cobradas líquidas			Total	Rec. p/ cobrar final do período	Grau exec. orgântical Períodos anteriores	Período corrente	Período anterior	Período corrente		
				Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Emitidos	Pagos	Periodos anteriores	Período corrente	Período corrente	Período anterior	Total	Período corrente	Período anterior								
Receita corrente																						
08019003	IVA reembolsado	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
08019004	IVA inversão da liquidação	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
08019999	Diversas	17 397,00	0,00	10 388,86	984,00	10 388,86	984,00	984,00	984,00	984,00	984,00	984,00	984,00	984,00	984,00	9 404,86	9 404,86	0,00	0,00	0,00	54.060	
Receita de capital																						
09	Venda de bens de investimento	60,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0901	Terrenos	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
090101	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
090110	Famílias	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0903	Edifícios	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
090306	Admin.Pública-Admin.local-Continente	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0904	Outros bens de investimento	30,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
090406	Admin.Pública-Admin.local-Continente	30,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09040601	Equipamento de transporte	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09040602	Maquinaria e equipamento	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09040603	Outros	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Transferências de capital	3 268 936,00	0,00	1 589 452,79	216 009,00	1 589 452,79	216 009,00	216 009,00	216 009,00	216 009,00	216 009,00	216 009,00	216 009,00	216 009,00	216 009,00	0,00	1 373 443,79	1 373 443,79	0,00	0,00	0,00	42.015
1001	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100101	Públicas	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10010101	Empresas públicas	3 268 926,00	0,00	1 589 452,79	216 009,00	1 589 452,79	216 009,00	216 009,00	216 009,00	216 009,00	216 009,00	216 009,00	216 009,00	216 009,00	216 009,00	0,00	1 373 443,79	1 373 443,79	0,00	0,00	0,00	42.015
1003	Administração central	872 983,00	0,00	778 151,55	216 009,00	778 151,55	216 009,00	216 009,00	216 009,00	216 009,00	216 009,00	216 009,00	216 009,00	216 009,00	216 009,00	0,00	562 142,55	562 142,55	0,00	0,00	0,00	64.393
100301	Estado	421 924,00	0,00	504 287,00	82 363,00	504 287,00	82 363,00	82 363,00	82 363,00	82 363,00	82 363,00	82 363,00	82 363,00	82 363,00	82 363,00	0,00	421 924,00	421 924,00	0,00	0,00	0,00	100.000
10030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	40,00	0,00	25 765,55	0,00	25 765,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25 765,55	25 765,55	0,00	0,00	0,00	64.133,875
10030104	Cooperação Técnica e Financeira	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1003010401	Fundo Ambiental	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1003010402	Fundo de Emergência Municipal	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1003010403	IFAP	10,00	0,00	25 765,55	0,00	25 765,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25 765,55	25 765,55	0,00	0,00	0,00	257.655.500
1003010498	Outros	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10030105	Artigo 35º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013	114 453,00	0,00	248 099,00	133 646,00	248 099,00	133 646,00	133 646,00	133 646,00	133 646,00	133 646,00	133 646,00	133 646,00	133 646,00	133 646,00	0,00	114 453,00	114 453,00	0,00	0,00	0,00	100.000
10030106	Transferência de Competências - Lei n.º 50/2018	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10030199	Outras	336 556,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1003019901	DGAL	246 956,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1003019999	Outros	89 600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1003010403	Estado-Particip. comunitária project co-financiados	1 696 555,00	0,00	811 301,24	0,00	811 301,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	811 301,24	811 301,24	0,00	0,00	0,00	47.821
1003010498	Fundos Comunitários	1 696 555,00	0,00	811 301,24	0,00	811 301,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	811 301,24	811 301,24	0,00	0,00	0,00	47.821
1003010401	FEDER	1 696 525,00	0,00	811 301,24	0,00	811 301,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	811 301,24	811 301,24	0,00	0,00	0,00	47.821
1003010402	FEADER	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Pág. 2 de 5

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Município de Pedrogão Grande

(designação da autarquia local)

Ano: 2022

Euros

Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Rec. p/ cobrar per. anteriores	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições Emitidos	Pagos	Periodos anteriores	Receitas cobradas líquidas	Total	Período corrente	Rec. p/ cobrar final do período	Grau exec. orçamental Períodos anteriores	Período corrente
Receita de capital														
1003070103	Fundo de Coesão	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1003070106	Outros	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100308	Serviços e fundos autónomos	699 388,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10030801	Transferência de Competências - lei n.º 50/2018	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10030802	Turismo de Portugal	352 960,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10030903	IHRU	319 498,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1003099	Outros	27 010,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1009	Resto do mundo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100901	União Europeia-Instituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Passivos financeiros	746 391,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1206	Empréstimos a médio e longo prazos	746 391,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120602	Sociedades financeiras	300 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120604	Admin. pública-Admin. central-Serv.fundos autónomos	446 391,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Outras receitas de capital	8 810,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1301	Outras	8 810,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130101	Indemnizações	8 800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130199	Outras	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas														
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	1 000,00	0,00	5 708,56	0,00	5 708,56	0,00	0,00	0,00	5 708,56	5 708,56	5 708,56	0,00	0,00
1501	Reposições não abatidas nos pagamentos	1 000,00	0,00	5 708,56	0,00	5 708,56	0,00	0,00	0,00	5 708,56	5 708,56	5 708,56	0,00	0,00
150101	Reposições não abatidas nos pagamentos	1 000,00	0,00	5 708,56	0,00	5 708,56	0,00	0,00	0,00	5 708,56	5 708,56	5 708,56	0,00	0,00
16	Saldo da gerência anterior	3 230 546,48	0,00	3 230 546,48	0,00	3 230 546,48	0,00	0,00	0,00	3 230 546,48	3 230 546,48	3 230 546,48	0,00	0,00
1601	Saldo orçamental	3 230 546,48	0,00	3 230 546,48	0,00	3 230 546,48	0,00	0,00	0,00	3 230 546,48	3 230 546,48	3 230 546,48	0,00	0,00
160101	Na posse do serviço	3 230 546,48	0,00	3 230 546,48	0,00	3 230 546,48	0,00	0,00	0,00	3 230 546,48	3 230 546,48	3 230 546,48	0,00	0,00
	Total Receitas Correntes	5 872 300,00	162 287,88	5 743 223,33	3 334,10	5 734 086,41	3 168,00	3 168,00	798,95	5 730 119,46	5 730 119,46	171 258,70	0,014	97,579
	Total Receitas de Capital	4 024 197,00	0,00	1 589 452,79	216 009,00	1 589 452,79	216 009,00	216 009,00	0,00	1 373 443,79	1 373 443,79	0,00	0,000	34,130
	Total Outras Receitas	3 231 546,48	0,00	3 236 255,04	0,00	3 236 255,04	0,00	0,00	0,00	3 236 255,04	3 236 255,04	0,00	0,000	100,146
	Total	13 128 043,48	162 287,88	10 568 931,16	219 343,10	10 559 794,24	219 177,00	219 177,00	798,95	10 339 818,29	10 340 617,24	171 258,70	0,006	78,761

ORGÃO EXECUTIVO

Em 22 de Junho de 2023

 Nelson Antunes

ORGÃO DELIBERATIVO

Em 22 de Junho de 2023

 Nélia M. H. Henriques



B
Amor
NB
OJ
P
PA

VII. DEMONSTRAÇÃO EXECUÇÃO DESPESA (Do Município)

Por Classificação Económica
Por Rúbrica

Município de Pedrogão Grande

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

(designação da autarquia local)

Euros

Ano: 2022

Código	Designação	Classif. Económica	Despesa	Despesas por pagar período anteriores	Dotações corrigidas	Cátivos/descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Grau de execução orçamental
									Períodos anteriores	Período corrente	Total		
Despesa corrente													
D011	Remunerações Certas e Permanentes	24 575,40	2 354 015,00	0,00	2 154 330,91	2 154 330,91	24 575,40	2 100 356,17	2 124 931,57	0,00	29 399,34	1.045	80.338
D012	Abonos Variáveis ou Eventuais	789,76	70 435,00	0,00	27 386,41	28 407,44	789,76	25 435,45	26 235,21	978,97	172,23	1.135	36.112
D013	Segurança Social	17 880,80	631 350,00	0,00	598 903,95	595 604,73	17 880,80	549 135,73	567 016,53	3 298,62	28 588,20	2.832	86.978
D02	Aquisição de bens e serviços	37 053,03	2 980 665,00	0,00	1 776 744,15	1 513 052,21	37 053,03	1 456 303,15	1 498 356,18	263 696,03	16 691,94	1.243	48.859
D03	Juros e outros encargos	0,00	16 492,00	0,00	14 809,81	14 808,50	0,00	14 808,50	14 808,50	1,11	0,00	0,00	89.782
D04112	Administração Central - Outras entidades	0,00	51 001,00	0,00	48 500,00	48 500,00	0,00	48 500,00	48 500,00	0,00	0,00	0,00	95.096
D04115	Administração Local	0,00	195 500,00	0,00	171 658,74	171 212,48	0,00	171 212,48	171 212,48	0,00	0,00	0,00	97.577
D0412	Entidades do setor não lucrativo	0,00	287 118,00	0,00	244 510,72	242 550,72	0,00	242 550,72	242 550,72	1 960,00	0,00	0,00	84.478
D0413	Famílias	0,00	70 000,00	0,00	39 354,30	38 333,79	0,00	37 603,21	37 603,21	1 320,51	430,58	0,00	53.719
D0414	Outras	0,00	154 944,00	0,00	139 942,73	139 942,73	0,00	139 942,73	139 942,73	0,00	0,00	0,00	90.318
D042	Subsídios correntes	0,00	72 500,00	0,00	47 529,20	44 559,20	0,00	44 529,20	44 529,20	3 000,00	0,00	0,00	61,120
D05	Outras despesas correntes	0,00	136 181,48	0,00	102 985,90	95 689,75	0,00	95 689,75	95 689,75	7 276,15	0,00	0,00	70.266
Despesa de capital													
D06	Aquisição de bens de capital	6 286,13	5 635 660,00	0,00	2 612 103,38	2 330 874,87	5 606,13	2 318 075,19	2 323 681,32	281 228,51	7 193,55	0,000	41.132
D07112	Administração Central - Outras entidades	0,00	2 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
D07115	Administração Local	0,00	61 567,00	0,00	8 861,11	8 861,11	0,00	8 861,11	8 861,11	0,00	0,00	0,000	14.393
D0712	Entidades do setor não lucrativo	0,00	30 754,00	0,00	23 400,90	23 400,60	0,00	23 400,60	23 400,60	0,00	0,00	0,000	76.090
D0713	Famílias	0,00	94 201,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
D0714	Outras	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
D08	Outras despesas de capital	0,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	289 909,00	0,00	270 987,14	270 743,59	0,00	270 743,59	270 743,59	253,55	0,00	0,000	94.696
Total Despesas Correntes				80 308,99	7 017 201,48	0,00	5 386 636,02	5 084 682,46	80 308,99	4 928 067,09	5 009 376,08	281 973,56	75 288,38
Total Despesas de Capital				6 286,13	6 110 842,00	0,00	2 915 382,23	2 633 800,17	5 606,13	2 621 080,49	2 626 886,62	281 482,06	7 493,56
Total Geral				86 585,12	13 128 043,48	0,00	8 281 988,25	7 718 542,63	85 915,12	7 550 147,58	7 636 082,70	563 455,62	82 479,93

ORGÃO EXECUTIVO
Em 22 de Julho de 2023
Assinado por:
Mário José Ribeiro
Nelson José Ferreira

ORGÃO DELIBERATIVO
Em 28 de Julho de 2023
Assinado por:
Mário José Ribeiro
Nelson José Ferreira

Município de Pedrogão Grande

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

(designação da autarquia local)

Classif. Económica

Despesa

Designação

Euros

Ano: 2022

Código	Despesa corrente	Despesas por pagar período anteriores	Dotações corrigidas	Cátivos/ descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas liquidadas de reposição		Comprimentos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental
							Períodos anteriores	Período corrente			
01	Despesas com o pessoal	43 255,96	3 052 800,00	0,00	2 780 620,07	2 778 343,08	43 255,96	2 674 927,35	2 718 183,31	4 277,59	58 159,77
0101	Remunerações certas e permanentes	24 575,40	2 351 915,00	0,00	2 154 330,91	2 154 330,91	24 575,40	2 100 356,17	2 124 831,57	0,00	29 399,34
010101	Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	2 774,39	107 500,00	0,00	104 978,37	104 978,37	2 774,39	100 108,56	102 882,85	0,00	2 095,42
010104	Pessoal quadros-Regime contrato indivíduo trabalho	21 150,93	1 576 012,00	0,00	1 500 404,01	21 150,93	1 456 156,10	1 477 307,03	0,00	23 098,98	1,342
01010401	Pessoal em funções	20 765,66	1 515 000,00	0,00	1 462 284,97	20 765,66	1 421 728,77	1 442 394,42	0,00	19 800,55	1,371
01010402	Alterações obrigatórias poric remuneratório	0,00	11 002,00	0,00	10 325,48	0,00	8 125,34	8 125,34	0,00	2 200,14	0,000
01010403	Alterações facultativas posic remuneratório	0,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
01010404	Recrutamento de Pessoal novos postos trabalho	385,28	50 000,00	0,00	27 783,56	385,28	27 783,56	26 307,99	26 687,27	0,00	1 096,29
010106	Pessoal contratado a termo	0,00	42 002,00	0,00	35 848,83	35 848,83	0,00	33 676,43	33 676,43	0,00	2 172,40
01010601	Pessoal em funções	0,00	42 001,00	0,00	35 848,83	35 848,83	0,00	33 676,43	33 676,43	0,00	2 172,40
01010604	Recrutamento de Pessoal novos postos trabalho	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
010107	Pessoal em regime de farda ou avançada	0,00	57 000,00	0,00	32 905,00	32 905,00	0,00	32 905,00	32 905,00	0,00	0,000
010108	Pessoal aguardando apresentação	0,00	5 501,00	0,00	1 887,53	1 887,53	0,00	1 957,53	1 957,53	0,00	0,000
010109	Pessoal em qualquer outra situação	0,00	120 000,00	0,00	71 507,21	0,00	69 841,38	69 841,38	0,00	1 605,83	0,000
010113	Subsídio de férias	0,00	164 250,00	0,00	152 878,44	0,00	152 878,44	152 878,44	0,00	0,00	0,000
010114	Subsídio de férias e de Natal	650,08	273 750,00	0,00	253 666,99	253 666,99	650,08	252 648,20	252 268,28	0,00	368,71
010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	0,00	5 000,00	0,00	184,53	184,53	0,00	184,53	184,53	0,00	0,000
0102	Abonos variáveis ou eventuais	798,76	70 435,00	0,00	27 396,41	28 407,44	798,76	25 435,45	26 235,21	978,87	172,23
010202	Horas extraordinárias	112,54	16 034,00	0,00	6 571,33	6 571,33	112,54	6 300,34	6 412,88	0,00	158,46
010204	Ajudas de custo	669,01	12 500,00	0,00	7 980,24	7 983,36	669,01	7 024,35	7 693,36	268,88	0,00
010205	Abono para faltas	18,21	4 650,00	0,00	1 733,77	1 733,77	18,21	1 701,78	1 719,99	0,00	13,78
010211	Subsídio de turno	0,00	6 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
010212	Indemnizações por cessação de funções	0,00	351,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
010213	Outros suplementos e prémios	0,00	30 900,00	0,00	11 121,07	10 408,98	0,00	10 408,98	10 408,98	712,08	0,00
01022302	Outros	0,00	20 900,00	0,00	3 743,85	3 490,11	0,00	3 490,11	3 490,11	253,74	0,00
01022303	Senhais de Presença	0,00	10 000,00	0,00	7 377,22	6 918,87	0,00	6 918,87	6 918,87	458,35	0,00
0103	Segurança social	17 880,80	631 350,00	0,00	598 903,35	598 604,73	17 880,80	549 135,73	567 016,53	3 298,82	28 588,20
010301	Encargos com a saúde	0,00	60 000,00	0,00	55 571,12	0,00	55 571,12	55 571,12	55 571,12	0,00	0,000
010302	Outros encargos com a saúde	0,00	12 500,00	0,00	12 321,12	0,00	12 321,12	0,00	11 753,92	178,88	567,20
010303	Subsídio familiar a criança e jovens	0,00	5 600,00	0,00	2 841,00	0,00	2 841,00	0,00	2 841,00	0,00	0,000
01030506	Contribuições para a segurança social	17 880,80	564 250,00	0,00	495 000,00	491 881,26	17 880,80	445 979,46	463 860,26	3 118,74	28 021,00
01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos	0,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
01030502	Segurança social dos funcionários públicos	17 880,80	504 000,00	0,00	495 000,00	491 881,26	17 880,80	445 979,46	463 860,26	3 118,74	28 021,00
0103050201	Caixa Geral de Aposentações	0,00	189 500,00	0,00	184 741,12	0,00	177 545,53	177 545,53	175 288	7 201,59	0,000
0103050202	Segurança Social - Regime Geral	17 880,80	314 500,00	0,00	307 134,14	17 880,80	288 433,93	286 314,73	286 314,73	20 819,41	5,685
010308	Outras pensões	0,00	9 500,00	0,00	8 833,72	8 833,72	0,00	8 833,72	8 833,72	0,00	0,000

Município de Pedrogão Grande

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

(designação da autarquia local)

Euros

Ano: 2022

Código	Classif. Económica	Designação	Despesas por pagar período anteriores	Dotações corrigidas	Cátivos/ descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Comprimentos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental
								Períodos anteriores	Período corrente	Total			
Despesa corrente													
010308	Seguros		0,00	39 500,00	0,00	24 157,51	24 156,51	24 156,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01030901	Seguros accidentes trabalho doenças profissionais		0,00	39 500,00	0,00	24 157,51	24 156,51	24 156,51	1,00	0,00	0,00	0,00	61.156
02	Aquisição de bens e serviços		37 053,03	2 980 665,00	0,00	1 776 744,15	1 513 052,21	37 053,03	1 459 303,15	1 498 356,18	263 691,94	16 696,03	1.243
0201	Aquisição de bens		8 634,71	389 177,47	0,00	274 398,49	248 123,68	8 634,71	230 463,16	239 067,87	26 271,80	9 025,82	2.219
020102	Combustíveis e lubrificantes		125,30	131 250,00	0,00	74 348,74	68 757,50	125,30	68 578,19	68 704,49	7 591,15	53,10	0,06%
02010201	Gasolina		125,30	6 450,00	0,00	5 191,76	2 981,49	125,30	2 803,09	2 928,39	2 210,27	53,10	1.943
02010202	Gás/gás		0,00	95 500,00	0,00	40 347,87	35 347,67	0,00	35 347,67	5 000,00	0,00	0,00	37.013
02010209	Outros		0,00	29 300,00	0,00	28 809,31	28 428,43	0,00	28 428,43	28 428,43	380,88	0,00	0,00
020103	Munições, explosivos e artifícios		0,00	150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
020104	Limpeza e higiene		1 952,89	18 121,20	0,00	10 354,92	10 300,91	1 952,89	8 348,02	10 300,91	54,01	0,00	10.777
020105	Alimentação-Refeições confeccionadas		3 025,43	20 001,00	0,00	15 821,15	14 933,83	3 025,43	11 928,40	14 953,83	867,32	0,00	15.128
020106	Alimentação-Gêneros para confeccionar		0,00	30 104,99	0,00	14 837,85	13 639,53	0,00	13 665,52	13 665,52	898,32	274,01	0,000
020107	Vestuário e artigos pessoais		0,00	15 331,00	0,00	15 053,55	13 317,83	0,00	13 317,83	13 317,83	1 736,72	0,00	0,000
020108	Material de escritório		1 574,02	15 389,43	0,00	12 194,37	1 574,02	10 620,35	12 194,37	0,00	0,00	0,00	10.228
020109	Produtos químicos e farmacêuticos		0,00	2 250,00	0,00	789,66	789,66	0,00	789,66	789,66	0,00	0,00	35.096
020112	Material de transporte-Peças		186,25	18 500,00	0,00	17 792,40	17 540,86	186,25	14 898,09	15 084,34	251,54	2 456,52	1.007
020114	Outro material-Peças		1 184,87	28 500,00	0,00	27 184,10	25 744,25	1 184,87	23 025,93	24 210,80	1 439,65	1 533,45	4.157
020115	Prémios, condecorações e ofertas		0,00	27 445,00	0,00	17 875,89	16 823,48	0,00	15 831,54	15 831,54	1 052,21	991,94	0,000
020116	Mercadorias para venda		0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
02011601	Água		0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
020117	Ferramentas e utensílios		0,00	5 000,00	0,00	2 962,76	2 709,39	0,00	2 709,39	2 709,39	253,37	0,00	0,000
020118	Livros e documentação técnica		88,70	500,00	0,00	190,27	190,27	88,70	101,57	190,27	0,00	0,00	17.740
020119	Artigos honoríficos e de decoração		0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
020120	Material de educação, cultura e recreio		0,00	7 250,00	0,00	4 985,14	4 782,08	0,00	4 782,08	4 782,08	193,08	0,00	0,000
020121	Outros bens		497,25	69 382,85	0,00	60 037,89	48 089,66	497,25	43 685,61	44 382,86	2 709,39	253,37	0,00
0202	Aquisição de serviços		28 418,32	2 591 487,53	0,00	1 502 345,86	1 264 928,52	28 418,32	1 228 639,98	1 257 258,31	237 417,14	7 670,21	1.097
020201	Encargos das instalações		1 046,31	791 986,95	0,00	338 338,36	317 392,93	1 046,31	313 298,94	314 345,25	20 645,43	3 047,68	0,132
020202	Limpesa e higiene		0,00	12 050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
020203	Conservação de bens		3 493,53	90 000,86	0,00	41 323,56	38 677,93	3 493,53	34 872,59	38 366,12	2 645,85	311,81	3.382
020204	Locação de edifícios		0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
020208	Locação de outros bens		0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
020209	Comunicações		311,57	24 750,00	0,00	18 706,22	18 295,65	311,57	17 884,08	18 295,65	410,57	0,00	1.259
020210	Transportes		1 060,36	150 000,00	0,00	101 426,85	96 332,42	1 060,36	95 242,06	96 332,42	5 094,23	0,00	0,000
020211	Representação dos serviços		105,00	34 500,00	0,00	17 396,24	17 396,24	105,00	16 923,34	16 923,34	467,90	304	48.763
020212	Seguros		0,00	50 550,00	0,00	48 132,55	48 131,31	0,00	48 131,31	48 131,31	1,24	0,00	0,000
020213	Deslocações e estadas		89,89	4 000,00	0,00	1 674,04	1 521,34	89,89	1 318,95	1 408,84	152,70	112,50	2.247

Pág. 2 de 6

[Assinatura]

Município de Pedrogão Grande

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

(designação da autarquia local)

Classif. Económica Despesa

Designação

Euros

Ano: 2022

Código		Despesa corrente	Despesas por pagar período anteriores	Dotações corrigidas	Cátivos/descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições		Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental
								Períodos anteriores	Período corrente			
020214	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	10 600,00	167 700,00	0,00	150 697,93	115 572,23	10 600,00	103 111,23	113 711,23	35 325,80	1 881,00	63,21
020215	Formação	579,77	9 500,00	0,00	8 482,49	6 957,99	579,77	6 378,22	6 957,99	1 524,50	0,00	6,103
020216	Seminários, exposições e similares	0,00	1 801,00	0,00	1 022,50	0,00	1 022,50	0,00	0,00	0,00	0,00	67,139
020217	Publicidade	0,00	21 000,00	0,00	16 840,32	0,00	16 840,32	0,00	0,00	0,00	0,00	56,774
020218	Vigilância e segurança	0,00	7 500,00	0,00	3 654,39	3 588,36	0,00	3 528,36	3 528,36	426,03	0,00	47,045
020219	Assistência técnica	3 215,13	54 350,00	0,00	50 388,30	48 323,07	3 215,13	45 107,94	48 323,07	2 068,23	0,00	5,918
020220	Outros trabalhos especializados	6 876,76	726 748,00	0,00	381 156,15	227 562,63	6 876,76	219 309,43	226 186,19	153 593,52	1 376,44	0,946
020222	Serviços de saúde	375,00	28 050,00	0,00	15 624,32	15 390,77	375,00	14 975,77	15 350,77	473,55	0,00	1,291
020224	Encargos de cobrança de receitas	0,00	20 000,00	0,00	19 580,00	17 525,22	0,00	17 525,22	17 525,22	2 064,78	0,00	0,000
020225	Outros serviços	635,00	396 986,72	0,00	287 191,72	274 497,61	635,00	273 389,73	274 004,73	12 694,11	492,88	0,160
03	Juros e outros encargos	0,00	16 482,00	0,00	14 809,31	14 888,50	0,00	14 808,50	14 808,50	1 11	0,00	0,000
0301	Juros da dívida pública	0,00	16 441,00	0,00	14 764,10	14 782,99	0,00	14 782,99	14 782,99	147,99	1,11	0,00
030103	Sociedades - Bancos e outras instit. financeiras	0,00	16 441,00	0,00	14 764,10	14 782,99	0,00	14 782,99	14 782,99	147,99	1,11	0,00
03010302	Empréstimos de médio e longo prazos	0,00	16 441,00	0,00	14 764,10	14 782,99	0,00	14 782,99	14 782,99	147,99	1,11	0,00
0302	Outros encargos correntes da dívida pública	0,00	50,00	0,00	45,51	45,51	0,00	45,51	45,51	45,51	0,00	0,000
030201	Despesas diversas	0,00	50,00	0,00	45,51	45,51	0,00	45,51	45,51	45,51	0,00	0,000
0303	Juros de locação financeira	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
030305	Material de transporte	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
04	Transferências correntes	0,00	758 563,00	0,00	643 968,49	640 238,72	0,00	639 809,14	639 809,14	3 726,77	430,58	0,000
0401	Sociedades e quase sociedades não financeiras	0,00	154 644,00	0,00	139 942,73	139 942,73	0,00	139 942,73	139 942,73	0,00	0,00	0,000
040101	Públicas	0,00	139 644,00	0,00	139 942,73	139 942,73	0,00	139 942,73	139 942,73	0,00	0,00	0,000
04010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	139 644,00	0,00	139 942,73	139 942,73	0,00	139 942,73	139 942,73	0,00	0,00	0,000
040102	Privadas	0,00	15 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
0403	Administração central	0,00	51 001,00	0,00	48 500,00	48 500,00	0,00	48 500,00	48 500,00	0,00	0,00	0,000
040305	Serviços e fundos autónomos	0,00	51 001,00	0,00	48 500,00	48 500,00	0,00	48 500,00	48 500,00	0,00	0,00	0,000
0405	Administração local	0,00	195 500,00	0,00	171 658,74	171 212,48	0,00	171 212,48	171 212,48	446,26	0,00	0,000
040501	Continente	0,00	195 500,00	0,00	171 658,74	171 212,48	0,00	171 212,48	171 212,48	446,26	0,00	0,000
04050101	Municípios	0,00	5 000,00	0,00	446,26	0,00	0,00	0,00	0,00	446,26	0,00	0,000
04050102	Freguesias	0,00	150 000,00	0,00	150 000,00	150 000,00	0,00	150 000,00	150 000,00	0,00	0,00	0,000
04050104	Associações de municípios	0,00	38 000,00	0,00	20 042,00	20 042,00	0,00	20 042,00	20 042,00	20 042,00	0,00	0,000
04050108	Outros	0,00	2 500,00	0,00	1 170,48	1 170,48	0,00	1 170,48	1 170,48	0,00	0,00	0,000
0407	Instituições sem fins lucrativos	0,00	287 118,00	0,00	244 510,72	242 550,72	0,00	242 550,72	242 550,72	242 550,72	1 980,00	0,000
040701	Instituições sem fins lucrativos	0,00	287 118,00	0,00	244 510,72	242 550,72	0,00	242 550,72	242 550,72	242 550,72	1 980,00	0,000
0408	Famílias	0,00	70 000,00	0,00	39 354,30	38 033,79	0,00	37 603,21	37 603,21	430,58	0,000	53,719
040802	Outras	0,00	70 000,00	0,00	39 354,30	38 033,79	0,00	37 603,21	37 603,21	430,58	0,000	53,719
04080201	Programas Ocupacionais	0,00	35 000,00	0,00	28 860,93	28 705,83	0,00	28 705,83	28 705,83	0,00	155,10	0,000

Município de Pedrogão Grande

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

(designação da autarquia local)

Classif. Económica Despesa

Designação

Despesa corrente

Código		Despesas por pagar período anteriores	Dotações corrigidas	Cátivos/descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições		Compromissos a transitar		Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental Periodos anteriores	Período corrente
							Periodos anteriores	Total	Período corrente				
04080202	Obras	0,00	35 000,00	0,00	10 493,37	9 172,86	0,00	8 897,38	1 320,51	275,48	0,000	25,421	
05	Subsídios	0,00	72 500,00	0,00	47 529,20	44 529,20	44 529,20	3 000,00	0,00	0,00	0,000	61,420	
0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0,00	62 574,00	0,00	44 892,86	41 892,86	41 892,86	3 000,00	0,00	0,00	0,000	66,949	
0501/01	Públicas	0,00	62 574,00	0,00	44 892,86	41 892,86	41 892,86	3 000,00	0,00	0,00	0,000	66,949	
0501/0101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	62 574,00	0,00	44 892,86	41 892,86	41 892,86	3 000,00	0,00	0,00	0,000	66,949	
0508	Famílias	0,00	9 926,00	0,00	2 636,34	2 636,34	2 636,34	0,00	0,00	0,00	0,000	26,560	
050803	Outras	0,00	9 926,00	0,00	2 636,34	2 636,34	2 636,34	0,00	0,00	0,00	0,000	26,560	
06	Outras despesas correntes	0,00	136 181,48	0,00	102 965,90	95 689,75	95 689,75	95 689,75	7 276,15	0,00	0,000	70,266	
0602	Diversas	0,00	136 181,48	0,00	102 965,90	95 689,75	95 689,75	95 689,75	7 276,15	0,00	0,000	70,266	
060201	Impostos e taxas	0,00	4 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
06020101	Impostos e taxas pagos pela Autarquia	0,00	4 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
0602010199	Outras	0,00	4 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
060203	Outras	0,00	132 181,48	0,00	102 965,90	95 689,75	95 689,75	95 689,75	7 276,15	0,00	0,000	72,393	
06020301	Outras restituições	0,00	756,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
06020302	IVA pago	0,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
06020304	Serviços bancários	0,00	250,00	0,00	4,15	4,15	4,15	0,00	0,00	0,00	0,000	1,660	
06020305	Outras	0,00	131 171,48	0,00	102 961,75	95 685,60	95 685,60	95 685,60	7 276,15	0,00	0,000	72,947	
Despesa de capital													
07	Aquisição de bens de capital	6 286,13	5 635 660,00	0,00	2 612 103,38	2 330 874,87	5 606,13	2 318 075,19	2 323 681,32	281 228,51	7 183,55	0,099	41,132
0701	Investimentos	6 286,13	2 702 841,40	0,00	1 079 301,98	1 016 563,68	5 606,13	1 003 764,00	1 009 370,13	62 738,31	7 183,55	0,207	37,136
070101	Terrenos	680,00	51 167,00	0,00	48 848,50	48 848,50	0,00	48 168,50	48 168,50	0,00	680,00	0,000	94,140
070102	Habilidades	0,00	874 278,00	0,00	40 000,00	40 000,00	0,00	40 000,00	40 000,00	0,00	0,000	4,575	
07010202	Aquisição	0,00	40 001,00	0,00	40 000,00	40 000,00	0,00	40 000,00	40 000,00	0,00	0,000	99,998	
07010203	Reparação e beneficiação	0,00	834 277,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
070103	Edifícios	0,00	200 729,00	0,00	19 964,52	11 170,02	0,00	11 170,02	11 170,02	0,00	0,000	0,000	5,565
07010301	Instalações de serviços	0,00	68 795,00	0,00	8 794,50	0,00	0,00	0,00	0,00	8 794,50	0,00	0,000	0,000
07010302	Instalações desportivas e recreativas	0,00	70 000,00	0,00	11 170,02	11 170,02	0,00	11 170,02	11 170,02	0,00	0,000	0,000	15,987
07010303	Mercados e instalações de fiscalização sanitária	0,00	44 432,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
07010305	Escolas	0,00	12 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
07010307	Outros	0,00	5 002,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
070104	Construções diversas	94,59	824 337,40	0,00	607 639,37	594 763,16	94,59	594 068,57	594 763,16	12 876,21	0,00	0,011	72,139
07010401	Viajtos, arranques e obras complementares	94,59	289 584,40	0,00	233 897,67	222 033,69	94,59	221 939,10	222 033,69	11 863,86	0,00	0,033	76,641
07010405	Parques e jardins	0,00	2 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
07010406	Instalações desportivas e recreativas	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
07010407	CaptAÇÃO e distribuição de água	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
07010409	Sinalização e trânsito	0,00	18 500,00	0,00	8 249,29	7 380,12	0,00	7 380,12	889,17	889,17	0,00	0,000	889,17

Pág. 4 de 6

Ano: 2022

Euros

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Município de Pedrogão Grande

(designação da autarquia local)

Classif. Económica Despesa

Código	Designação	pagar período anteriores	corrigidas	descasivos	Compromissos	Obrigações	Períodos anteriores		Período corrente	Total	a transitar	Períodos anteriores	Período corrente
							Períodos anteriores	Total					
07010410	Despesa de capital												
	Infraestrut. para distribuição energia eléctrica	0,00	2.500,00	0,00	2.441,64	2.318,58	0,00	2.318,58	123,06	0,00	0,00	0,00	92.743
07010412	Cemiterios	0,00	70.000,00	0,00	7.755,03	7.755,03	0,00	7.755,03	0,00	0,00	0,00	0,00	11.079
07010413	Outros	0,00	441.252,00	0,00	355.295,74	355.295,74	0,00	355.295,74	355.295,74	0,00	0,00	0,00	80.520
070106	Material de transporte	4.422,33	154.805,00	0,00	147.609,25	4.422,33	143.186,92	147.609,25	0,00	0,00	2.857	0,00	92.495
07010602	Outro	4.422,33	154.805,00	0,00	147.609,25	4.422,33	143.186,92	147.609,25	0,00	0,00	2.857	0,00	92.495
070107	Equipamento de informática	0,00	46.985,00	0,00	19.230,63	19.230,63	0,00	17.383,34	0,00	1.887,29	0,00	0,00	36.979
070108	Software informático	0,00	39.750,00	0,00	22.442,46	14.539,34	0,00	14.539,34	7.903,12	0,00	0,00	0,00	36.577
070109	Equipamento administrativo	0,00	38.290,00	0,00	25.689,42	1.150,92	0,00	1.150,92	24.538,50	0,00	0,00	0,00	3.006
070110	Equipamento básico	1.099,21	168.374,00	0,00	86.055,00	86.055,00	1.089,21	80.319,53	81.408,74	0,00	4.646,26	0,647	47.703
07011002	Outro	1.099,21	168.374,00	0,00	88.055,00	86.055,00	1.089,21	80.319,53	81.408,74	0,00	4.646,26	0,647	47.703
070111	Ferramentas e utensílios	0,00	2.500,00	0,00	1.474,39	0,00	1.474,39	0,00	1.474,39	0,00	0,00	0,00	58.976
070113	Investimentos incorpóreos	0,00	40.066,00	0,00	23.610,56	16.722,47	0,00	16.722,47	16.722,47	0,00	0,00	0,00	41.800
070115	Outros investimentos	0,00	261.750,00	0,00	36.637,50	35.000,00	0,00	35.000,00	35.000,00	1.537,50	0,00	0,00	13.372
0702	Locação financeira	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
070205	Material de transporte	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0703	Bens de domínio público	0,00	2.932.717,60	0,00	1.532.801,39	1.314.311,19	0,00	1.314.311,19	1.314.311,19	218.490,20	0,00	0,000	44.815
070302	Edifícios	0,00	84.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
07030201	Instalações de serviços	0,00	84.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
070303	Outras construções e infraestruturas	0,00	2.886.216,60	0,00	1.532.801,39	1.314.311,19	0,00	1.314.311,19	1.314.311,19	218.490,20	0,00	0,000	45.823
07030301	Viajados, arranamentos e obras complementares	0,00	2.086.828,00	0,00	1.484.374,25	1.298.009,59	0,00	1.298.009,59	1.298.009,59	186.364,66	0,00	0,000	62.200
07030305	Parques e jardins	0,00	204.751,00	0,00	32.125,54	0,00	0,00	0,00	0,00	32.125,54	0,00	0,000	0,000
07030306	Instalações desportivas e recreativas	0,00	527.833,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
07030313	Outros	0,00	48.804,60	0,00	16.301,60	16.301,60	0,00	16.301,60	16.301,60	0,00	0,00	0,000	33.402
070305	Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
08	Transferências de capital	0,00	189.023,00	0,00	32.261,71	32.261,71	0,00	32.261,71	32.261,71	0,00	0,00	0,000	17.068
0801	Sociedades e quase sociedades não financeiras	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
080102	Pivadas	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0803	Administração central	0,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
080306	Serviços e fundos autónomos	0,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0805	Administração local	0,00	61.567,00	0,00	8.861,11	8.861,11	0,00	8.861,11	8.861,11	0,00	0,00	0,000	14.393
080501	Continente	0,00	61.567,00	0,00	8.861,11	8.861,11	0,00	8.861,11	8.861,11	0,00	0,00	0,000	14.393
08050104	Associações de municípios	0,00	61.567,00	0,00	8.861,11	8.861,11	0,00	8.861,11	8.861,11	0,00	0,00	0,000	14.393
0807	Instituições sem fins lucrativos	0,00	30.754,00	0,00	23.400,60	23.400,60	0,00	23.400,60	23.400,60	0,00	0,00	0,000	76.080
080701	Instituições sem fins lucrativos	0,00	30.754,00	0,00	23.400,60	23.400,60	0,00	23.400,60	23.400,60	0,00	0,00	0,000	76.080
0808	Famílias	0,00	94.201,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
080802	Outras	0,00	94.201,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000

Pág. 5 de 6

Ano: 2022

Euros

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Município de Pedrogão Grande

(designação da autarquia local)

Classif. Económica		Despesa		Dotações corrigidas	Cátivos/ descartivos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições		Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental Períodos anteriores	Período corrente
Código	Designação	Despesas por pagar período anteriores	Periodo corrente					Períodos anteriores	Total				
Despesa de capital													
10	Passivos financeiros	0,00	285 009,00	0,00	270 997,14	270 743,59	0,00	270 743,59	270 743,59	253,55	0,00	0,00	
1006	Emprestimos a médio e longo prazos	0,00	285 009,00	0,00	270 997,14	270 743,59	0,00	270 743,59	270 743,59	253,55	0,00	0,00	
100603	Socied. financ.-Bancos e outras inst. financeiras	0,00	285 009,00	0,00	270 997,14	270 743,59	0,00	270 743,59	270 743,59	253,55	0,00	0,00	
11	Outras despesas de capital	0,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1102	Diversas	0,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
110299	Outras	0,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total Despesas Correntes		80 308,98	7 017 201,48	0,00	5 368 636,02	5 084 682,46	80 308,98	4 329 067,09	5 009 376,08	281 973,56	75 286,38	1,144	70.243
Total Despesas de Capital		6 288,13	6 110 842,00	0,00	2 915 392,23	2 633 886,17	5 986,13	2 821 080,49	2 626 686,62	281 482,06	7 193,55	0,092	42.892
Total Geral		86 595,12	13 128 043,48	0,00	8 281 988,25	7 718 542,63	85 915,12	7 550 147,58	7 636 062,70	563 455,62	82 479,93	0,054	57.512

Ano: 2022

Euros

ORGÃO DELIBERATIVO
Em 28 de <u>Setembro</u> de 2023
<i>[Handwritten signatures]</i>

[Handwritten signatures]

ORGÃO EXECUTIVO
Em 22 de <u>Setembro</u> de 2023
<i>[Handwritten signatures]</i>



J. (X)
Anilam
NB
Oey
P. M.

VIII. DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL (Do Município)

Município de Pedrogão Grande

Demonstração do desempenho orçamental do período findo em 31 de Dezembro de 2022

Valores em €

RUBRICA RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						(n-1)
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Saldo da gerência anterior	2 440 899,30	0,00	0,00	789 647,18	162 585,81	3 393 132,29	1 634 109,40
Operações Orçamentais [1]	2 440 899,30	0,00	0,00	789 647,18	0,00	3 230 546,48	1 420 551,51
Devolução do saldo oper. Orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de tesouraria [A]	0,00	0,00	0,00	0,00	162 585,81	162 585,81	213 557,89
Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita corrente	5 730 918,41	0,00	0,00	0,00	0,00	5 730 918,41	5 188 073,49
R1 Receita Fiscal	723 864,61	0,00	0,00	0,00	0,00	723 864,61	716 933,03
R1.1 Impostos diretos	723 864,61	0,00	0,00	0,00	0,00	723 864,61	716 933,03
R1.2 Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3 Taxas, multas e outras penalidades	36 581,25	0,00	0,00	0,00	0,00	36 581,25	34 055,61
R4 Rendimentos de propriedade	300 992,35	0,00	0,00	0,00	0,00	300 992,35	299 926,74
R5 Transferências e subsídios correntes	4 550 946,16	0,00	0,00	0,00	0,00	4 550 946,16	4 035 382,33
R5.1 Transferências correntes	4 550 946,16	0,00	0,00	0,00	0,00	4 550 946,16	4 035 382,33
R5.1.1 Administrações Públicas	4 550 946,16	0,00	0,00	0,00	0,00	4 550 946,16	4 035 382,33
R5.1.1.1 Administração Central - Estado Português	4 532 657,16	0,00	0,00	0,00	0,00	4 532 657,16	4 016 356,61
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	18 289,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18 289,00	19 025,72
R5.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2 Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2 Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6 Venda de bens e serviços	109 129,18	0,00	0,00	0,00	0,00	109 129,18	86 698,03
R7 Outras receitas correntes	9 404,86	0,00	0,00	0,00	0,00	9 404,86	15 077,75
Receita de capital	1 373 443,79	0,00	0,00	0,00	0,00	1 373 443,79	2 483 318,16
R8 Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15 500,00
R9 Transferências e subsídios de capital	1 373 443,79	0,00	0,00	0,00	0,00	1 373 443,79	2 467 818,16
R9.1 Transferências de capital	1 373 443,79	0,00	0,00	0,00	0,00	1 373 443,79	2 467 818,16
R9.1.1 Administrações Públicas	1 373 443,79	0,00	0,00	0,00	0,00	1 373 443,79	2 467 818,16
R9.1.1.1 Administração Central - Estado Português	1 373 443,79	0,00	0,00	0,00	0,00	1 373 443,79	2 459 595,90
R9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8 222,26
R9.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2 Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2 Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10 Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11 Reposições não abatidas aos pagamentos	5 708,56	0,00	0,00	0,00	0,00	5 708,56	2 744,39
Receita efetiva [2]	7 110 070,76	0,00	0,00	0,00	0,00	7 110 070,76	7 674 136,04
Receita não efetiva [3]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12 Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13 Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Soma [4]=[1]+[2]+[3]	9 550 970,06	0,00	0,00	789 647,18	0,00	10 340 617,24	9 094 687,55
Operações de tesouraria [B]	0,00	0,00	0,00	0,00	67 588,01	67 588,01	34 329,52

Município de Pedrogão Grande

Demonstração do desempenho orçamental do período findo em 31 de Dezembro de 2022

Valores em €

RUBRICA PAGAMENTOS	FONTE DE FINANCIAMENTO (n)						(n-1)
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Despesa corrente	5 008 538,08	0,00	0,00	838,00	0,00	5 009 376,08	4 249 876,87
D1 Despesas com o pessoal	2 718 183,31	0,00	0,00	0,00	0,00	2 718 183,31	2 399 235,37
D1.1 Remunerações Certas e Permanentes	2 124 931,57	0,00	0,00	0,00	0,00	2 124 931,57	1 876 714,04
D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	26 235,21	0,00	0,00	0,00	0,00	26 235,21	23 111,58
D1.3 Segurança Social	567 016,53	0,00	0,00	0,00	0,00	567 016,53	499 409,75
D2 Aquisição de bens e serviços	1 495 514,03	0,00	0,00	838,00	0,00	1 496 352,03	1 458 830,61
D3 Juros e outros encargos	14 812,65	0,00	0,00	0,00	0,00	14 812,65	10 190,28
D4 Transferências e subsídios correntes	684 338,34	0,00	0,00	0,00	0,00	684 338,34	363 011,23
D4.1 Transferências correntes	639 809,14	0,00	0,00	0,00	0,00	639 809,14	292 798,51
D4.1.1 Administrações Públicas	219 712,48	0,00	0,00	0,00	0,00	219 712,48	88 079,38
D4.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	48 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48 500,00	0,00
D4.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5 Administração Local	171 212,48	0,00	0,00	0,00	0,00	171 212,48	88 079,38
D4.1.2 Entidades do setor não lucrativo	242 550,72	0,00	0,00	0,00	0,00	242 550,72	176 530,65
D4.1.3 Famílias	37 603,21	0,00	0,00	0,00	0,00	37 603,21	28 188,48
D4.1.4 Outras	139 942,73	0,00	0,00	0,00	0,00	139 942,73	0,00
D4.2 Subsídios correntes	44 529,20	0,00	0,00	0,00	0,00	44 529,20	70 212,72
D5 Outras despesas correntes	95 689,75	0,00	0,00	0,00	0,00	95 689,75	18 609,38
Despesa de capital	2 183 057,83	0,00	0,00	172 885,20	0,00	2 355 943,03	1 379 164,81
D6 Aquisição de bens de capital	2 150 796,12	0,00	0,00	172 885,20	0,00	2 323 681,32	1 287 526,09
D7 Transferência e subsídios de capital	32 261,71	0,00	0,00	0,00	0,00	32 261,71	91 638,72
D7.1 Transferências de capital	32 261,71	0,00	0,00	0,00	0,00	32 261,71	91 638,72
D7.1.1 Administrações Públicas	8 861,11	0,00	0,00	0,00	0,00	8 861,11	72 000,00
D7.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5 Administração Local	8 861,11	0,00	0,00	0,00	0,00	8 861,11	72 000,00
D7.1.2 Entidades do setor não lucrativo	23 400,60	0,00	0,00	0,00	0,00	23 400,60	19 638,72
D7.1.3 Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.2 Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8 Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa efetiva [5]	7 191 595,91	0,00	0,00	173 723,20	0,00	7 365 319,11	5 629 041,68
Despesa não efetiva [6]	270 743,59	0,00	0,00	0,00	0,00	270 743,59	235 099,39
D9 Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10 Despesa com passivos financeiros	270 743,59	0,00	0,00	0,00	0,00	270 743,59	235 099,39
Soma [7]=[5]+[6]	7 462 339,50	0,00	0,00	173 723,20	0,00	7 636 062,70	5 864 141,07
Operações de tesouraria [C]	0,00	0,00	0,00	0,00	50 119,57	50 119,57	85 301,60
Saldo para a gerência seguinte	2 088 630,56	0,00	0,00	615 923,98	180 054,25	2 884 608,79	3 393 132,29
Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	2 088 630,56	0,00	0,00	615 923,98	0,00	2 704 554,54	3 230 546,48
Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	0,00	0,00	0,00	0,00	180 054,25	180 054,25	162 585,81
Saldo global [2] - [5]	-81 525,15	0,00	0,00	-173 723,20	0,00	-255 248,35	2 045 094,36
Despesa primária	7 176 783,26	0,00	0,00	173 723,20	0,00	7 350 506,46	5 618 851,40
Saldo corrente	722 380,33	0,00	0,00	-838,00	0,00	721 542,33	938 196,62
Saldo de capital	-809 614,04	0,00	0,00	-172 885,20	0,00	-982 499,24	1 104 153,35
Saldo primário	-66 712,50	0,00	0,00	-173 723,20	0,00	-240 435,70	2 055 284,64
Receita total [1] + [2] + [3]	9 550 970,06	0,00	0,00	789 647,18	0,00	10 340 617,24	9 094 687,55
Despesa total [5] + [6]	7 462 339,50	0,00	0,00	173 723,20	0,00	7 636 062,70	5 864 141,07



D
J.
Paulo
B
Dey
P.
M.

IX. DTAS – DÍVIDAS A TERCEIROS POR ANTIGUIDADE DE SALDOS

Município de Pedrogão Grande

No período até 31 de Dezembro de 2022

3. *Amber*
NB
Q
Oxy
P
M



P
J
Anônimo
NS
Q
Ca
P M

X. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

O objeto principal do Município de Pedrógão Grande é a prossecução de atividades não lucrativas no âmbito das competências atribuídas pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o quadro de transferências de atribuições e competências para as autarquias locais.

A consolidação de contas é um processo contabilístico que permite agregar as demonstrações financeiras e orçamentais das entidades incluídas no perímetro de consolidação, tendo sido aplicadas as políticas de consolidação constantes do SNC-AP.

O Município de Pedrógão Grande, como entidade consolidante utiliza os seguintes métodos de consolidação:

- ✓ Método da Equivalência Patrimonial (para as contas consolidadas) que consiste na substituição no balanço da empresa consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detidas pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da empresa participada;
- ✓ Método da Equivalência Patrimonial (para as contas individuais) que consiste na substituição no balanço da empresa consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detidas pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da empresa participada.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida na NCP 1 – Estrutura e Conteúdos das Demonstrações Financeiras.

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Município de Pedrógão Grande ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

Atendendo ao baixo número de notas que sofrem alterações, face à prestação de contas individual do Município pela aplicação do MEP á APIN, apenas se irão apresentar, as notas ao balanço e demonstração de resultados, que tiveram alterações, devido à aplicação do MEP, remetendo-se para a leitura dos restantes pontos nas contas individuais do Município de Pedrógão Grande.

Será ainda criado uma nota extra no final das restantes notas explicativas, o 24, o qual conterá alguns elementos específicos da consolidação.

Pelo terceiro ano consecutivo o Município de Pedrógão Grande apresenta as suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística das Administrações Públicas (SNC-AP).

Nota 1 – Identificação da Identidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1– Entidades incluídas na consolidação

Designação	Sede	% Controlo		Controlo Final
		Direto	Indireto	
APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A.	Penela	5,54%	-	5,54%

Quadro 1 – Entidades incluídas na consolidação, 2020

A APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A., foi constituída por escritura pública lavrada no dia 29 de julho de 2019, no Cartório Notarial de Penela, tendo iniciado a sua atividade a 22 de agosto de 2019.

Nos termos dos seus estatutos, a APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A., é uma empresa intermunicipal, criada sob a forma de uma sociedade anónima, cujo capital é 100% detido por municípios, com a seguinte estrutura acionista:

Municípios	Participação no Capital Social (€)	Participação (%)
Alvaiázere	98.780,00	8,98 %
Ansião	151.030,00	13,73 %
Castanheira de Pera	46.860,00	4,26 %
Figueiró dos Vinhos	64.020,00	5,82 %
Góis	79.200,00	7,20 %
Lousã	202.290,00	18,39 %
Pampilhosa da Serra	86.900,00	7,90 %
Pedrógão Grande	60.940,00	5,54 %
Penacova	154.440,00	14,04%
Penela	74.470,00	6,77%
Vila Nova Poiares	81.070,00	7,37%
Total	1.100.000,00	100,00 %

A composição dos Órgãos Sociais a 31/12/2022, era a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral – esta é constituída por um Presidente e um Secretário.

B. J. M. B. C. M.

Presidente – Luis Miguel Correia Antunes- Município Lousã;

Secretário – Eduardo Jorge Mendes Nogueira dos Santos – Município de Penela;

Conselho de Administração – sendo este composto por três membros nomeados pelas Câmaras Municipais.

Presidente – João Miguel Sousa Henriques – Município de Vila Nova de Poiares;

Vogal –Jorge Alves Custódio – Município de Pampilhosa da Serra;

Vogal – Marta Inês Dinis Brás Cardoso Fernandes– Município de Figueiró dos Vinhos.

O Conselho de Administração delega a gestão corrente da Empresa numa Comissão Executiva, fixando-lhes os limites de delegação.

Conselho Executivo – composto por um Presidente e dois Vogais, reporta ao conselho de administração e apoia-se em quatro unidades de suporte, sendo elas: Unidade de Assessoria Jurídica; Unidade de Controlo de Gestão; Unidade de Sistemas de Informação; Unidade de Assessoria de Imagem e Comunicação.

Fiscal Único – Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, SROC, S.A., representado por: Bruno José Machado de Almeida.

Estado das contas individuais do exercício de 2022:

Aprovadas em Sessão de Assembleia Geral em 03 de abril de 2023.

Trabalhadores ao serviço até 31 de dezembro de 2022, estavam ocupados 203 postos de trabalho, detalhando-se da seguinte forma: 36 colaboradores na sede, 87 colaboradores distribuídos pelos três Polos Operacionais e 80 colaboradores nos oito Centros Operacionais. A estrutura dos

Recursos Humanos da APIN no ano de 2022, resultou da integração trabalhadores provenientes do conjunto dos 11 municípios, em regime de “Acordo de Cedência por Interesse Público”, tendo o Município de Pedrógão Grande 2 colaboradores nestas circunstâncias, e da contratação de técnicos especializados com o intuito de fortalecer as competências da atividade operacional da Empresa e também de suporte à Administração.

Segundo o art.º 28.º da Lei n.º 50/2012, o estatuto do pessoal das empresas é o do regime do contrato individual de trabalho, havendo lugar a exercício de funções por parte de trabalhadores que exercem funções públicas através de acordo de cedência de interesse público, aplicando-se, então, as regras de direito administrativo.

Note-se que, os direitos e regalias dos trabalhadores que transitaram em regime de cedência mantém-se inalterados, sendo a transição para a nova estrutura agregada feita numa base voluntária.

Referencial Contabilistico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras da Empesa são preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

A APIN, em 2022, não consta na listagem de 2022 entidades do setor institucional das administrações públicas (atualizada em março de 2023) emitida pelo Instituto Nacional de Estatística (adiante também INE) (fonte [Portal do INE](#)) , pelo que não lhe é obrigatória a aplicação do SNC-AP nem, consequentemente, da NCP26.

Acresce que, além desse facto a entidade aplica o SNC “empresarial”. Para se poder proceder à consolidação orçamental, é necessário que a entidade a consolidar possua contabilidade orçamental nos termos da NCP 26, completa e aprovada. Pelo que não sendo este o caso da APIN a mesma não será incluída em termos de perímetro de consolidação orçamental.

Desta forma não existe qualquer entidade, além do Município, a incluir em perímetro de consolidação orçamental, pelo que não haverá qualquer elemento a preparar em termos de consolidação, sendo apresentados os elementos orçamentais individuais do Município, os quais segundo a nova redação da FAQ 18, equivalem à consolidação orçamental.

1.2– Informações relativas aos procedimentos de consolidação

No caso das regras e requisitos para se proceder à consolidação financeira, foi aplicado, o método da equivalência patrimonial, em que os ativos financeiros da participação financeira da APIN foram ajustados da sua quota-parte (5,54%) dos aumentos e diminuições do capital próprio desta.

O valor dos capitais próprios da APIN apresentaram o seguinte valor a 31/12/2022:

CAPITAIS PRÓPRIOS	Valor €
Capital Subscrito	1 100 000,00 €
Reservas Legais	10 863,28 €
Outras Reservas	0,00 €
Prestações Acessórias	0,00 €
Resultados Transitados	853 189,83 €
Ajustamentos/Outras variações no capital proprio	16 839 314,46 €
Resultados Liquidos	-1 697 606,08 €
Total Capitais Próprios	17 105 761,49 €

Quadro 2 – Decomposição capitais próprios APIN, 2022

Foi efetuada a aplicação do método de equivalência patrimonial sobre os ativos financeiros da participação financeira da APIN e foram ajustados da sua quota-parte (5,54%) dos aumentos e diminuições do capital próprio desta.

Situações a ter previamente em consideração:

- Sendo conhecido o resultado antes de impostos do ano de 2022 da APIN (-2.129.137,03€), aquando da elaboração das contas individuais do Município, foi constituída provisão para

cobertura desse resultado, pela aplicação da % da participação do Município (5,54%), no valor total de (-117.954,19€), tendo sido registada na conta 679 – “Outras Provisões”; *anular* *NB*

- Atento o diferente normativo contabilístico utilizado entre o Município de Pedrógão Grande (SNC-AP) e a empresa APIN (SNC), a conta 5931 – *“Transferências e subsídios para aquisição de ativos não depreciáveis”* tem diferentes enquadramentos. O valor considerado em SNC-AP na conta 5931, deverá ser o das transferências para investimentos que já estejam concluídos (passados a firme), pois caso não estejam ainda concluídos a verba deve permanecer na conta 282 e só depois de as obras estarem concluídas é o valor deve ser transferido para a conta 5931. As empresas que utilizam SNC, como é o caso da APIN reconhecem, em regra, e mediante o cumprimento de determinados pressupostos, o valor dos subsídios ao investimento na conta 5931 aquando da aprovação da candidatura. Além dessa diferença, que resulta em montantes significativamente diferentes, é necessário ter presente que:
 - Já existiu o tratamento dos subsídios de obras apenas respeitantes ao MPG nas contas individuais aquando do tratamento dos Acordos de concessão (nota 4), sendo necessário evitar que ocorra a duplicação de montantes entre os montantes registados no acordo de concessão e do MEP;
 - Na mesma lógica de pensamento, sendo expectável que todos os outros municípios, caso tenham idêntica interpretação da NCP 4 – Acordos de concessão, reconheçam também os subsídios respeitantes às obras/empreitadas desenvolvidas nos seus concelhos, apenas será de considerar os eventuais subsídios ao investimento de obras/empreitadas/aquisições/projetos “comuns” da APIN, pois serão estes que não serão registados de forma individual por cada Município.

Conforme informações prestadas pela APIN, dos montantes de subsídios respeitantes a obras comuns e a obras/empreitadas exclusivamente do MPG, apenas 550.308,41€ correspondiam a candidaturas referentes a obras “comuns” da APIN que à data já se encontravam em utilização, tendo a este montante de ser deduzido os únicamente respeitantes ao MPG, uma vez que haviam sido considerados nas Concessões, nomeadamente os montantes referentes à Operação POSEUR-03-2012-FC-001224 – Projeto de Execução de saneamento de águas residuais de ligação à ETAR de Derreada – Lote A, cujo montante se cifra em 137.382,70€, por forma a evitar a duplicação de valores entre a aplicação do MEP e o registo da Concessão. Deste modo, para efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial, foram considerados segundo dados da APIN, 412.925,71€ de Ajustamentos/Outras variações no capital próprio da APIN.

Resumidamente, em termos de consolidação, foram realizados os seguintes ajustamentos:

- O resultado líquido do ano de 2022 da APIN (-1.697.606,08€), pela aplicação da % da participação do Município de Pedrógão Grande (5,54%), no valor total de (- 94.047,38€), foi registada na conta 6852- “Aplicação do método de equivalência patrimonial”;
- Reconhecido, em termos líquidos, na conta 412239 – APIN o valor a crédito de 23.302,75€ resultando no valor de 37.637,25€ nessa participação (pois a situação líquida da APIN recalculada com os ajustamentos/outras variações no capital próprio resultou numa situação líquida positiva a 31/12/2022, situação que não se verificava em 31/12/2021);
- a débito na conta 561 – Resultados transitados, o montante de 112.297,57€, correspondendo à quota parte de Resultados Líquidos de Anos Anteriores (-4.689,39 (2019), +12.063,51€ (2020) e (-119.671,69) de (2021));

- a credito na conta 571 – Ajustamentos em Investimentos Financeiros, o valor de 183.042,20€, correspondendo à diferença entre a quota parte antes de resultados líquidos de 2022 (131.684,63€), abatido do valor de resultados líquidos de anos anteriores (112.297,57€) e do custo de aquisição da participação da APIN (60.940€);
- regularização da provisão que havia sido criada para cobertura de prejuízos a 31/12/2022 nas contas individuais do Município de Pedrógão Grande, uma vez conhecido o Resultado Antes de Impostos da APIN. Regularização de 117.954,19€ a debito da conta 299 por contrapartida da 679.
- Em abril de 2023 foi já efetuada a transferência do montante da quota-parte do prejuízo no valor de 117.954,19€, a qual tem por referência o valor do resultado antes de imposto.

Segue-se quadro exemplificativo dos valores considerados nos cálculos dos valores acima supramencionados:

	Balanço a 31/12/2022	Valor a considerar na proporção da participação
	100%	5,54%
Capital subscrito	1 100 000,00	60 940,00
Reservas legais	10 863,28	601,83
Resultados Transitados	853 189,83	47 266,72
Ajustamentos/ Outras variações	16 839 314,46	22 876,08
RL 2021	- 1 697 606,08	- 94 047,38
	17 105 761,49	37 637,25

(1) Considerado parcialmente no montante de 412.925,71€ dado o tratamento diferenciado da rubrica dos Subsídios ao Investimento nos Regimes Contabilísticos adotados, pelo município e pela Empresa APIN.

Importa referir que o facto da transferência de equilíbrio financeiro estar prevista ser efetuada pelo resultado antes de imposto, nos termos da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, o qual no caso é “mais negativo” que o resultado líquido, resulta do facto da APIN ter estimado imposto diferido a recuperar, resultando num imposto “positivo”. Na prática este valor resulta do pressuposto,

assumido pela APIN, de que no futuro irá apresentar resultados antes impostos positivos que permitirão utilizar/recuperar os prejuízos fiscais agora incorridos e que funcionarão como um crédito fiscal nessa altura.

1.3– Referencial contabilístico e demonstrações financeiras consolidadas

As Demonstrações Financeiras consolidadas apresentadas foram preparadas de forma a proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da sua posição financeira, alterações à posição financeira, a sua performance financeira.

Uma apresentação verdadeira e apropriada requer que seja feita uma representação fidedigna dos efeitos das transações, de outros eventos, e das condições no que respeita ao reconhecimento dos ativos, passivos, rendimentos e gastos, de acordo com o previsto no SNC-AP.

1.4– Derrogações de disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação e qualquer disposição prevista pelo SNC-AP, que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras. No decorrer do ano de 2022, os serviços do município finalizaram os trabalhos de cadastro/inventariação do imobilizado, com o registo na aplicação do património da universalidade dos bens.

1.5– Comparabilidade

O Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro referia que durante o ano de 2016 todas as entidades públicas deviam assegurar as condições e tomar as decisões necessárias para a transição para o SNC-AP, no entanto os vários adiamentos levaram ao atraso deste processo, sendo que só em 2020, o Município de Pedrógão Grande avançou com a sua implementação. No ano da transição

para SNC-AP, não existindo a obrigação de reexpressar o comparativo das demonstrações financeiras de acordo com o SNC-AP, fez com que a comparabilidade no ano da transição (2020) fosse perdida. Na apresentação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2022 tal situação não se verifica, pelo que as mesmas são comparáveis com as do exercício anterior, com a salvaguarda das situações já referidas do impacto, que decorre das contas individuais, dos Acordos de Concessão (vide nota 4 na prestação de contas individual do Município).

Em 31 de dezembro de 2022 a **desagregação dos saldos de caixa e depósitos** apresentava a seguinte distribuição:

Conta	Valor €
Caixa	1 891,99 €
Depósitos à ordem	2 882 716,80 €
Depósitos à ordem no Tesouro	0,00 €
Depósitos bancários à ordem	2 882 716,80 €
Depósitos a prazo	0,00 €
Depósitos Consignados	0,00 €
Depósitos de garantias e cauções	0,00 €
Total de caixa e depósitos	2 884 608,79 €

Quadro 3 – Desagregação de Caixa e Depósitos, 2022

A Demonstração de Fluxos de Caixa, que como já se referiu, deve ser considerada meramente informativa, e contém no saldo final o montante de 210.254,03€ (112.046,41€ no saldo inicial) respeitantes à APIN que correspondem respetivamente a 5,54% de 3.795.199,02€ e de 2.022.498,39€.

anterior
13
Og
P
PA

Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras consolidadas do Município de Pedrógo Grande foram preparadas em conformidade com o estabelecido na NCP 1 – estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, sendo que as mesmas apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

2.1– Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Investimentos financeiros

As participações na Petroensino e APIN encontram-se valorizadas pelo método da equivalência patrimonial, enquanto as restantes participações se encontram valorizadas pelo método do custo. A participação no Fundo de Apoio Municipal (FAM), está registada, quando disponível, pelo valor comunicado pela própria entidade.

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo Valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Pérdidas de justo valor	Pérdidas por imparidade	Outras	
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados										
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado										
Participações financeiras - custo	60 940,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	23 302,75 €	37 637,25 €
APIN - Empresa Intermunicipal Ambiente Pinhal Interior, EIM, S.A.	60 940,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	23 302,75 €	37 637,25 €
Total	60 940,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	23 302,75 €	37 637,25 €

Quadro 4 – Ativos Financeiros, 2022

Transferências Financeiras a Cargo dos Sócios – Artigo 40º, n.ºs 2 e 8 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto – Segundo este normativo, “... no caso de as empresas locais apresentarem o resultado líquido antes de impostos negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa”, devendo, proceder-se à concretização da transferência do montante apurado no mês seguinte à apreciação das contas da empresa local, observados os termos e nos prazos da lei comercial. Com efeito, considerando a aprovação de contas da APIN – Empresa

Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A., relativas ao exercício de 2022 no passado dia 3 de abril de 2023, e que em resultado das mesmas se constata um resultado líquido antes de impostos negativo de 2.129.137,03 euros, deverá o Município de Pedrógão Grande proceder à transferência financeira no montante de 117.954,19€, representativo da participação de 5,54 % no referido capital social. De referir que o Município já procedeu à realização da referida transferência em abril de 2023.

Nota 15 – Provisões

(...)

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Movimentos consolidação	Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras Diminuições	Total diminuições		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(3)+(4)+(5)	(7)	(8)	(9)	(10)=(7)+(8)+(9)	(11)	(12)=(2)+(6)-(10)-(11)
Impostos, contribuições e taxas					- €				- €		- €
Garantias a clientes					- €				- €		- €
Processos judiciais em curso	319 157,28 €	189 247,00 €			189 247,00 €		122 500,00 €		122 500,00 €		385 904,28 €
Acidentes de trabalho e doenças prof.					- €				- €		- €
Matérias ambientais					- €				- €		- €
Contratos onerosos					- €				- €		- €
Reestruturação e reorganização					- €				- €		- €
Outras provisões	196 255,29 €	117 954,19 €			117 954,19 €	119 671,69 €			- €	119 671,69 €	117 954,19 €
Total	515 412,57 €	307 201,19 €	- €	- €	307 201,19 €	119 671,69 €	122 500,00 €	- €	- €	242 171,69 €	117 954,19 €
											462 487,88 €

Quadro 5 – Provisões, 2022

Nota 18 – Instrumentos Financeiros

(...)

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Imparidades Iniciais	Variações						Movimentos Consolidação	Quantia escriturada final
			Adições	Aplicação MEP contas individuais	Amortizações	Reversões de Perdas por Impariedade	Perdas por Impariedade	Diminuições		
INVESTIMENTOS FINANCEIROS										
Investimentos em entidades controladas	782 204,40	0,00		-179 909,97					-23 302,75	578 991,68
Investimentos em associadas	358 217,92	-17 457,92								340 760,00
Investimentos em empreendimentos conjuntos	0,00	0,00								0,00
Investimentos noutras entidades	196 215,41	0,00								196 215,41
Outros investimentos financeiros	0,00	0,00								0,00
TOTAL	1 336 637,73	-17 457,92	0,00	-179 909,97	0,00	0,00	0,00	0,00	-23 302,75	1 115 967,09

Quadro 6 – Instrumentos Financeiros, 2022

18.18– Património Líquido

Rubricas	Saldo Inicial	Aumento	Diminuição	Mov. consolid.	Saldo final
51 Património	32 387 951,36	0,00	0,00		32 387 951,36
55 Reservas legais	1 521 557,43	0,00	0,00		1 521 557,43
561 Resultados transitados	-10 324 968,32	6 376,34	0,00	-112 297,57	-10 430 889,55
562 Regularizações	175 864,62	82 360,79	665 040,14		-406 814,73
564 Ajustamentos de transição para o SNC-AP	-1 974 762,86	3 717 883,36	3 670 855,38		-1 927 734,88
57 Ajustamentos em investimentos financeiros	576 444,46	0,00	26 245,47	183 042,20	733 241,19
59 Outras variações no património líquido	7 655 050,54	15 427 274,86	12 880 613,96		10 201 711,44
818 Resultado líquido do período (*1)	0,00	0,00	536 093,72	23 906,81	-512 186,91
	30 017 137,23	19 233 895,35	17 778 848,67	94 651,44	31 566 835,35

Quadro 7 – Patrimonio Líquido, 2022

As alterações ocorridas no património líquido consolidado constantes do mapa acima tiveram todas como origem a aplicação do método da equivalência patrimonial e correspondem a:

- ✓ Conta 57 - Ajustamentos em ativos financeiros no total de 183.042,20€ credores;
- ✓ Conta 561 – Registo em resultados transitados do impacto dos resultados líquidos de anos anteriores da APIN que totaliza 112.297,57€ devedores;
- ✓ Reflexo no Resultado Líquido do Período do impacto líquido da anulação da Provisão constituída para cobertura de prejuízos, no montante de 23.906,81€, derivado do facto da cobertura de prejuízos ter por base o Resultado Antes de Imposto.

(...)

Nota 24 – Consolidação de contas – Lançamentos, mapas e informações

Apesar da Portaria 474/2010, de 1 de julho ter sido revogada pela entrada em vigor do SNC-AP, neste ponto serão apresentados alguns dos mapas previstos na mesma, pois entendem-se pertinentes para uma informação mais completa acerca da consolidação de contas.

Poderão ser ainda apresentados novos mapas que se entendam melhorarem a leitura das demonstrações financeiras consolidadas.

24.1 – Lançamentos de consolidação

Em 2022 foram efetuados, no processo de consolidação os seguintes lançamentos:

- Aplicação do MEP na participação da APIN

Débito		Crédito	
Contas	Valores	Contas	Valores
6852	94 047,38	5712	183 042,20
561	112 297,57	4122	23 302,75
Somatório:	206 344,95	Somatório:	206 344,95

- Regularização da provisão criada nas contas individuais para a cobertura dos prejuízos individuais da APIN, respeitante ao RAI de 2022 e a liquidar em 2023

Débito		Crédito	
Contas	Valores	Contas	Valores
299	117 954,19	679	117 954,19
Somatório:	117 954,19	Somatório:	117 954,19

Quadro 8 – Movimentos Contabilísticos efetuados, 2022

24.2 – Fluxos financeiros

Em 2022 os fluxos financeiros entre as entidades do perímetro de consolidação (Município e APIN) e que também correspondem às anulações feitas na consolidação no mapa dos Fluxos de Caixa Consolidados, foram:

RECEBIMENTOS DE CLIENTES

Valor	Recebido por	Pago por	Descriutivo
- 79 428,28	APIN	Município	Anulação do montante pago em 2022 pelo Município à APIN, referente ao consumo de água, saneamento e resíduos sólidos. Inclui 13.322,24€ referentes a transferência feita pelo Município no final de 2021, mas só rececionada pela APIN no início de 2022

PAGAMENTO A FORNECEDORES

Valor	Recebido por	Pago por	Descriutivo
66 211,07	APIN	Município	Anulação do montante recebido em 2022 pela APIN pago pelo Município, referente ao consumo de água, saneamento e resíduos sólidos.

Quadro 9 – Recebimentos clientes vs Pagamentos fornecedores - 2022

PAGAMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS

Valor	Recebido por	Pago por	Descriutivo
- 35 510,48	APIN	Município	Anulação do montante recebido em 2022 pela APIN transferido pelo Município, para compensação da aplicação de tarifário reduzido no âmbito das medidas de apoio Covid-19, assim como no âmbito da TSA - Tarifa Social de Água.

OUTROS RECEBIMENTOS

Valor	Recebido por	Pago por	Descriutivo
35 510,48	APIN	Município	Anulação do montante recebido em 2022 pela APIN transferido pelo Município, para compensação da aplicação de tarifário reduzido no âmbito das medidas de apoio Covid-19, assim como no âmbito da TSA - Tarifa Social de Água.

Quadro 10 – Pagamentos de transferências e subsídios vs Outros recebimentos - 2022

RECEBIMENTOS DE CLIENTES

Valor	Recebido por	Pago por	Descriutivo
- 4 960,90	Município	APIN	Anulação do montante recebido em 2022 pelo Município pago pela APIN, referente à restituição de IVA cobrado indevidamente.

PAGAMENTO A FORNECEDORES

Valor	Recebido por	Pago por	Descriutivo
4 960,90	Município	APIN	Anulação do montante recebido em 2022 pelo Município pago pela APIN, referente à restituição de IVA cobrado indevidamente.

Quadro 11 – Recebimentos clientes vs Pagamentos fornecedores - 2022

PAGAMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS MECANISMO LEGAL REPOSIÇÃO EQUILÍBRIO - LEI 50/2012, 31/08

Valor	Recebido por	Pago por	Descriutivo
-139 942,73	APIN	Município	Anulação do montante recebido em 2022 pela APIN transferido pelo Município, referente à Transferência Financeira para cumprimento do Mecanismo Legal de reposição do Equilíbrio Financeiro previsto no n.º 2 do art. 40 da Lei n.º 50/2012 de 31/08.

OUTROS RECEBIMENTOS MECANISMO LEGAL REPOSIÇÃO EQUILÍBRIO - LEI 50/2012, 31/08

Valor	Recebido por	Pago por	Descriutivo
139 942,73	APIN	Município	Anulação do montante recebido em 2022 pela APIN transferido pelo Município, referente à Transferência Financeira para cumprimento do Mecanismo Legal de reposição do Equilíbrio Financeiro previsto no n.º 2 do art. 40 da Lei n.º 50/2012 de 31/08.

Quadro 12 – Pagamentos de Transferências vs Outros Recebimentos – Mecanismo Legal de Reposição de Equilíbrio, 2022

24.3 – Relações comerciais

Em 2022 as relações comerciais entre as entidades do perímetro de consolidação (Município e APIN), foram:

Cliente

Saldo Inicial (a receber)	Constituição Direitos	Recebimentos	Regularizações	Saldo Final (a receber)
0,00	4 960,90	4 960,90	0,00	0,00

Fornecedor (Fornecimento de água e serviços conexos pela APIN ao Município)

Saldo Inicial (a pagar)	Constituição Obrigações	Pagamentos	Regularizações	Saldo Final (a pagar)
-1 191,66	-73 559,06	66 211,07	0,00	-8 539,65

Outras (Compensação tarifas reduzidas Covid-19)

Saldo Inicial (a receber)	Constituição Direitos	Pagamentos	Regularizações	Saldo Final (a receber)
	35 510,48	-35 510,48	0,00	0,00

Outras (Transferencia financeira p/cumprimento do Mecanismo Legal de Reposição do Equilibrio Financeiro - Lei 50/2012 de 31/8)

Saldo Inicial (a pagar)	Constituição Obrigações	Pagamentos	Regularizações	Saldo Final (a pagar)
-139 942,73		139 942,73	0,00	0,00

Quadro 13 – Relações Comerciais entre APIN e Município, 2022

24.4 – Dívida total consolidada

Em 2022 a dívida total do grupo consolidada, em termos de valores que integram o balanço consolidado (não substitui a apurada pelas entidades oficiais), é de:

Entidades Relevantes	Total das dívidas a terceiros do balanço a 31.12.2021				DÍVIDA BRUTA	Eliminações de créditos/dívidas recíprocas e outros movimentos de consolidação			DÍVIDA BRUTA CONSOLIDADA
	MLP	CP	FAM	Operações não orçamentais		Débito (-) (6)	Crédito (+) (7)	Lançamento	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1)+(2)-(3)-(4)				(8)=(5)+(6)-(7)
Município (Prest. Contas 2021) (1)	1 439 506	668 821	0	180 054	1 928 273	0	0	N/A	1 928 273
APIN (2)	701 575	432 539	0	367 042	767 073	0	0	N/A	767 073
Total	2 141 082	1 101 360	0	547 096	2 695 346	0	0		2 695 346

NOTA 1 - Não inclui contribuição para a dívida bruta das entidades SM/AM/SEL e Ent. Part

NOTA 2 - Incluído na proporção detida (5,54%)

Quadro 14 – Dívida Total Consolidada, APIN e Município, 2022



anterior
Q
P
D

XI. RELATÓRIO DE GESTÃO & CONTAS, CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS, RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO DA APIN

P. J. P. L.
dus/01/2023 NB
09 PM.

Extrato da Deliberação da Ata nº94/2023 da Reunião do Conselho de Administração da APIN de 07 de março de 2023

Aos sete dias do mês de março de dois mil e vinte e três, pelas dez horas, no HIESE sito na Quinta do Vale Espinal, Penela, reuniu o Conselho de Administração da APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A., adiante designada apenas por APIN, com sede Zona Industrial de Penela, lote 15, 3230-347 Penela, com o capital social de 1.100 000,00€ registada na Conservatória do Registo Comercial de Penela, com o número único de matrícula e pessoa coletiva 515 515 507, estando presentes: O Presidente do Conselho de Administração: Município da Vila Nova de Poiares representado por João Miguel Sousa Henriques; O Vogal: Município de Pampilhosa da Serra, representado por Jorge Alves Custódio; A Vogal: Município de Figueiró dos Vinhos, representado por Marta Inês Dinis Brás Cardoso Fernandes; A Comissão Executiva da APIN, Rui Gonçalo Rodrigues Freire Simões, Diretor Administrativo, Financeiro e Comercial. A Comissão Executiva da APIN, Pedro Miguel Batalhão Soares Ramos, Diretor de Engenharia e Qualidade e Diretor de Exploração e Manutenção.

Estando presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração, presidiu aos trabalhos o Presidente do Conselho de Administração, do Município de Vila Nova de Poiares, João Miguel Sousa Henriques.

Aberta a sessão, passou o Conselho de Administração a deliberar sobre os assuntos agendados:

---ASSUNTOS FINANCIEROS / COMERCIAIS: Apresentação e Aprovação do Relatório & Contas de 2022. Foi apresentado pela Comissão Executiva na pessoa do Dr. Rui Simões, o Relatório de Gestão e Contas da APIN do ano de 2022, no qual se aferiu o resultado líquido do exercício no montante de -1.697.606,08€. A empresa apresentou Capitais Próprios no valor de 17.105.761,49€ e total do Balanço de 39.283.810,16€ (Anexo 2 da Ata 94).

O Conselho de Administração, após a devida análise e discussão, deliberou por unanimidade dos seus membros presentes a aprovação do Relatório de Gestão e Contas de 2022.

Foi ainda deliberado pelo Conselho de Administração remeter o presente Relatório à Assembleia Geral para apreciação e votação, [para cumprimento dos Estatutos da APIN (artigo 18º, ponto 2 alínea b)].-----





Zona Industrial de Penela, Lote 15
3230-347 PENELA

P S 31
J. Simões
R
O
A

---APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA: O Conselho de Administração deliberou, ao abrigo do DL n°4/2015 de 7 de janeiro, do artigo 34º do CPA aprovar, por unanimidade dos seus membros presentes, a presente ata em minuta, no final da reunião, com efeitos imediatos.

Penela, 12 de junho de 2023

O Diretor Administrativo e Financeiro

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Rui Simões".

(Rui Simões)





MARQUES DE ALMEIDA,

J. NUNES, V. SIMÕES

& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

NIPC: 505 261 898 * Capital social 50 000 € * S R O C nº 176* CMVM nº 20161478

Q
J
F
B
A
P

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 39.283.810,16 euros e um total de capital próprio de 17.105.761,49 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.697.606,08 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira de **APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A.** em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



MARQUES DE ALMEIDA,

J. NUNES, V. SIMÕES

& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

NIPC: 505 261 898 * Capital social 50 000 € * S R O C nº 176* CMVM nº 20161478

R *OK* *✓* *l*
Amorim *3* *NP*

- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

NIPC: 505 261 898 * Capital social 50 000 € * S R O C nº 176 * CMV/M nº 20161478

P. S. B. (Signature)
J. Nunes (Signature)
B. (Signature)
N.R. (Signature)
O.P. (Signature)
P. (Signature)

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Coimbra, 15 de março de 2023

Bruno José Machado de Almeida

Em representação de:

Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.



MARQUES DE ALMEIDA,

J. NUNES, V. SIMÕES

& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

NIPC 505 261 898 * Capital social: 50 000 € * S R O C nº 176* CMVM nº 20191478

B. q
Am 10/03
NB
CG
PA

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exma. Administração
Senhores Acionistas

A fim de dar cumprimento aos estatutos e à legislação vigente na qualidade de Fiscal Único, apresentamos o nosso Relatório e Parecer sobre as Contas e o Relatório de Gestão apresentados pelo Conselho de Administração da APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Durante o exercício, o Fiscal Único acompanhou com regularidade os negócios e a gestão da Sociedade, verificou a regularidade dos livros, registos contabilísticos e a respetiva documentação. Procedeu igualmente às verificações físicas dos bens e valores patrimoniais que se mostraram necessárias, assim como verificou o cumprimento da lei e dos estatutos, inteirando-se dos atos do Conselho de Administração, do qual sempre recebeu todos os elementos solicitados.

Analisámos também o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as quais compreendem o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo do exercício findo naquela data.

Foi emitida a Certificação Legal das Contas, sendo considerada como complemento deste Relatório e Parecer.

Nesta conformidade, entendemos que os documentos acima descritos, quando lidos em conjunto, permitem uma boa compreensão da situação financeira da APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A., em 31 de dezembro de 2022 satisfazendo as disposições legais e estatutárias. Como ainda nos compete, verificámos que os critérios valorimétricos, adotados e descritos no Anexo, satisfazem as disposições legais, e contribuem para uma adequada mensuração do resultado e do património.

Nestes termos o Fiscal Único é de Parecer que:

1. Devem ser aprovados o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo.
2. Deve ser aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Por fim, desejamos expressar os nossos agradecimentos ao Conselho de Administração e a todo o Pessoal ao serviço da Empresa com quem contatámos por toda a colaboração recebida no desempenho das nossas funções.

Coimbra, 15 de março de 2023

Bruno José Machado de Almeida

Em representação de:

Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados

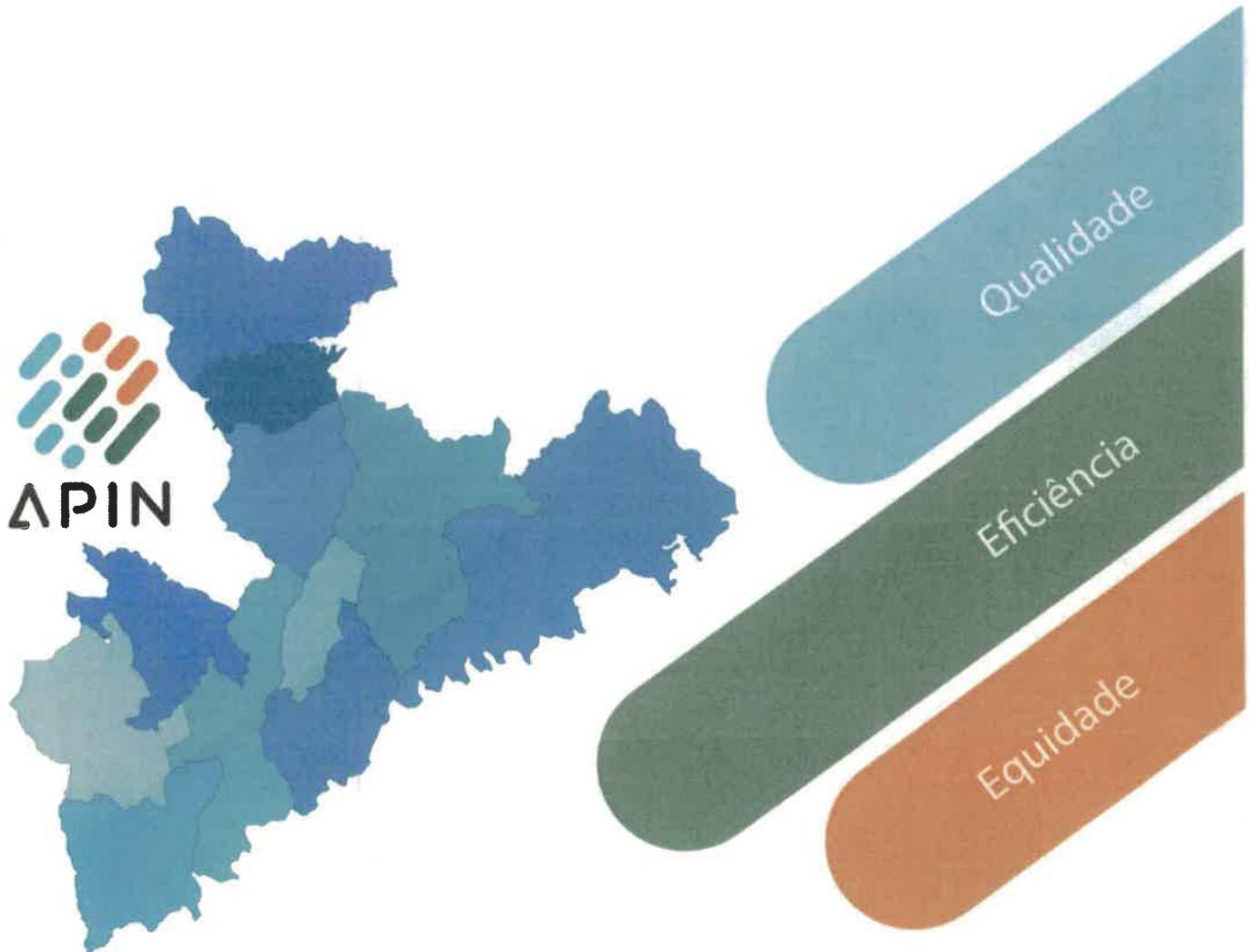
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

EMPRESA INTERMUNICIPAL DE
AMBIENTE DO PINHAL INTERIOR

J. S. F. E.
H. F. ~~W.~~
A. L. R. P.
F. A. R.
P. A. R.
R. A. R.

Relatório de Gestão & Contas

2022



Índice Geral

1	MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	6
2	QUEM SOMOS.....	8
3	A EMPRESA.....	11
3.1	Missão, Visão e Objetivos.....	13
3.1.1	Missão.....	13
3.1.2	Visão	13
3.1.3	Objetivos	14
3.2	Órgãos Sociais	14
3.2.1	Assembleia Geral	14
3.2.2	Conselho de Administração	14
3.2.3	Fiscal Único	15
3.3	Estrutura Organizacional da APIN	15
3.3.1	Regional	15
3.3.2	Funcional.....	17
3.4	Caracterização da Situação Atual.....	18
4	REGULAÇÃO	19
4.1	Regulamento de Serviço APIN	19
4.2	Regulação Económica.....	20
4.3	Regulação da Qualidade do Serviço.....	20
4.4	Política de Privacidade	20
5	INDICADORES DO ANO 2022	21
5.1	Posição Económico-Financeira.....	21
5.2	Aprovisionamento - Contratação Pública	21
5.3	Recursos Humanos	23
5.4	Candidaturas a Fundos Comunitários.....	24
5.5	Candidatura ao Fundo Ambiental	26
6	OS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS	28
7	ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE.....	31
7.1	Enquadramento	31
7.2	Linhas Estratégicas	31
8	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	33
9	PROJETOS ESTRUTURANTES	36
9.1	Abastecimentos de Água	36

9.2 Gestão de Resíduos Urbanos	37
10 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	41
11 ATIVIDADE DA EMPRESA.....	45
11.1 Atividade Comercial.....	45
11.1.1 Clientes	45
11.1.2 Serviço de atendimento telefónico	46
11.1.3 Serviço de atendimento presencial	47
11.1.4 Leituras.....	47
11.1.5 Balcão Digital e Envio Eletrónico de Fatura	47
11.1.6 Faturação e Cobrança	48
11.1.7 Formas de Pagamento	50
11.1.8 Serviços.....	50
11.1.9 Reclamações.....	51
11.1.10 Volumes de água faturados	52
11.2 Abastecimento de Água.....	53
11.2.1 Volume aduzido à rede.....	53
11.2.2 Avarias na rede	53
11.2.3 Deteção de fugas	54
11.2.4 Falhas no abastecimento.....	54
11.2.5 Qualidade da água	55
11.2.6 Ramais de abastecimento de água.....	55
11.2.7 Operação e manutenção de redes de abastecimento.....	56
11.3 Saneamento de Águas Residuais	57
11.3.1 Volumes recolhidos nas redes de saneamento.....	57
11.3.2 Quantidade e volumes recolhidos em fossas.....	58
11.3.3 Intervenções de desobstrução	59
11.3.4 Operação e manutenção de ETAR	59
11.3.5 Ramais de Saneamento	60
11.4 Gestão de Resíduos Urbanos	60
11.5 Manutenção.....	62
11.6 Central de Gestão de Operações	65
11.7 Obras executadas ou em execução.....	66
11.8 Planeamento e Projeto	71
11.9 Sistema de Informação Geográfica (SIG) e Cadastro	71
11.10 Segurança e Saúde no Trabalho	72

11.11 Comunicação e Imagem.....	74
11.12 Sistemas de Informação	77
11.13 Responsabilidade Social.....	78
12 ANÁLISE ECONÓMICO FINANCEIRA.....	79
12.1 Estrutura de Rendimentos	79
12.2 Estrutura de Gastos.....	79
12.3 Resultado	80
12.4 Capital Próprio.....	80
12.5 Principais Rácios Financeiros	81
12.6 Gestão de Riscos	81
12.7 Ações Próprias	81
12.8 Negócio entre a Sociedade e os Seus Administradores	82
12.9 Sucursais.....	82
12.10 Situação Fiscal e Contributiva	82
13 PERSPECTIVAS FUTURAS	83
14 IMPOSTO DIFERIDO SOBRE O RENDIMENTO	87
15 CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
16 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	88
17 TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A CARGO DOS SÓCIOS (Artigo 40.º, n.ºs 2 e 8 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto)	88
18 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	89
19 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	90
19.1 BALANÇO	91
19.2 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	92
19.3 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES.....	93
19.4 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	94
19.5 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO - 2022	95
19.6 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO - 2021	96
20 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	97

Índice de Figuras

Figura 1- Cadeia de valor do setor de águas e resíduos	10
Figura 2 – Mapa geográfico da Empresa	13
Figura 3 - Estrutura organizacional	15
Figura 4 - Organograma da Empresa	17
Figura 5 - Número de colaboradores	33

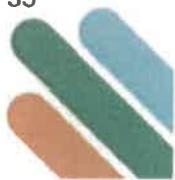


Figura 6 - Balcão digital

Índice de Quadros

Quadro 1- Estrutura acionista	11
Quadro 2 - Âmbito territorial	12
Quadro 3 - Colaboradores por género e por direção	23
Quadro 4 - Idade dos colaboradores por escalões etários	24
Quadro 5 - Candidaturas aprovadas pelo POSEUR por concelho	25
Quadro 6 - Candidaturas aprovadas pelo POSEUR por tipologia	25
Quadro 7 – Fundo Ambiental - Biorresíduos	26
Quadro 8 - Horas de formação	35
Quadro 9 - Cenário macroeconómico 2021-2023	41
Quadro 10 - Contratos ativos	45
Quadro 11 - Contratos ativos por tipo de utilização	46
Quadro 12 – Número de leituras reais	47
Quadro 13 – Número de serviços executados	51
Quadro 14 - Modo de efetuar a reclamação	51
Quadro 15 – Tipo de reclamação	52
Quadro 16 - Limpeza de fossas realizadas e respetivos volumes	58
Quadro 17 - ETAR sob gestão da APIN	59
Quadro 18 - Parque de contentores	61
Quadro 19 - Rendimentos e ganhos	79
Quadro 20 - Gastos e perdas	79
Quadro 21 - Resultados	80
Quadro 22 - Capital próprio	80
Quadro 23 - Indicadores da posição financeira	81

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Balanço de 2022	21
Gráfico 2 - Número de adjudicações por tipo de procedimento	22
Gráfico 3 - Valor dos procedimentos de contratação por tipo de procedimento	22
Gráfico 4 - Distribuição por género do total de colaboradores Gráfico 5 - Distribuição por género em funções administrativas	23
Gráfico 6 - Evolução da estrutura de recursos humanos	34
Gráfico 7 - Colaboradores por tipo de contrato de trabalho	34
Gráfico 8 – Habilidades literárias	35
Gráfico 9 – Canais de cobrança	50
Gráfico 10 - Volumes de água faturados	52
Gráfico 11 – Volumes totais de água adquirida em "alta"	53
Gráfico 12 – Duração das falhas no abastecimento	55
Gráfico 13 – Novos ramais de abastecimento de água	56
Gráfico 14 – Remodelação de ramais de abastecimento de água	56
Gráfico 15 – Serviços programadas nas redes de abastecimento de água	57
Gráfico 16 - Efluente entregue em "alta"	57
Gráfico 17 - Recolha de resíduos indiferenciados	61



Relatório de Gestão e Contas 2022

Gráfico 18 – Manutenção corretiva e preventiva	63
Gráfico 19 – Número de intervenções nas viaturas.....	64



1 MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos dos estatutos da APIN e da legislação aplicável, vem o Conselho de Administração da APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A. (APIN), apresentar o Relatório de Gestão e Contas relativo ao período de 2022.

Ao terceiro ano de atividade a APIN passou a ter maior notoriedade e visibilidade junto dos seus *stakeholders*, designadamente clientes e acionistas, sobretudo por ter sido um ano marcado pelo avanço e pela concretização dos projetos e obras, previstas no plano de investimentos.

Inicialmente, a relação entre a empresa e os seus clientes revelou-se complexa, contudo, durante o ano de 2022, foi possível comprovar que tem evoluído favoravelmente. Os indicadores referentes à gestão de reclamações e à linha de apoio ao cliente são positivos, sendo este facto evidente através da redução significativa do número de chamadas por parte dos clientes.

Ao nível da capacidade de resposta e atuação das equipas da Operação e Manutenção, na resolução de avarias e roturas, importa, também, ressalvar que alcançamos melhorias significativas. Em 2022, Portugal defrontou-se com uma seca severa que assolou várias regiões do país, nomeadamente alguns concelhos no Sistema APIN. Neste âmbito importa salientar o distinto papel da empresa, na gestão dos recursos hídricos relacionadas com a escassez de água, que se verificou nos meses de verão. Para além da seca, alguns municípios foram fortemente afetados pelo flagelo dos incêndios que provocaram graves perturbações no regular fornecimento de água. Perante este cenário, evidenciámos, particularmente a pronta e rápida resposta das nossas equipas.

Ao nível dos indicadores operacionais, e face ao ano de 2021, verifica-se uma melhoria, designadamente no aumento de água segura e nos parâmetros de qualidade da água residual tratada. Paralelamente foram desenvolvidas e implementadas ações com o objetivo de diminuir o nível de perdas reais de água bem como a percentagem de água não faturada.

Ao longo deste ano, a APIN foi inevitavelmente afetada pelo contexto nacional e pela conjuntura internacional que ao nível económico e financeiro tem provocado uma elevada inflação de preços. Esta exerce, por consequência, uma forte pressão sobre a estrutura de custos das empresas do setor. Importa relevar, entre outros fatores, o aumento dos custos energéticos e fornecimentos e serviços externos e, a subida exponencial de custos com o tratamento de resíduos, resultante do aumento da tarifa aplicada pela empresa ERSUC (Resíduos Sólidos do Centro), em 2022. Esta alteração representou para a APIN um acréscimo na despesa superior a 50%, na área dos resíduos urbanos. Adicionalmente os valores associados às empreitadas e a outros investimentos em curso foram forçosamente revistos acima das suas estimativas. Estes

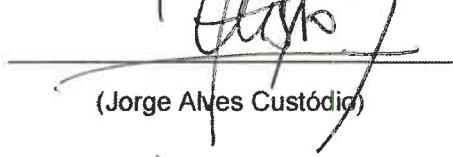


aumentos ditaram um acréscimo de despesa superior a 20%, face ao inicialmente previsto, acrescido dos valores de revisão de preços ordinários e extraordinários.

Conscientes dos desafios e obstáculos que foram surgindo e, sensível às dificuldades sentidas pelos clientes, a APIN encetou esforços extremamente exigentes - mas fundamentais - para suportar em 2021 e 2022 a inflação associada ao contexto em que nos inserimos, não tendo efetuado a necessária revisão do tarifário.

As supramencionadas situações geraram, lamentavelmente, condicionalismos ao normal funcionamento e ao desejável desenvolvimento da empresa. Não obstante, vamos continuar o trabalho desenvolvido, numa perspetiva de sustentabilidade, de eficácia e de eficiência, em prol das populações que servimos.

A APIN continua focada nos objetivos definidos e mantém-se alinhada com uma estratégia de melhoria contínua em todos os processos em curso e nos serviços que presta. Esta ambição só é concretizável com a cooperação de todos, dos colaboradores, da comissão executiva e de todos os acionistas, que desde já agradecemos.


(João Miguel Sousa Henriques)
(Jorge Alves Custódio)
(Marta Inês Dinis Brás Cardoso Fernandes)

2 QUEM SOMOS

Integram a APIN os municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares. A APIN opera no sector do ambiente, na sequência da autorização para a criação de um sistema intermunicipal de serviços de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e recolha de resíduos urbanos. A APIN cobre uma área de cerca de 1.900 km², com cerca de 79,5 mil habitantes, dos quais aproximadamente 60 mil são clientes.



Nos termos dos seus estatutos, a APIN tem por objeto a gestão de serviços de interesse geral, e mais concretamente a exploração e a gestão do Sistema Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, que agrupa os sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos dos supracitados municípios, no respetivo território.

Esta atividade foi formalizada através de um Contrato de Gestão Delegada dos 11 municípios para a APIN, celebrado a 2 de outubro de 2019, por um período de 30 anos contados a partir do dia seguinte ao termo do período de transição.

A APIN é regulada pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e, subsidiariamente, pelo código das sociedades comerciais. Obedece ao regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, por força da Lei n.º 73/2013, de 13 de setembro e a Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, condicionando o regime de financiamento aos limites legais de endividamento municipal e demais regras aplicáveis.



J. António B. J.
NB

Cadeia de Valor

As atividades de abastecimento público de água às populações, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos constituem serviços públicos de caráter estrutural, essenciais ao bem-estar geral, à saúde pública e à segurança coletiva das populações, às atividades económicas e à proteção do ambiente. Devem, por isso, obedecer a um conjunto de princípios, entre os quais se destacam a universalidade de acesso, a continuidade e a qualidade do serviço, a eficiência e a equidade de preços.

O setor da água (o qual inclui o abastecimento público de água às populações e o saneamento de águas residuais urbanas) e resíduos pode dividir-se em dois subsetores significativamente distintos na perspetiva tecnológica e operacional:

- 1) o subsetor dos serviços de águas e;
- 2) subsetor dos serviços de gestão de resíduos urbanos.

A cadeia de valor das atividades dos serviços de águas e resíduos permite compreender a sua complementaridade enquanto peças fundamentais do, tradicionalmente designado, saneamento básico (Figura 1).

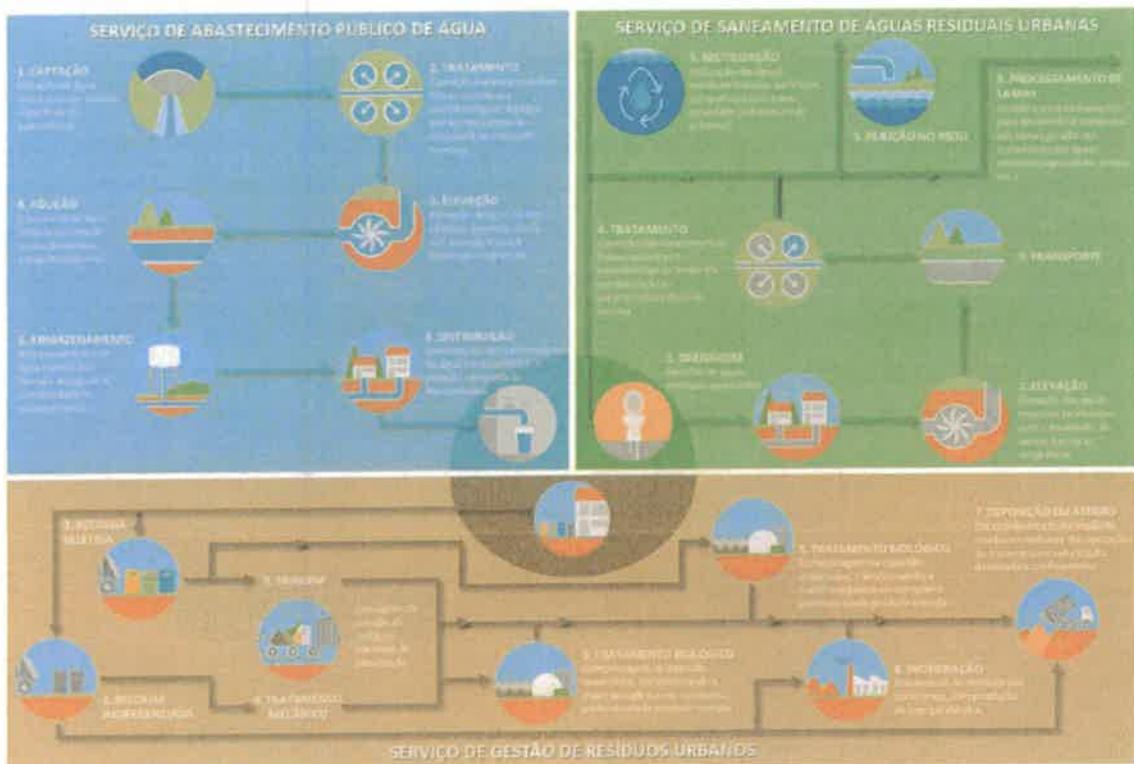
Esta estruturação dos sistemas conduziu a vantagens em termos de economias de escala e conduziu simultaneamente à divisão da cadeia de valor da prestação dos serviços considerando as fases do processo produtivo.

A gestão centralizada e integrada na região favorece o nível de serviço e poupança nos recursos.

Saliente-se que os centros de competências regionais em rede, permitem uma maior sustentabilidade ambiental e financeira e, são potenciadores de economias de escala, face a sistemas municipais isolados.



Figura 1- Cadeia de valor do setor de águas e resíduos



Fonte: RASARP2022_Volume1

O ciclo urbano da água engloba todas as referidas fases para as atividades de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, desde a captação da água, até à rejeição final da água residual na natureza.

O serviço de gestão de resíduos urbanos compreende as etapas de recolha, transportes, triagem, valorização e eliminação dos resíduos provenientes das habitações.



3. A EMPRESA

Designação Social: APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A.

Sede Social: Zona Industrial de Penela, Lote 15, 3230-347 Penela

Pessoa Coletiva: 515 515 507

Capital Social: € 1.100.000

Nº Registo na Conservatória do Registo Comercial de Penela: 515 515 507



Quadro I- Estrutura acionista

Município	% Capital Social	Valor do Capital Social
Alvaiázere	8,98%	98 780 €
Ansião	13,73%	151 030 €
Castanheira de Pera	4,26%	46 860 €
Figueiró dos Vinhos	5,82%	64 020 €
Góis	7,20%	79 200 €
Lousã	18,39%	202 290 €
Pampilhosa da Serra	7,90%	86 900 €
Pedrógão Grande	5,54%	60 940 €
Penacova	14,04%	154 440 €
Penela	6,77%	74 470 €
Vila Nova de Poiares	7,37%	81 070 €
Total	100,00%	1 100 000 €

A empresa situa-se no interior do País, NUTS III, e caracteriza-se por uma baixa densidade populacional, com municípios entre os 17 mil habitantes (Lousã) e os 2,7 mil habitantes (Castanheira de Pera).



No quadro seguinte resumem-se os dados populacionais, de alojamentos e área dos municípios integrantes da agregação:

Quadro 2 - Âmbito territorial

Município	População	Alojamentos	Área (km ²)
Alvaiázere	6 238	5 717	160
Ansião	11 642	8 537	176
Castanheira de Pera	2 645	2 683	67
Figueiró dos Vinhos	5 281	4 892	173
Góis	3 811	5 041	263
Lousã	17 006	10 454	138
Pampilhosa da Serra	4 082	5 599	396
Pedrógão Grande	3 390	3 564	129
Penacova	13 113	8 376	217
Penela	5 440	4 364	132
Vila Nova de Poiares	6 803	4 433	84
Total	79 451	63 660	1 937

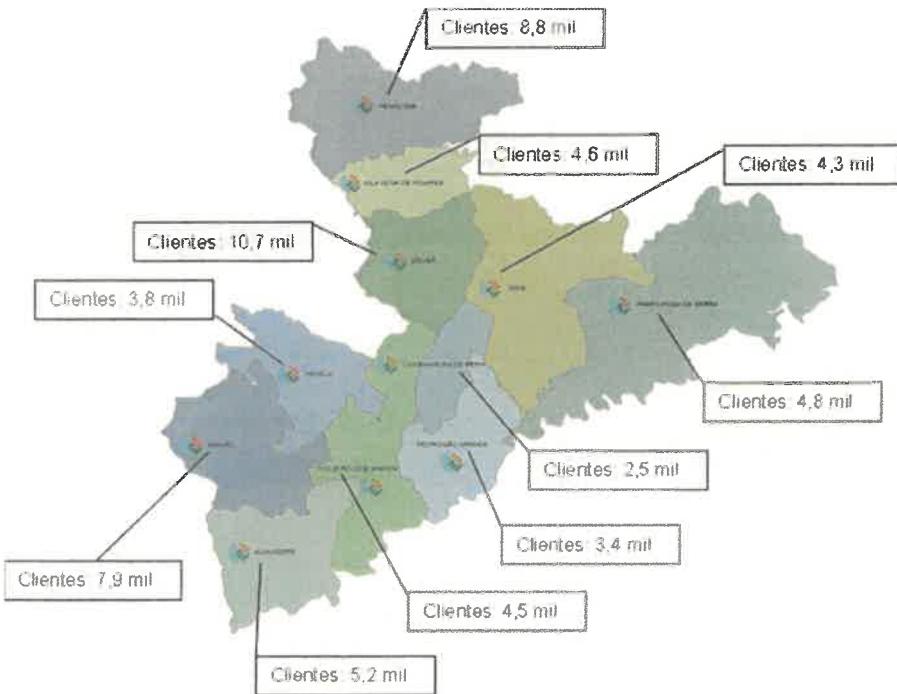
Fonte: Censos INE 2021 (dados definitivos)

Os onze municípios que integram a APIN apresentam algumas características distintas, desde logo ao nível da população e área geográfica. Em termos populacionais, a população dos oito municípios menos populosos soma 37,7 mil habitantes, enquanto nos três municípios mais populosos, Ansião, Lousã e Penacova, ascende a 41,8 mil habitantes.

Em termos de densidade populacional obtêm-se variações entre os 10,3 hab./km² (Pampilhosa da Serra) e os 122,9 hab./km² (Lousã).

*J. L.
NB
D.
A.*

Figura 2 – Mapa geográfico da Empresa



3.1 Missão, Visão e Objetivos

3.1.1 Missão

Assegurar os serviços públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de recolha de resíduos urbanos de forma a garantir elevados níveis de qualidade de serviço ao menor custo para os utilizadores.

Os desafios que os referidos serviços enfrentam, exigem uma gestão mais profissional, com maior capacidade financeira, técnica e tecnológica e com uma dimensão capaz de garantir a sua sustentabilidade atual e também para as futuras gerações.

3.1.2 Visão

Ser reconhecida como referência empresarial no setor, pela qualidade do serviço que presta e pela competência profissional.

Assumir-se como uma empresa intermunicipal, orientada para estabelecer tarifários justos e equilibrados, que sejam:

- Socialmente acessíveis;
- Protetores do ambiente;
- Economicamente sustentáveis;



- Garantindo níveis de excelência consentâneos com as melhores práticas do setor, no que se refere a:
 - ✓ Rigor nos Investimentos;
 - ✓ Rigor na Gestão;
 - ✓ Rigor na Eficiência.

3.1.3 Objetivos

- Promover a **qualidade** do serviço prestado, potenciando a satisfação dos clientes;
- Aumentar a **eficiência** operacional, mantendo proximidade com os utilizadores;
- Garantir **equidade** entre os utilizadores, sendo socialmente responsável;
- Privilegiar a **economia circular**: redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia;
- Fomentar uma **cultura de inovação, desenvolvimento e de melhoria contínua**.

3.2 Órgãos Sociais

3.2.1 Assembleia Geral

A composição da Assembleia Geral da APIN a 31 de dezembro de 2022 é a seguinte:

- Presidente – município da Lousã, representado por: Luís Miguel Correia Antunes
- Secretário – município de Penela, representado por: Eduardo Jorge Mendes Nogueira dos Santos

3.2.2 Conselho de Administração

A composição do Conselho de Administração a 31 de dezembro de 2022 é a seguinte:

- Presidente – município de Vila Nova de Poiares, representado por: João Miguel Sousa Henriques
- Vogal – município da Pampilhosa da Serra, representado por: Jorge Alves Custódio
- Vogal – município de Figueiró dos Vinhos, representado por: Marta Inês Dinis Brás Cardoso Fernandes

O Conselho de Administração delega a gestão corrente da empresa numa Comissão Executiva, fixando-lhes os limites de delegação.

O Conselho de Administração da APIN não sofreu alterações na sua composição durante o ano de 2022.

H. J.

F.B.I.

anterior
BS

(X)

Dey

PL

3.2.3 Fiscal Único

- Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, SROC, S.A., representado por: Bruno José Machado de Almeida.

Como Fiscal Único suplente: José Joaquim Marques de Almeida

3.3 Estrutura Organizacional da APIN

3.3.1 Regional

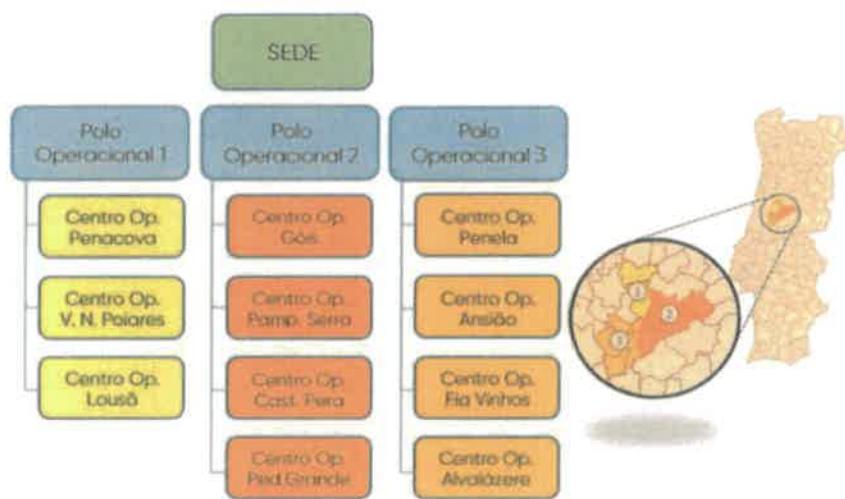
Face à elevada área geográfica, à baixa densidade populacional e ao elevado cumprimento de rede de água por alojamento, determinou-se que os serviços operacionais não se deviam concentrar todos num único local.

Efetivamente, ainda que estes serviços se localizassem no centro de gravidade da região, as distâncias a percorrer implicariam ineficiências em termos de custos de transporte e tempo despendido. Assim, optou-se por uma organização com três níveis de funcionalidades:

- Uma Sede;
- Três Polos Operacionais;
- Centros Operacionais¹.

Com estes pressupostos, obteve-se uma estrutura otimizada, eficiente e com elevada capacidade de decisão e resposta.

Figura 3 - Estrutura organizacional



¹ A 31 de dezembro de 2022 encontravam-se em funcionamento oito centros operacionais.
APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior



L. António J.P.I.
M. S. M. C.
J. B.

A **Sede** concentra todos os serviços de suporte, nomeadamente:

- Administração;
- Primeiras linhas de Direção: Comercial, Administrativa e Financeira, Exploração e Manutenção e Engenharia e Qualidade;
- Planeamento, Projetos e Obras, SIG e Segurança e Saúde no Trabalho;
- Gestão dos processos de Faturação e Cobrança;
- Gestão de Reclamações;
- Recursos Humanos;
- Contabilidade e Controlo de Gestão;
- Compras;
- Serviços Administrativos;
- Apoio Informático;
- Certificação.

Os **Polos Operacionais**, localizados nos municípios da Lousã (Polo 1), Pampilhosa da Serra (Polo 2) e Penela (Polo 3), concentram os serviços operacionais transversais a todos os municípios, designadamente:

- Gestão de produção de água e de tratamento e rejeição de efluentes (Operação, manutenção e exploração dos sistemas em "alta");
- Armazéns e oficinas;
- Recolha de Resíduos Urbanos;
- Parque de veículos especiais e de inertes;
- Manutenção preventiva.

O edifício do Polo Operacional da Lousã possui instalações para os serviços de Controlo de Qualidade, para o Centro de Gestão de Operações e para a Telegestão.

Os **Centros Operacionais** asseguram o serviço e proximidade à população, concentrando concretamente:

- Operação de redes de água e saneamento em "baixa";
- Manutenção curativa (roturas, colapsos, etc.) das redes de água e saneamento em "baixa";
- Serviços de atendimento ao público;
- Leituras de contadores.



Por uma questão de organização, os municípios de Ansião e Alvaiázere não tem Centro Operacional, partilham instalações com o Polo de Penela. O município de Penacova também não tem Centro Operacional.

Os Polos e os Centros Operacionais garantem, a todos os municípios, proximidade do serviço à população e capacidade de resposta descentralizada.

Para reduzir sobreposições de dimensionamento de escritórios e pessoal, a Sede coincide com um dos Polos Operacionais e cada Polo Operacional coincide com um Centro Operacional.

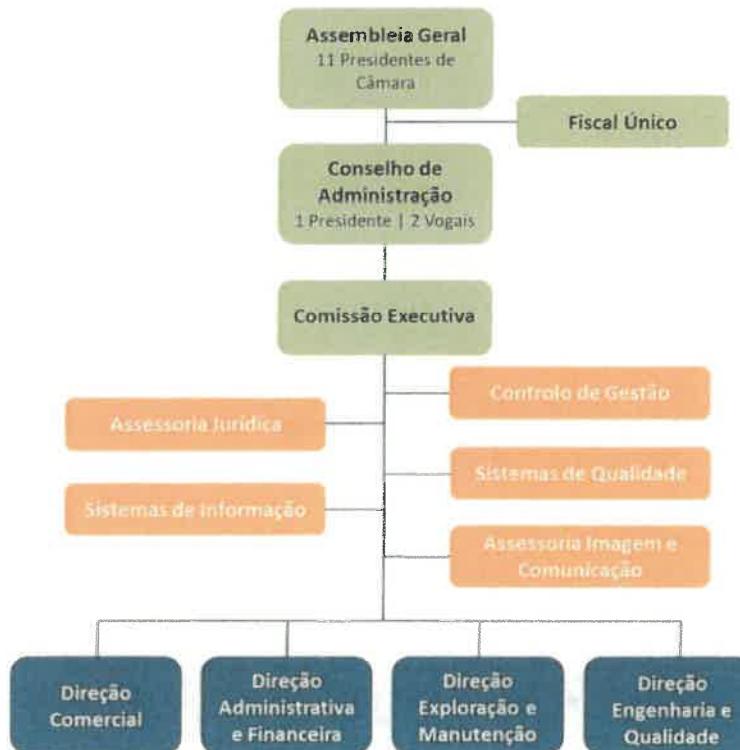
3.3.2 Funcional

3.3.2.1 Organograma

O organograma da APIN é composto por:

- Órgãos Sociais;
- Comissão Executiva;
- 5 Unidades de suporte à Comissão Executiva;
- 4 Direções;
- 19 Áreas operacionais.

Figura 4 - Organograma da Empresa





3.3.2.2 Aspectos relacionados com os trabalhadores

Segundo o artigo 28.º da Lei n.º 50/2012, o estatuto do pessoal das empresas é o do regime do contrato individual de trabalho (sendo assim o mesmo regulado pelo direito privado), havendo lugar a exercício de funções, por parte de trabalhadores que exerciam funções públicas, através de acordo de cedência de interesse público, aplicando-se, então, as regras de direito administrativo.

Note-se que, os direitos e regalias dos trabalhadores que transitaram em regime de cedência mantêm-se inalterados. Além disso, a transição para a nova estrutura agregada aconteceu numa base voluntária.

A empresa intermunicipal implementa ainda políticas de recursos humanos orientadas para a sua valorização e promoção da igualdade (em conformidade com o artigo 50.º do DL n.º 133/2012).

No final de 2022 verificava-se a existência de 35 colaboradores que transitaram das Câmaras Municipais para a APIN ao abrigo de Acordos de Cedência.

3.4 Caracterização da Situação Atual

A acessibilidade física e a taxa de atendimento do serviço de abastecimento de água e do serviço de gestão de resíduos urbanos e a qualidade da água são globalmente boas, havendo alguns municípios com baixas taxas de atendimento do serviço de saneamento de águas residuais.

No conjunto dos 11 municípios existiam, a 31 de dezembro de 2022, nos sistemas de abastecimento de água, 202 captações, 2.675 km de redes, 146 estações de tratamento de água, 362 reservatórios, 116 estações elevatórias de abastecimento de água e 140 pontos de entrega ("alta").

Nos sistemas de saneamento existiam 589 km de redes, 36 ETAR, 53 fossas sépticas coletivas, 54 estações elevatórias e 27 pontos de recolha ("alta").

Os resíduos urbanos contavam com 10.823 contentores e 21 viaturas funcionais.



4 REGULAÇÃO

A atividade da APIN está sujeita à regulação económica por parte da ERSAR e rege-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como pelo Contrato de Gestão Delegada. As disposições legais e estatutárias, assim como o Contrato de Gestão Delegada, estabelecem obrigações mínimas do serviço público, definem o plano de investimentos.

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do caráter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos sectoriais nacionais.

A atividade da APIN, de exploração de sistemas de titularidade municipal, obedece ao Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua redação atual.

4.1 Regulamento de Serviço APIN

Pretende-se que a gestão da APIN seja realizada de acordo com os normativos nacionais e internacionais, de modo a assegurar um correto cumprimento do designio da empresa.

O regulamento de serviço constitui o principal instrumento que regula as relações entre a Entidade Gestora e os utilizadores, pelo que deve conter, de forma clara e detalhada, o conteúdo e a forma de exercício dos direitos e deveres dos utilizadores, por força do dever de informação que impende sobre o prestador de serviços públicos essenciais, nos termos do disposto no artigo 5.º da Lei n.º 23/96, de 26 de Julho, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 12/2008, de 26 de Fevereiro, designada por Lei dos Serviços Públicos Essenciais.

Tal como disposto no n.º 8 da Cláusula 12.ª do Contrato de Gestão Delegada e até que seja aprovado o regulamento definitivo, mantém-se em vigor, com aplicação a todo o Sistema, o regulamento de serviço vigente à data do termo do Período de Transição num dos municípios da área territorial abrangida escolhido pela Entidade Gestora, em tudo o que não seja contrariado pelo Contrato de Gestão Delegada e pela lei.

O regulamento de serviço escolhido pela Entidade Gestora para aplicar até ser aprovado o regulamento definitivo foi o do município de Góis. Assim, e até à entrada em vigor do regulamento de serviço proposto pela empresa, é aplicável o regulamento do município de Góis, em tudo quanto não contrarie as condições definidas no contrato de gestão delegada.



4.2 Regulação Económica

A atividade da APIN está regulada e sujeita à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

4.3 Regulação da Qualidade do Serviço

A APIN está sujeita à intervenção da ERSAR quer em termos de qualidade de serviço quer no controlo da qualidade da água para consumo humano.

Desta regulação, resulta o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, na redação atual, a APIN deve elaborar anualmente o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), e submeter para aprovação da ERSAR, cabendo a esta entidade coordenar e a fiscalizar a respetiva implementação.

No cumprimento da legislação, a APIN implementa o PCQA, sendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos comunicadas às entidades competentes. Em dezembro de 2022, o PCQA de 2022 da APIN foi aprovado pela ERSAR.

4.4 Política de Privacidade

Para exercer a sua atividade, a APIN recolhe e processa dados pessoais de vários titulares, nomeadamente clientes, colaboradores, fornecedores, entre outros. O objetivo desta política é descrever as orientações da APIN para garantir a proteção dos dados pessoais de todos os que interagem com a nossa empresa. Este documento apresenta orientações para agir com integridade e em conformidade com os requisitos regulatórios no âmbito da proteção dos dados, devendo ser respeitado por todos os colaboradores da APIN.



[Handwritten signature]

[Handwritten signatures]

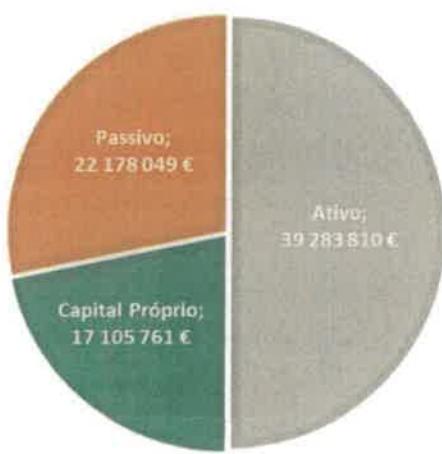
5 INDICADORES DO ANO 2022

No presente capítulo é apresentada informação relativa a quatro aspectos fundamentais da gestão, designadamente: posição económico-financeira, contratação pública, candidaturas a fundos não reembolsáveis e recursos humanos.

5.1 Posição Económico-Financeira

A posição Económico-Financeira da empresa a 31 de dezembro de 2022 foi a seguinte:

Gráfico 1 – Balanço de 2022



A APIN apresentou um total de Balanço de € 39,3 milhões. O Capital Próprio cifrou-se em € 18,9 milhões, que contempla € 1,1 milhões de Capital Social, € 10,8 mil de Reservas Legais, € 853,2 mil de Resultados Transitados, € 18,6 milhões de Outras Variações do Capital Próprio e € 1,7 milhões de Resultado Líquido do Período. O total do Passivo foi de € 20,4 milhões.

5.2 Aprovisionamento - Contratação Pública

Na aquisição de bens/serviços, locação e empreitadas, a APIN rege-se pelo Código dos Contratos Públicos, utilizando a plataforma eletrónica ACINGOV para o desenvolvimento dos vários tipos de procedimento, garantindo a transparéncia efetiva sobre todas as suas compras relevantes. A contratação pública permite à APIN uma melhor alocação dos seus recursos financeiros, gerando uma poupança no ato de contratação.

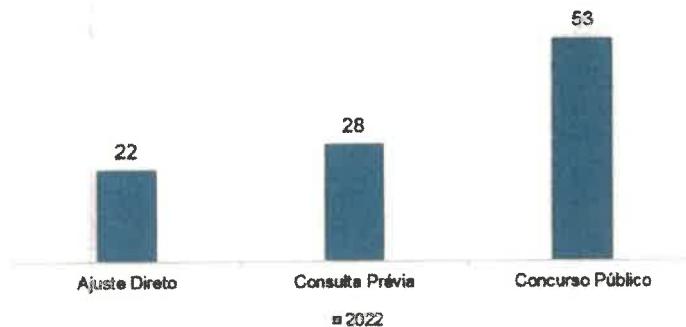


Ao longo do ano de 2022 foram tramitados diversos procedimentos de contratação, nas mais variadas vertentes, no sentido de assegurar o normal funcionamento da empresa.

De forma a transmitir uma ideia mais abrangente da vertente da contratação pública, ao longo do ano de 2022 foram desenvolvidos 103 procedimentos de contratação no valor de € 20,2 milhões (não considerando a contratação por ajuste direto simplificado), dos quais 24 dizem respeito a empreitadas, 32 a aquisições de bens, 44 a aquisição de serviços e 3 a locação operacional de bens móveis.

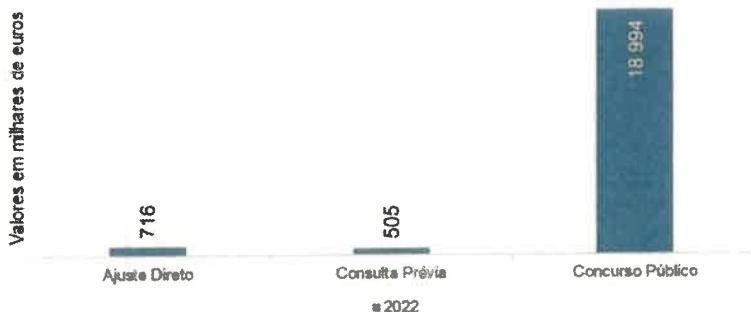
No gráfico seguinte, apresenta-se o número de adjudicações contratualizadas por tipo de procedimento:

Gráfico 2 - Número de adjudicações por tipo de procedimento



No gráfico seguinte, apresenta-se os valores contratualizados por tipo de procedimento:

Gráfico 3 - Valor dos procedimentos de contratação por tipo de procedimento



Nos gráficos acima é possível verificar que a maior fatia da despesa diz respeito a Concursos Públicos no valor de aproximadamente € 19 milhões, sendo que ao nível da quantidade, as adjudicações por Concurso Público, representam cerca de 51,5% do total das contratações.

O valor das adjudicações por Concursos Públicos e por Consulta Prévia representam cerca de 79% do total de adjudicações efetuadas no ano de 2022.

5.3 Recursos Humanos

A 31 de dezembro de 2022 estavam ocupados 203 postos de trabalho, em resultado das seguintes movimentações durante o ano: 26 admissões e 21 cessações. As cessações deveram-se a iniciativa dos colaboradores e a caducidade do contrato. As admissões do ano foram justificadas, essencialmente, pela substituição de colaboradores que saíram no decorrer do ano 2022.

Os 203 colaboradores estão distribuídos por género e por direção, da seguinte forma:

Quadro 3 - Colaboradores por género e por direção

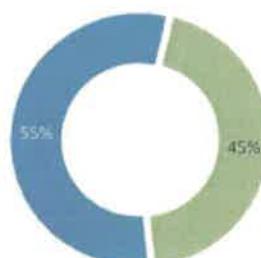
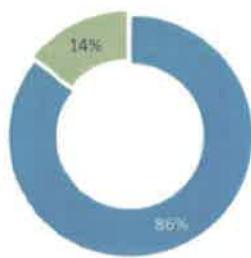
Direção	Homens	Mulheres	Total
Estrutura	2	1	3
Direção Administrativa e Financeira	5	9	14
Direção Comercial	20	12	32
Direção Exploração e Manutenção	141	3	144
Direção Engenharia e Qualidade	6	4	10
Total	174	29	203

A análise dos Recursos Humanos no que respeita ao género revela uma maior representação do género masculino nas atividades de cariz mais operacional. Nas atividades associadas à estrutura da empresa (administrativas), a representação é mais equilibrada, tal como se pode verificar nos seguintes gráficos:

Gráfico 4 - Distribuição por género do total de colaboradores Gráfico 5 - Distribuição por género em funções administrativas

■ Homens ■ Mulheres

■ Homens ■ Mulheres



A maioria dos colaboradores da APIN desempenha funções nas áreas de operação e manutenção. O facto de existirem muito poucas mulheres em funções enquadradas nas áreas de operação e manutenção influencia significativamente a estatística global.

A média de idades dos colaboradores da APIN, à data de 31 de dezembro de 2022, era de 45 anos, distribuída pelos seguintes níveis etários:

D *Obj*
N.B.

Quadro 4 - Idade dos colaboradores por escalões etários

Escalões Etários	Homens	Mulheres	Total
<20	0	0	0
21-29	15	3	18
30-39	32	8	40
40-49	54	15	69
50-59	55	3	58
>60	18	0	18
Total	174	29	203

5.4 Candidaturas a Fundos Comunitários

O POSEUR prevê no Eixo Prioritário 3, o objetivo de otimização e gestão eficiente dos recursos e infraestruturas existentes, garantindo a qualidade do serviço prestado às populações e a sustentabilidade dos sistemas, no âmbito do Ciclo Urbano da Água, que inclui a prioridade de investimento. Neste sentido, a Comissão Diretiva do POSEUR entendeu proceder à abertura do Aviso em contínuo com o código POSEUR-12-2017-05.

As tipologias de operações passíveis de apresentação de candidaturas, no âmbito do Aviso referido são as que se encontram previstas nas subalíneas iii) e iv) da alínea a) e nas subalíneas i), iii) e v) da alínea b) do artigo 95º do Regulamento Específico para o domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR), abrangendo infraestruturas de "Abastecimento de Água" e de "Saneamento de Águas Residuais".

Ainda no mesmo Eixo Prioritário 3, o POSEUR abriu também os seguintes avisos ao qual as candidaturas aos mesmos foram aprovadas:

- 1) POSEUR-12-2018-18 - destinado a investimentos nos sistemas em baixa com vista ao Controlo e Redução de Perdas nos Sistemas de Distribuição e Adução de Água;
- 2) POSEUR-11-2019-29 - SIC-APIN e BIO-APIN - destinado a investimentos com vista à Valorização de Biorresíduos em Portugal Continental;
- 3) POSEUR-11-2019-25 – PaP - destinado à Valorização de Resíduos Urbanos - Projetos de recolha seletiva multimaterial porta-a-porta.





P. S. Parker

Relatório de Gestão e Contas 2022

A 31 de dezembro de 2022 a APIN tinha 31 candidaturas aprovadas, tal como se apresenta no quadro que se segue:

Quadro 5 - Candidaturas aprovadas pelo POSEUR por concelho

N.º Candidaturas aprovadas				
Concelho	AA	AR	RU	Total
Alvaiázere	-	2	-	2
Ansião	-	2	-	2
Castanheira de Pera	-	1	-	1
Figueiró dos Vinhos	-	1	-	1
Góis	-	-	-	-
Lousã	7	3	1	11
Pampilhosa da Serra	-	-	-	-
Pedrógão Grande	-	5	-	5
Penela	-	1	-	1
Vila Nova de Poiares	-	3	1	4
Alvaiázere e Figueiró dos Vinhos	-	1	-	1
Sistema APIN	1	1	1	3
Total	8	20	3	31

Do total das candidaturas submetidas pela empresa até à data, destacam-se as três candidaturas aprovadas no decorrer do ano de 2020:

- BIO-APIN - Recolha seletiva de biorresíduos nas freguesias da Lousã e SIC-APIN - Sistema intermunicipal de compostagem da APIN;
 - Projeto piloto Porta-a-Porta (PaP) em Vila Nova de Poiares;
 - controlo e redução de perdas nos sistemas de distribuição e adução de água da APIN.

As 31 candidaturas aprovadas refletem um investimento de cerca de € 37,9 milhões, já com o impacto das revisões de projeto, ao qual corresponde um apoio comunitário de € 20,1 milhões, discriminados por tipologia, de acordo com o seguinte quadro:

Quadro 6 - Candidates aprovadas pelo POSEUR por tipologia

	Tipologia	Valores Aprovados a 31/12/2022		
		Custo Total	Elegível	Fundo Coesão
AA	Fecho de Sistemas	754 063 €	556 286 €	511 860 €
	Qualidade da Água (ETA)	356 736 €	268 865 €	228 535 €
	Redução de Perdas	5 224 775 €	3 322 712 €	1 761 038 €
	Subtotal	6 335 574 €	4 147 183 €	2 501 433 €
AR	Fecho de Sistemas	28 043 244 €	17 566 062 €	14 931 152 €
	Renovação de Sistemas	832 353 €	567 150 €	482 078 €
	Reforço e Melhoria dos meio móveis	498 150 €	498 150 €	423 428 €
	Subtotal	29 373 747 €	18 631 362 €	15 836 657 €
RU	Bioresíduos	810 058 €	726 763 €	617 748 €
	Porta-a-Porta	104 754 €	65 313 €	55 516 €
	Compostagem	1 240 119 €	1 240 119 €	1 054 101 €
	Subtotal	2 154 931 €	2 032 195 €	1 727 365 €
	TOTAL	37 864 252 €	24 811 420 €	20 065 456 €



Relatório de Gestão e Contas 2022

Do total das candidaturas que estavam aprovadas pelo POSEUR, existem 10 empreitadas no valor de € 8,5 milhões, em que os Concursos Públicos ficaram consecutivamente desertos, tendo estas sido postecipadas para 2024. Estes investimentos serão submetidos ao próximo ciclo urbano da água que será gerido pelos Programas Operacionais Regionais.

5.5 Candidatura ao Fundo Ambiental

O Fundo Ambiental abriu um programa que visa apoiar projetos focados na recolha seletiva e desvio da deposição em aterro, que tem como objetivo geral estabelecer as condições das candidaturas que visem o financiamento de investimento já realizados, a realizar ou a decorrer e que tenham um contributo positivo para o aumento da quantidade e qualidade da reciclagem dos resíduos, com particular ênfase nos biorresíduos, promovendo a redução da deposição de resíduos em aterro.

São elegíveis as candidaturas efetuadas ao abrigo de projetos ou investimentos desenvolvidos em municípios integrados nas Comunidades Intermunicipais ou Áreas Metropolitanas de Portugal Continental. A taxa máxima de apoio é de até 100%, incidindo sobre o total das despesas elegíveis, com financiamento limitado a cerca de € 43 mil por município abrangido.

Para a implementação das candidaturas submetidas ao Projeto RecolhaBio, pelo Fundo Ambiental, através das Comunidades Intermunicipais de Coimbra e Leiria, e APIN pretende adquirir viaturas elétricas, adaptadas para as atividades associadas à recolha de biorresíduos.

Foram submetidas para aprovação do Fundo Ambiental, no total de 3 candidaturas, distribuídas da seguinte forma, pela respetiva Comunidade Intermunicipal:

Quadro 7 – Fundo Ambiental - Biorresíduos

Candidatura	CIM RL (área de intervenção)	CIM RC (área de intervenção)	Valor total (montante financiado, s/IVA)
Recolha Seletiva de Biorresíduos n.º 203	Ansião e Alvaiázere		95 413 €
Recolha Seletiva de Biorresíduos n.º 205	Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande		83 288 €
Recolha Seletiva de Biorresíduos n.º 211		Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Penela e Vila Nova de Poiares	262 623 €

Após a verificação das condições de elegibilidade pelo Fundo Ambiental, no relatório preliminar das candidaturas apresentadas, foram admitidas as três candidaturas ao programa



Relatório de Gestão e Contas 2022

RecolhaBio – Apoio à implementação de Projetos de Recolha Seletiva de Biorresíduos, considerando que todas cumprem com os requisitos e formalidades exigidas no regulamento do programa.

No seguimento destas candidaturas, a empresa pretende adquirir, no decorrer do ano de 2023, a aquisição de viaturas elétricas com funções *multitask*, contentores de 120 litros, software de gestão com a instalação de RFID na contentorização e ainda a aquisição de baldes para distribuição ao público-alvo para utilização dos contentores.



6 OS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

Nas várias áreas da empresa encetaram-se esforços para dar continuidade à concretização dos objetivos da APIN, verificando-se ter sido um ano de maior eficácia nos processos em curso, melhorias nos serviços que presta e uma extrema dedicação por parte de todos, apesar das adversidades com as quais nos deparamos ao longo 2022.

Os principais acontecimentos e fatores que influenciaram a performance da empresa em 2022 foram os seguintes:

- a) Em janeiro, a APIN anunciou o lançamento do projeto – Eficiência Hídrica, integrado no Plano Estratégico de Controlo de Perdas do Sistema de Abastecimento de Água da APIN, que contempla um investimento de cerca de € 5 milhões. Trata-se de um investimento de grande escala, transversal a todos os concelhos e de extrema importância na defesa da sustentabilidade ambiental, que a todos deve preocupar, sobretudo para a qualidade de vida das gerações futuras. Ao longo deste ano, realizaram-se sessões de apresentação deste investimento por município.
- b) A APIN e o Instituto Superior de Engenharia de Coimbra (ISEC) assinaram um protocolo de cooperação para formar estudantes em contexto de trabalho – em áreas relativas ao ambiente, à economia circular e à sustentabilidade – como forma de facilitar a sua integração no mercado de emprego e potenciar a qualidade dos serviços prestados pela empresa. Os objetivos principais são a dinamização da economia circular e uma inovação tecnológica que ajude a prevenir e a combater perdas de água.
- c) A APIN procedeu à abertura de mais um posto de atendimento e de apoio ao cliente, situado no edifício da Câmara Municipal de Góis. Os clientes, daquela área geográfica do Sistema, passaram, assim, a ter disponível um serviço de atendimento mais personalizado, para a resolução presencial de situações relacionadas com os seus contratos. Este balcão, à semelhança de outros postos de atendimento, situados no vasto território que serve a APIN, teve como objetivo proporcionar um serviço de atendimento de proximidade ao cliente.



APIN



- d) No decorrer de 2022, foram celebrados 39 contratos referentes a empreitadas, equipamentos e outros investimentos, contemplados nas operações cofinanciadas pelo POSEUR. O valor total destes ascende aos € 20,4 milhões (sem IVA) que corresponde a um apoio comunitário no valor de € 16,3 milhões.
- e) Em 2022 a APIN recebeu € 6,2 milhões em comparticipações, no âmbito do POSEUR. Importa salientar que a APIN apenas recebe as comparticipações comunitárias, após o envio ao POSEUR do comprovativo do movimento bancário inerente ao pagamento realizado ao fornecedor.
- f) O ano de 2022 foi marcado pelo lançamento e execução de investimentos em 10 concelhos do Sistema.
- g) Na área do serviço de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, foram concluídas cerca de uma dezena de empreitadas, cofinanciadas pelo POSEUR, em diferentes municípios. As restantes têm término previsto até ao final de 2023.
- h) No mês de novembro 2022, deu-se início ao projeto SIC-APIN (Sistema Intermunicipal de Compostagem da APIN), transversal a todos os municípios que integram a agregação. Esta operação representa um investimento de cerca de € 1,3 milhões.
- i) No final do ano, a APIN viu aprovadas três candidaturas de investimentos associados aos biorresíduos, submetidas ao Fundo Ambiental, através da Comunidade Intermunicipal de Coimbra e de Leiria. No âmbito destas três operações de "RecolhaBio", vai ser possível adquirir viaturas elétricas, adaptadas às várias atividades associadas à recolha de biorresíduos, contentores e baldes para distribuição aos clientes, software de gestão, entre outros equipamentos.



j) A APIN empenhou-se ao longo de 2022 na deteção de ligações diretas à rede de abastecimento, criando um plano global de deteção de consumos ilícitos, com objetivo de travar a disseminação dos usos não autorizados. Nestes casos, a metodologia passa pelo corte imediato do fornecimento de água, e pela comunicação formal às autoridades competentes para o respetivo procedimento criminal. Os ilícitos mais comuns referem-se a

R. Amaro B. J. f.
walt
J.B.
Oly
M.

Relatório de Gestão e Contas 2022



ligações diretas a ramais, antes dos contadores de água, violação do contadores e acessos através de bocas de incêndios.

- k) Em 2022 verificou-se um aumento do número de clientes de água (+ 581). Encetaram-se contactos com todos os municípios e juntas de freguesia do Sistema APIN no sentido de solucionar as questões relacionadas com os locais não monitorizados, nomeadamente: infraestruturas municipais, fontanários, jardins públicos, redes de incêndio, lavadouros e bebedouros, WC públicos e parques municipais. Registou-se igualmente a subida do número de clientes de saneamento (+ 1.013), refletindo, assim, as novas integrações na rede de saneamento.





7 ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE

7.1 Enquadramento

A APIN desenvolve a sua atividade de interface entre a sociedade e o ambiente contribuindo para a resolução de questões que melhoram a qualidade de vida das populações, não comprometendo assim as gerações futuras.

As atividades de abastecimento de água, de tratamento e valorização de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos são fundamentais para o desenvolvimento económico, social e ambiental.

Sustentando a sua atuação num compromisso de promoção da melhoria do capital natural e humano em benefício das populações atuais e das gerações futuras, a APIN assume a sustentabilidade nos alicerces da sua estratégia de gestão, enquanto potenciadora da criação de valor para todas as partes interessadas.

7.2 Linhas Estratégicas

Tendo em vista o cumprimento da missão, da visão e dos objetivos da APIN, serão garantidas as condições financeiras que permitam a sustentabilidade operacional da empresa, nomeadamente ao nível dos custos de exploração e investimento.

Sem comprometer os pressupostos que conduziram à criação da empresa e que delimitaram os objetivos definidos, os órgãos executivos irão procurar implementar medidas que irão contribuir para as orientações estratégicas assim explanadas:

- Garantir a credibilidade, transparência e rigor do modelo de gestão da empresa;
- Contribuir para o desenvolvimento de uma economia local responsável;
- Garantir a acessibilidade aos serviços de água, saneamento e recolha de resíduos, assegurando justiça social e qualidade de vida das populações;
- Garantir a eficiência, fiabilidade e a qualidade do serviço;
- Personalizar, simplificar e inovar na relação com o cliente, com base numa maior proximidade;
- Adotar um papel ativo no envolvimento com a população para questões sociais;
- Partilhar o conhecimento através de projetos de cooperação, capacitação e apoio técnico;
- Reduzir as perdas de água aumentando os níveis de eficiência na gestão deste recurso;
- Diminuir as afluências indevidas à rede de saneamento, nomeadamente as águas pluviais;



- Prestar um serviço de alta qualidade, assente no estabelecimento de uma cultura de melhoria contínua que consolida a gestão dos processos e que promova a eficiência do desempenho e modelo de gestão;
- Aumentar a eficiência na gestão, através de um conjunto de ferramentas que permitam a otimização de circuitos, a gestão de frotas e a gestão da caracterização de resíduos;
- Investir no desenvolvimento dos colaboradores;
- Garantir a igualdade de oportunidades;
- Garantir a segurança e saúde no trabalho;
- Garantir uma comunicação interna transversal e eficaz;
- Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal;
- Garantir a acessibilidade económica das famílias, através de prática de tarifário sustentável (tarifário social e familiar).



8 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Em consonância com a estrutura organizacional, foi dimensionada a estrutura de pessoal, tendo em consideração:

- O pessoal afeto aos serviços de águas e resíduos em cada município;
- As necessidades específicas da estrutura agregada;
- A otimização e eficiência dos serviços.

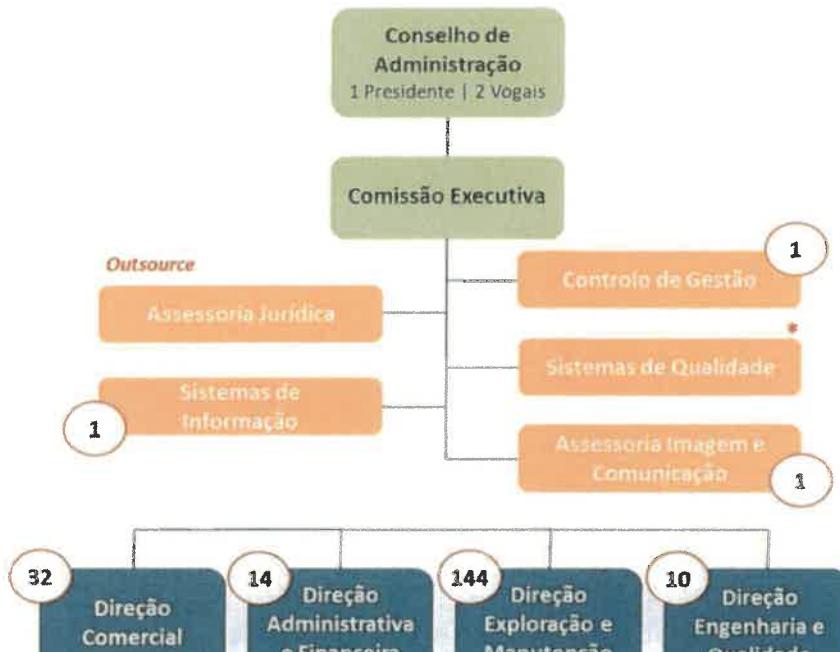
Adicionalmente, atendeu-se à organização regional, adequando a estrutura funcional aos diferentes níveis de descentralização – Polos e Centros Operacionais.

Assim, o número de postos de trabalho ativos a 31 de dezembro de 2022, detalham-se da seguinte forma:

- Sede: 36 colaboradores;
- Polos Operacionais: 87 colaboradores;
- Centros Operacionais: 80 colaboradores.

Até 31 de dezembro de 2022 estavam ocupados 203 postos de trabalho, distribuídos da seguinte forma:

Figura 5 - Número de colaboradores

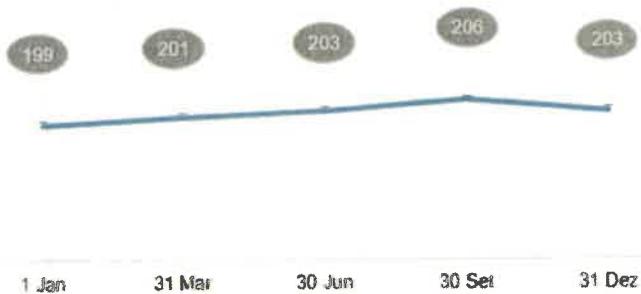


* acumula funções na Direção de Engenharia e Qualidade

A estrutura dos Recursos Humanos da APIN resultou da integração de trabalhadores provenientes dos municípios, em regime de “Acordo de Cedência por Interesse Público”, e da contratação de técnicos especializados com o intuito de fortalecer as competências da atividade operacional da empresa e também de suporte à Administração.

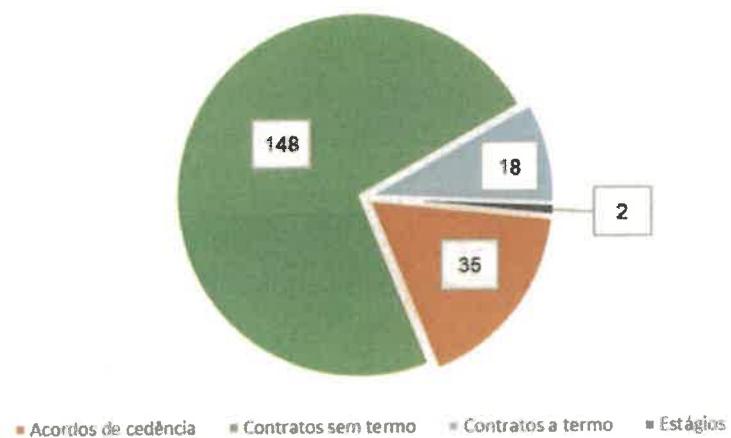
O gráfico seguinte apresenta o número de colaboradores no início do ano de 2022 e também por trimestre, até 31 de dezembro de 2022.

Gráfico 6 - Evolução da estrutura de recursos humanos



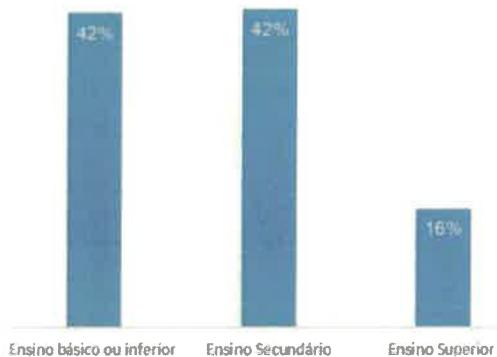
Atualmente existem quatro tipos de contrato: acordo de cedência, contrato a termo, contrato sem termo e estágio profissional. O número de trabalhadores no final de dezembro de 2022, por tipo de contrato, encontrava-se assim repartido:

Gráfico 7 - Colaboradores por tipo de contrato de trabalho



As habilitações literárias dos colaboradores da APIN estão distribuídas da seguinte forma:

Gráfico 8 - Habilidades literárias



A formação profissional, enquanto instrumento de valorização das competências técnicas, sociais e de gestão dos colaboradores é um dos pilares de gestão de recursos humanos da APIN, encontrando-se consolidadas as rotinas de formação e desenvolvimento dos colaboradores.

Em 2022 foram desenvolvidas 33 ações de formação, envolvendo 67 colaboradores e gerando um volume total de formação de 581 horas.

A distribuição por tipo de formação é a seguinte:

Quadro 8 - Horas de formação

Tipo de Formação	Nº Horas de Formação
Primeiros Socorros	375
FLUCON - Válvulas de Controlo Hidráulico	56
CAM - Certificado de Aptidão de Motorista de Mercadorias	35
Contratação Pública de Empreitadas	18
Gestão de dívida nas Entidades Gestoras	14
NAVIA (software de gestão operacional)	9
Outras	74
Total	581

No ano 2022 a APIN registou 15 acidentes de trabalho, um dos quais no trajeto casa-trabalho.

Para promoção da saúde e segurança no trabalho a APIN assegura serviços de medicina no trabalho aos colaboradores. Durante o ano de 2022 realizaram-se 162 exames, distribuídos da seguinte forma: exames periódicos: 115; exames ocasionais: 25; exames de admissão: 22.



9 PROJETOS ESTRUTURANTES

No capítulo que se segue, identificamos os projetos estruturantes da APIN que se encontram em fase de implementação ou desenvolvimento.

9.1 Abastecimentos de Água

➤ Eficiência Hídrica - redução de perdas de água – abril de 2022

A APIN iniciou em abril de 2022 as obras do projeto da área da Eficiência Hídrica integrado no Plano Estratégico de Controlo de Perdas do Sistema de Abastecimento de Água, sendo o prazo da obra de 510 dias, prevendo-se o término da mesma em setembro de 2023.

Este investimento, de cerca de € 4,9 milhões, após a revisão de preços, é transversal aos concelhos que integram a APIN e tem como objetivo primordial, controlar e reduzir perdas nos sistemas de distribuição e adução de água. Esta projeto inclui a instalação de medidores de nível nos reservatórios e medidores de pressão nas Zonas de Monitorização e Controlo (ZMC) instaladas nas redes de distribuição, bem como a substituição de condutas com perdas elevadas e o uso de software de telemetria (para a monitorização de perdas e fugas) e o software de otimização de programas de receção de perdas e fugas.

Está, assim, contemplada a introdução de equipamentos de controlo, medição e telegestão para a antecipação de fugas de água, permitindo deste modo, reduzir as perdas nos sistemas de distribuição, o que se traduz numa maior qualidade do serviço prestado aos municípios e num menor desperdício de água.



A percentagem de execução dos trabalhos da área geográfica consignada é a seguinte:

- 1) Substituição de condutas: 70%;
- 2) ZMC e telegestão: 40%.

A aposta na eficiência hídrica é uma necessidade urgente a nível global. Até chegar ao consumidor final, há uma grande quantidade de água que se perde (estima-se entre os 50% e 60%), por exemplo, através de fissuras ou roturas que possam surgir durante o transporte.

9.2 Gestão de Resíduos Urbanos

Em relação aos projetos executados ou que se encontram em fase de implementação na APIN, no âmbito da gestão de resíduos, contribuindo para o cumprimento das metas nacionais e internacionais, destacam-se os seguintes:

➤ Projeto Piloto - recolha de resíduos porta-a-porta – junho de 2022



O projeto de recolha Porta-a-Porta apesar de ter sido uma candidatura submetida pela Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares ao aviso do POSEUR-11-2019-25 – “Valorização de Resíduos Urbanos” foi transitado para a APIN para posterior implementação. O projeto teve como principais linhas orientadoras o aumento dos materiais multimaterial encaminhados para reciclagem, abrangendo a freguesia de Lavegadas, zona industrial e estabelecimentos comerciais de Vila Nova de Poiares. O projeto teve início no dia 14 de junho de 2022 com a primeira recolha de

resíduos multimaterial com o apoio de uma viatura elétrica. Os materiais são recolhidos através de sacos de tricolor (amarelo, azul e verde), os quais são repostos mediante a quantidade recolhida por cliente.

No final do ano foram registados no total de 57 aderentes domésticos e 88 não domésticos. Foram recolhidos na sua totalidade, 57 toneladas de papel e cartão, 16 toneladas de embalagens plástica e metálicas e 16 toneladas de vidro.

Importa referir que o projeto tem a estrita colaboração da APPACDM (Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental) de Vila Nova de Poiares, sendo que os próprios utentes auxiliam na recolha e separação dos materiais, para que possam ser encaminhados, através de compactadores, um para a fileira das embalagens e outro para a fileira do papel/cartão, assim como um contentor *multibenne*, para a deposição do vidro, para a Entidade ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A. (ERSUC).



➤ Sistema de compostagem doméstica para reduzir lixo em aterros – novembro de 2022

O projeto SIC APIN – Sistema Intermunicipal de Compostagem, também alvo de candidatura ao POSEUR, tem como objetivo principal a distribuição de 27.504 compostores domésticos de 310 litros pelos alojamentos e de 116 compostores comunitários de 660 litros em estabelecimentos de ensino, IPSS e centros operacionais da APIN, tendo em vista a reciclagem dos resíduos orgânicos, desviando assim da deposição em aterro sanitário.

O projeto teve o seu início no dia 16 de novembro de 2022 com a entrega dos primeiros compostores comunitários no município de Pedrógão Grande e posteriormente no município de Castanheira de Pera, totalizando até ao final de 2022 a entrega de 16 compostores comunitários, em escolas e IPSS.

Através da compostagem doméstica, prevê-se a transformação de resíduos orgânicos num composto rico em nutrientes, 100% natural, que pode ser utilizado como fertilizante orgânico, melhorando a composição e estrutura do solo e possibilitando a substituição de alguns fertilizantes químicos.

A operação contempla, ainda, a formação dos municípios para a compostagem doméstica para facilitar e motivar os utilizadores do equipamento.

O custo total do investimento será de cerca de € 1,3 milhões, tendo como apoio do Fundo de Coesão o correspondente a 85%.

➤ Bio Resíduos - recolha seletiva de lixo orgânico no concelho da Lousã – Projeto Piloto

Quanto ao projeto de recolha seletiva de bio resíduos (BIO-APIN), o qual consiste na recolha de biorresíduos no concelho da Lousã, nas freguesias de Gândaras, união de freguesias de Foz de Arouce e Casal de Emio, e ainda na união de freguesias de Lousã e Vilarinho tem como objetivo a valorização orgânica de resíduos urbanos biodegradáveis. O projeto BIO-APIN, à semelhança dos projetos descritos nos pontos anteriores, também foi alvo de candidatura ao POSEUR.

Este investimento visa disponibilizar aos municípios uma alternativa para gerir os resíduos orgânicos que produzem nas suas habitações e evitar a sua deposição em aterros, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente territorial.



[Handwritten signature]

9
B
Q
P.

No âmbito deste projeto está previsto a disponibilização de contentorização a instalar em espaço público, bem como junto a estabelecimentos de restauração e hotelaria, nas quais a recolha se realiza porta-a-porta (contentores de 140 litros para utilizadores não domésticos). Nos locais públicos, as ecoboxes (contentores de proximidade) são acopladas por contentores de 360 litros, os quais terão um sistema de controlo de acesso instalado. Cada ecoboxe terá 32 cartões de acesso, ou seja, após a inscrição no projeto cada cliente terá um cartão de acesso para que possa depositar os seus resíduos orgânicos numa ecoboxe e nesse cartão ficará registado os dados do cliente e o número de vezes que usufruiu do contentor. Após cada inscrição o cliente receberá um balde doméstico de 5 litros para o transporte dos seus resíduos orgânicos até ao respetivo contentor.



Em 2022 não foi possível a implementação do projeto *in loco*, no entanto foi diligenciado todo o processo, para que seja possível a sua concretização a partir de abril de 2023. De referir que a APIN já dispõe de duas viaturas de recolha de biorresíduos adquiridas no início de 2022 para apoio na recolha, após a implementação do projeto.

➤ Projeto de otimização de circuitos

A otimização de circuitos de recolha de resíduos urbanos, na área de intervenção da APIN, com vista à redução de custos, nomeadamente, ao nível do consumo de combustíveis fósseis, decorre na APIN desde junho de 2022, e numa primeira etapa do processo, de 45 circuitos reduziu-se para 33 atuando nos circuitos mais críticos.

Considerou-se a necessidade de implementar duas fases distintas neste processo, mas que caminham “lado a lado”, designadamente:

- **Fase 1:** definição de novos circuitos considerando a proximidade e distribuição geográfica dos pontos de recolha de resíduos urbanos, e respetiva periodicidade, assim como, ajustar os tempos disponíveis ao horário das equipas.
- **Fase 2:** reduzir os pontos de recolha porta-a-porta, com a relocalização de contentores existentes nas proximidades ou através do reforço de contentores para aumentar a volumetria disponível.



H F. M. B. J. S. N.B.

- **Fase 3:** verificação de eventuais alterações de comportamentos de clientes e caso necessário, reforço da capacidade de armazenamento.

A relocalização de contentores ou o reforço dos mesmos para deposição de resíduos urbanos, através do aumento de volumetria é um processo que tem tido expansão na área de intervenção da APIN, com maior ênfase, até ao final de 2022, no município da Lousã, tendo sido requalificados vários locais, ou seja, de 67 contentores instalados em diferentes locais, reduzimos para 31 contentores.

A APIN tem como um dos objetivos disponibilizar um serviço de recolha de resíduos equitativo para todos os nossos clientes, mas também criar proximidade com os mesmos, mantendo um compromisso de melhoria contínua dos processos.

D. O. A. M.



NR

D

Olá

M.

10 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

O enquadramento macroeconómico caracteriza-se pela elevada incerteza, associada ao conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia, não obstante a situação mais estável nos desenvolvimentos da pandemia por COVID-19, ao qual apenas foi possível o levantamento das restrições, que marcaram os dois anos anteriores, durante o ano de 2022.

Os acontecimentos geopolíticos na Ucrânia, as ações militares tomadas pela Rússia e a resposta de vários países, nomeadamente europeus e dos Estados Unidos, sob a forma de sanções económicas, estão a afetar correntemente os mercados globais, as cadeias logísticas e a evolução económica em geral, intensificando as pressões inflacionistas que já se vinham verificando com reflexo particular no preço dos bens energéticos. A incerteza é enorme, desconhecendo-se qual será a duração da guerra, a sua amplitude e efeitos de arrastamento. Embora a APIN não tenha exposição direta a entidades russas, o conflito trouxe também impactos indiretos, nomeadamente com o aumento dos custos com a energia.

A par da anómala subida dos preços das matérias-primas, da energia e dos materiais de construção, a falta de capacidade instalada e de mão de obra, são dos principais constrangimentos que sucedem em empresas do setor da construção e obras públicas, que assume especial criticidade na zona do Pinhal Interior.

No quadro que se segue, apresentam-se os dados macroeconómicos perspetivados para a economia portuguesa:

Quadro 9 - Cenário macroeconómico 2021-2023

	2021	2022 Estimativa	2023 Previsão
PIB e componentes da despesa (taxa de crescimento real, %)			
PIB	5,5	6,8	1,5
Consumo privado	4,7	5,9	0,2
Consumo público	4,6	2,0	1,9
Formação bruta de capital fixo	8,7	1,3	2,9
Procura interna	5,6	4,3	0,9
Exportações	13,5	17,7	4,3
Importações	13,3	11,1	3,0
Evolução dos preços (taxa de crescimento %)			
Taxa de inflação (IHPC)	0,9	8,1	5,8
Bens energéticos	7,5	24,3	3,6
Excluindo bens energéticos	0,4	6,7	6,0
Evolução do mercado de trabalho (taxa de crescimento %)			
Emprego (número de indivíduos)	1,9	2,3	0,0
Emprego (horas trabalhadas)	3,1	3,2	3,8
Taxa de desemprego	6,6	5,9	5,9
Saldo das balanças (% do PIB)			
Balança corrente e de capital	0,6	-0,6	1,7
Balança de bens e serviços	-2,7	-2,2	-0,9

Fontes: Banco de Portugal e INE



O Banco de Portugal projeta um crescimento da economia portuguesa para 6,8% em 2022 (5,5% em 2021), seguido de um abrandamento expressivo para 1,5% em 2023. O crescimento económico de 2022 conta com uma forte contribuição das exportações e do consumo privado. Para tal contribuíram as poupanças acumuladas nos anos de pandemia, os planos de consumo de bens e serviços, de turismo e não só, que estavam adiados e que só agora se puderam concretizar em pleno. Foi assim possível que a economia portuguesa retomasse os níveis de atividade de 2019, ou seja, anteriores à pandemia. Para 2023 perspetiva-se uma forte desaceleração face a 2022. Para além das questões inflacionistas, prevê-se um forte abrandamento da procura externa, de acordo com os desenvolvimentos nos mercados alimentares e energéticos, mantendo-se as restrições do lado da oferta, em boa parte resultando do prolongamento do conflito militar entre a Ucrânia e a Rússia, mas também uma política monetária mais restritiva.

O crescimento será contido no primeiro semestre de 2023, projetando-se também uma moderação das despesas das famílias, algum adiamento dos planos de investimento das empresas e um abrandamento das exportações. Estes desenvolvimentos ocorrem num quadro de incerteza global acentuada, manutenção de preços de energia elevados, erosão do poder de compra, aperto das condições financeiras e enfraquecimento da procura externa. A partir da segunda metade de 2023, a atividade poderá acelerar, refletindo a expectativa de atenuação das tensões nos mercados energéticos, a recuperação gradual do rendimento real das famílias, a melhoria da procura externa e a normalização das cadeias de abastecimento globais. Uma maior absorção dos fundos europeus suporta também a atividade neste período.

Estima-se que o consumo privado cresça 5,9% em 2022 e 0,2% em 2023. O forte crescimento de 2022 ocorre num contexto de recuperação do nível pré-pandémico, de estagnação do rendimento disponível real e de redução da taxa de poupança. As famílias aumentaram assim o consumo, em particular em bens e serviços cuja despesa tinha sido adiada nos dois anos anteriores, utilizando parte da poupança acumulada durante a crise. Em 2023, o aumento muito reduzido do consumo privado está associado à menor almofada financeira das famílias, ao aumento do serviço da dívida e à baixa confiança dos consumidores.

O consumo público deverá crescer 2,0% em 2022, desacelerando face ao ano anterior (4,6%). Este abrandamento reflete a redução dos efeitos associados à pandemia, incluindo um menor crescimento do emprego nas administrações públicas. A ligeira desaceleração em 2023 (1,9%) tem subjacente a hipótese de menor crescimento do emprego público, parcialmente compensada por uma aceleração da despesa líquida em bens e serviços.

As exportações crescem 17,7% em 2022 e 4,3% em 2023. O crescimento verificado em 2022, reflete a forte recuperação da componente de serviços, em particular do turismo, que

beneficia do levantamento das restrições da pandemia e da concretização da procura adiada durante esse período. Em 2023, as exportações do turismo deverão crescer 8,6%, beneficiando da Jornada Mundial da Juventude que terá lugar em Portugal no terceiro trimestre. As exportações de bens deverão crescer 6,3% em 2022 e 3,5% em 2023, refletindo um enquadramento internacional menos favorável. No primeiro semestre de 2022, as exportações de bens apresentaram um crescimento robusto, beneficiando do aumento da procura externa e da atenuação das disruptões associadas à escassez de materiais, em particular na indústria automóvel. Em 2023, a desaceleração da procura externa deverá implicar um menor crescimento das vendas de bens ao exterior.

Relativamente à evolução nos preços, a inflação, medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), aumenta para 8,1% em 2022 e 5,8% em 2023. Este perfil de subida da inflação face a 2021 (0,9%) reflete, em larga medida, a evolução dos preços dos bens alimentares e energéticos nos mercados internacionais, a depreciação do euro e a manutenção de algumas restrições do lado da oferta. A mais evidente consequência da inflação é a designada "perda do poder de compra", ao qual os consumidores veem a sua capacidade aquisitiva diminuir em virtude do aumento dos preços, se, entretanto, não virem os seus rendimentos nominais atualizados em proporção equivalente.

A incerteza em torno da projeção é elevada, com riscos descendentes para a atividade e ascendentes para a inflação. A principal fonte de incerteza decorre da evolução da crise energética na Europa, nomeadamente da possibilidade de se verificar escassez de gás exigindo um período de racionamento e cortes na produção, resultando em novas subidas dos preços internacionais de bens e serviços. A inflação permaneceria elevada por mais tempo, o que a par da maior incerteza, teria impactos adversos sobre a atividade. Adicionalmente, existe a possibilidade de ocorrer um crescimento mais forte dos salários e das margens de lucro das empresas, com efeitos de segunda ordem sobre os preços.

A economia portuguesa enfrenta importantes desafios nos próximos anos, sendo a resposta de política económica crucial para um crescimento sustentado e uma retoma da convergência com a Europa. A previsibilidade dos processos de decisão de política económica (monetária, orçamental, regulatória) é essencial para contrabalançar o aumento de incerteza que caracteriza os processos de saída de crises económicas. No período atual esta incerteza é acrescida pela necessidade de controlo da pandemia.

A execução eficiente dos projetos associados ao Plano de Recuperação e Resiliência e a implementação das reformas associadas constituem fatores essenciais, pelos efeitos multiplicadores sobre a atividade e impacto sobre o crescimento potencial. Esta é uma

oportunidade única para potenciar o ritmo de crescimento de longo prazo da economia portuguesa num contexto em que o impacto direto no endividamento nacional é essencialmente nulo.

Não obstante, ainda com efeitos da pandemia COVID-19 e com o início da guerra na Ucrânia, afetaram consumidores e empresas durante o ano de 2022, no entanto a APIN manteve o seu bom funcionamento dentro do contexto desta nova realidade.

Nesta perspetiva, a APIN está determinada em acelerar e reforçar o posicionamento para o futuro, preparando-se para enfrentar e superar os desafios inerentes ao enquadramento macroeconómico atual.

11 ATIVIDADE DA EMPRESA

11.1 Atividade Comercial

A gestão da relação com o cliente é para a APIN um dos pilares da sua estratégia. A empresa atribui forte relevância à melhoria da qualidade dos serviços prestados, nomeadamente à consistência ao nível do processo de faturação, a um atendimento de qualidade, sempre com o propósito de ampliar e melhorar o serviço prestado ao cliente e a sua satisfação. Assim, em 2022 demos continuidade ao compromisso de eficiência suportado pelo desenvolvimento de uma cultura de melhoria contínua.

Apresentamos de seguida alguns indicadores da área comercial.

11.1.1 Clientes

O número de utilizadores associados aos vários serviços que a APIN gere, determina-se pelo número de contratos que se encontram em condições de faturar.

A APIN tinha, a 31 de dezembro de 2022, 60.538 clientes ativos, ou seja, em condições de faturar, dos quais cerca de 18% dizem respeito ao município da Lousã, como se pode observar no quadro que se segue:

Quadro 10 - Contratos ativos

Município	2022	2021	Peso (2022)	Variação
Alvaiázere	5 199	5 186	9%	0,3%
Ansião	7 905	7 873	13%	0,4%
Castanheira de Pera	2 509	2 495	4%	0,6%
Figueiró dos Vinhos	4 517	4 332	7%	4,3%
Góis	4 335	4 325	7%	0,2%
Lousã	10 729	10 601	18%	1,2%
Pampilhosa da Serra	4 780	4 622	8%	3,4%
Pedrógão Grande	3 398	3 410	6%	-0,4%
Penacova	8 758	8 762	14%	0,0%
Penela	3 819	3 787	6%	0,8%
Vila Nova de Poiares	4 589	4 564	8%	0,5%
Total	60 538	59 957	-	1,0%



Os clientes da APIN encontram-se caracterizados ao nível de tipo de utilização, da seguinte forma:

Quadro 11 - Contratos ativos por tipo de utilização

Tipo de Utilização	2022	2021	Peso (2022)	Variação
Doméstico	48 963	48 424	80,9%	1,1%
Familiar 5 pessoas	107	105	0,2%	1,9%
Familiar 6 pessoas	16	13	0,0%	23,1%
Familiar 7 pessoas	2	2	0,0%	0,0%
Social Doméstico	5 378	5 749	8,9%	-6,5%
Não Doméstico	4 314	4 183	7,1%	3,1%
Estado	41	50	0,1%	-18,0%
Instituições	598	587	1,0%	1,9%
Municípios	952	746	1,6%	27,6%
Juntas de Freguesia	146	98	0,2%	49,0%
Rede de Incêncio Pública	21	0	0,0%	0,0%
Total	60 538	59 957	-	1,0%

Os clientes domésticos representam cerca de 81% do total de clientes ativos - a 31 de dezembro de 2022. Os tarifários sociais atribuídos atingiram uma percentagem de 8,9%.

Foram estabelecidos contactos com todos os municípios com vista a resolução dos locais não monitorizados, designadamente a infraestruturas municipais, tais como: fontanários, jardins públicos, redes de incêndio, lavadouros e bebedouros, WC públicos e parques municipais.

No decorrer de 2022 foram detetados vários contadores danificados intencionalmente que originaram a submedição de água faturada, bem como clientes com ligações ilícitas à rede de abastecimento, originando desta forma furtos de água.

11.1.2 Serviço de atendimento telefónico

Durante o ano de 2022 o número de chamadas recebidas, através da linha de apoio ao cliente foi de 32.035, o que significa uma média de 2.670 chamadas mensais. Verificou-se uma diminuição de 500 chamadas em média por mês, face ao ano de 2021. A taxa de sucesso no atendimento de chamadas foi de 89,9%.

As chamadas não atendidas justificam-se pela concentração de chamadas registadas em períodos específicos, devido a: 1) cartas enviadas aos clientes de aviso de corte de água a partir de 2022; e 2) falta de água devido à seca que ocorreu nos meses de verão.

J. S.



D. D. M.

11.1.3 Serviço de atendimento presencial

A APIN tem 8 balcões de atendimento presencial ao cliente, 2 em lojas localizadas na Lousã e em Penela e 6 postos de atendimento situados nos municípios de Alvaízere, Ansião, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pedrógão Grande e Vila Nova de Poiares.

No ano de 2022 a loja da Lousã registou uma média de 29 clientes por dia, enquanto a loja de Penela registou uma média de 10 clientes por dia.

11.1.4 Leituras

Ao longo de 2022 foram realizadas cerca de 627,2 mil leituras, das quais 95,9% foram realizadas pelos leitores. Os clientes comunicaram aproximadamente 13,4 mil leituras (2,1%), privilegiando o contacto telefónico (41,9%), seguido pelo serviço de comunicação de leituras disponibilizado no site da APIN (39,5%) e pelo atendimento presencial nos balcões de atendimento da APIN (18,4%).

Quadro 12 – Número de leituras reais

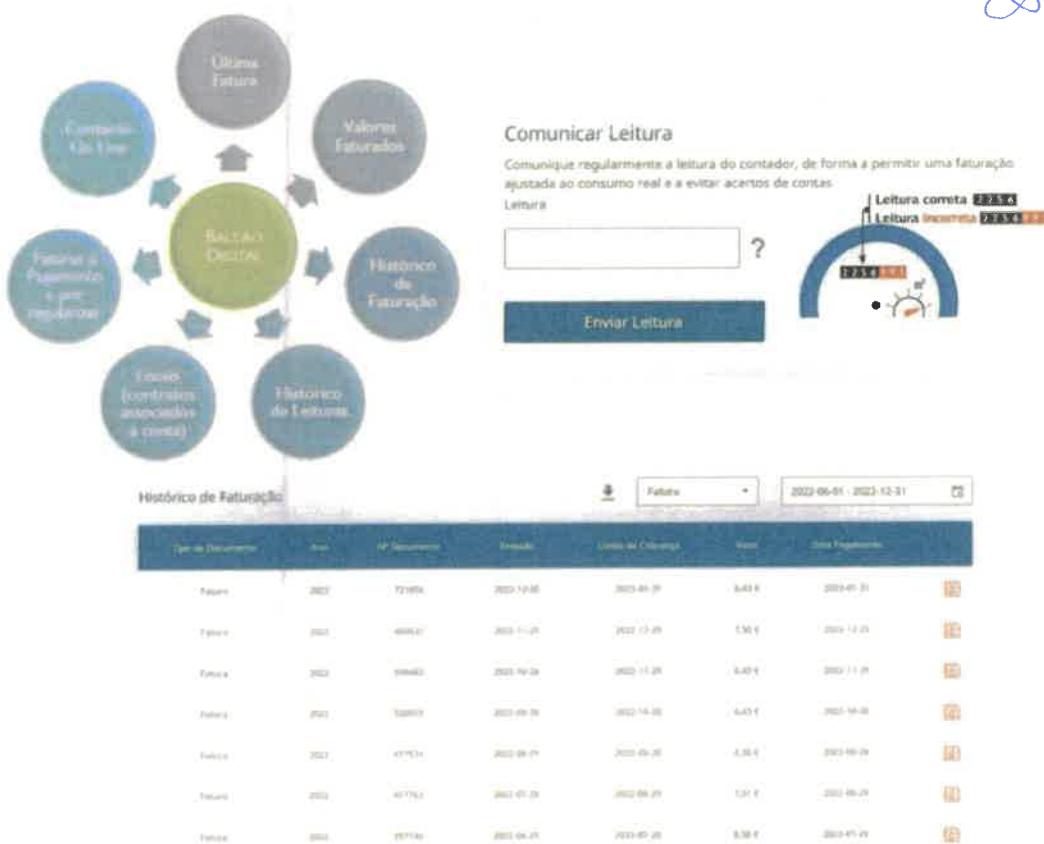
Modo de leitura	2022	2021	Peso (2022)	Variação
Cliente	13 482	14 800	2,1%	-8,9%
Corretiva	1 918	2 404	0,3%	-20,2%
Leitor	601 363	562 552	95,9%	6,9%
Serviço	10 455	9 120	1,7%	14,6%
Total	627 218	588 876		6,5%

Considerando o potencial de leituras que foram previstas realizar em 2022 pelos leitores, verifica-se uma taxa de sucesso de 96,8%.

11.1.5 Balcão Digital e Envio Eletrónico de Fatura

No balcão digital é possível o cliente observar e interagir sobre os diferentes aspetos do seu contrato. Em 2022 verificou-se um crescente interesse por estes canais, suportado pela adesão à fatura eletrónica e pelo fornecimento de leituras, bem como, pela percepção dos consumos faturados, controlo das suas cobranças, entre outros.



Figura 6 - Balcão digital


No final de 2022, existiam 5.850 clientes ligados ao balcão digital, que representa cerca de 9,7% do total de clientes.

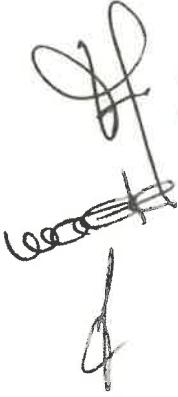
Até 31 de dezembro de 2022 aderiram ao envio de faturas por email 8.128 clientes, representando cerca de 13,4% do total de utilizadores da APIN.

11.1.6 Faturação e Cobrança

No decorrer de 2022, destacam-se na área da faturação os seguintes parâmetros:

- Melhoria da qualidade da informação registada no sistema de gestão de clientes;
- Otimização das zonas/áreas de leitura com vista à redução dos quilómetros percorridos pelas equipas de leitura, aumentando a eficiência do processo;
- Calendarização do mapa de faturação e leituras para o ano 2022/2023, respeitando um período mínimo (28 dias) e máximo (33 dias) entre faturas, mitigando o envio de duas faturas por mês.





- Desenvolvimento de ações para reduzir o número de clientes sem registo de leitura, nomeadamente com a entrega de boletins de aviso de leitura aos utilizadores, aos quais os leitores não têm acesso ao contador. Desta forma, é fomentado o envio de leituras através das linhas de comunicação disponibilizadas pela APIN;
 - Sempre que se verificaram consumos de água excessivos para o perfil de consumo do cliente, foram entregues boletins de aviso a informar do consumo anómalo apresentado.

As atividades desenvolvidas em 2022 com vista a uma cobrança célere e eficaz, foram as seguintes:

- Análise e acompanhamento de situações pendentes relacionadas com as dívidas de clientes;
 - Continuidade do processo de pré-injunção, com vista a reduzir o número de processos em fase final de injunção.
 - Execução de processos de injunção, que se refletiu numa maior eficiência na gestão da dívida antiga;
 - Ênfase no contacto de proximidade com os clientes, no sentido de oferecer um serviço de melhor qualidade e evitar situações de descontentamento que possam dar origem à não regularização da dívida (possibilidade de pagamento em prestações sempre que devidamente justificado);
 - Continuidade do serviço de envio de SMS como alerta da data-limite de pagamento da fatura ou do aviso de corte. Este serviço é gratuito para o cliente e só exige que este disponibilize um contacto de telemóvel à APIN. No ano de 2022, foram enviados aproximadamente 6.600 SMS. Este serviço prestado ao cliente tem o benefício de evitar o pagamento fora do prazo das faturas, e, por conseguinte, a possibilidade de corte do serviço de abastecimento de água;
 - A APIN, no decorrer do ano de 2022, celebrou um contrato com uma empresa de cobrança extrajudicial para a recuperação da dívida com mais de 90 dias e que

APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior



F. L. M. R. J. V. C. A. P.

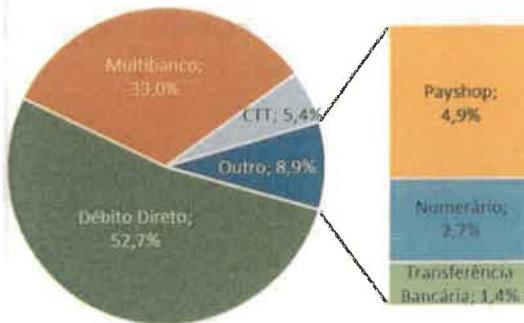
não cumpra os critérios internos para se avançar com o processo de injunção. Foram ainda entregues para cobrança, a esta empresa, os títulos de ação executiva que a APIN detém e que não cumprem os critérios definidos internamente para se avançar para um processo de execução judicial.

- Envio de cartas de avisos de pagamento e de avisos de débito com notificação de interrupção de serviços (importa referir que o Governo, tendo em vista continuar a garantir o apoio das famílias afetadas pela pandemia COVID-19, decidiu manter a proibição de cortes de água até 31 de março de 2022. Deste modo, a APIN apenas procedeu ao envio de cartas de aviso de débito com notificação de interrupção de serviço a partir de 26 de abril de 2022);

11.1.7 Formas de Pagamento

Relativamente ao pagamento através dos vários canais de cobrança disponibilizados pela APIN, verifica-se que o débito direto foi o canal mais utilizado pelos utilizadores no ano de 2022 para pagamento das faturas (52,7%), como se pode visualizar de seguida:

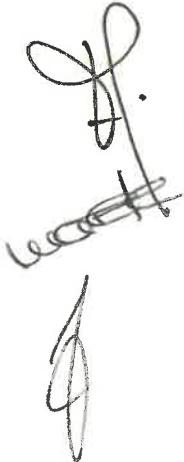
Gráfico 9 – Canais de cobrança



11.1.8 Serviços

No decorrer de 2022 o resultado da operação das equipas, sob a responsabilidade da Direção Comercial, poderá ser observado no quadro seguinte:





Relatório de Gestão e Contas 2022

P. Norton
LR

2012

Quadro 13 – Número de serviços executados

Tipo de Serviço	2022
Colocação de contador	1 509
Leitura de contador	44
Retirada de contador	905
Substituição de contador	3 416
Verificação de contador	995
Fecho de Água	672
Restabelecimento de ligação	12
Verificações ou informações diversas	633
Total	8 186

Foram efetuados 8.186 serviços dos quais se destaca a substituição de contadores com 3.416 serviços, que representa cerca de 42% do total de serviços.

11.1.9 Reclamações

Durante o ano de 2022, foram registadas 255 reclamações, menos 219 face ao ano anterior (474), das quais 187 (73,3%), correspondem a reclamações efetuadas por email, tal como se apresenta de seguida:

Quadro 14 - Modo de efectuar a reclamação

Município	Email	Formulários	Carta	Livro de Reclamações		ERSAR	Total
				Físico	Online		
Alvaiázere	16	3	-	-	7	1	27
Ansião	26	4	2	2	4	3	41
Castanheira de Pera	11	1	2	2	-	-	16
Figueiró dos Vinhos	14	1	1	1	-	-	17
Góis	7	-	2	-	-	3	12
Lousã	43	1	3	1	1	-	49
Pampilhosa da Serra	8	-	1	-	-	-	9
Pedrógão Grande	14	4	2	-	-	-	20
Penacova	22	1	3	-	-	1	27
Penela	15	3	3	1	-	-	22
Vila Nova de Poiares	11	2	-	2	-	-	15
Total	187	20	19	9	12	8	255

As reclamações mencionadas anteriormente estão caracterizadas da seguinte forma:

Quadro 15 – Tipo de reclamação

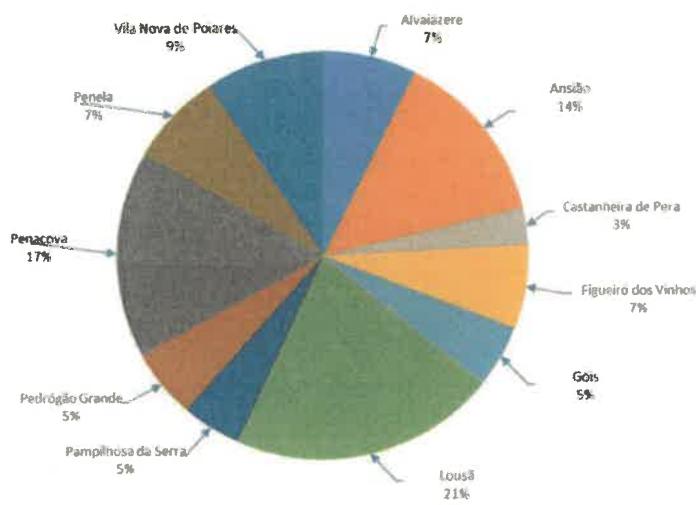
Tipo de Reclamação	Alvalade	Ansião	Cast. Pera	F. dos Vinhos	Góis	Lousã	Pamp. Serra	Pedrógão Grande	Penacova	Penela	V.N. Poiares	Total
Atendimento	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	1	3
Contratação	-	-	1	-	1	2	-	-	-	-	-	4
Leituras, Faturação e Cobrança	13	25	14	11	8	29	8	14	21	13	9	165
Ligação e Saneamento	Agua	2	2	-	-	1	1	-	-	1	-	7
Disponib.	Saneamento	1	-	-	-	-	2	-	-	-	1	1
Resíduos Urbanos	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	2
Qualidade da água	3	-	-	-	1	2	-	1	-	1	-	9
Qualidade do Serviço	Agua	4	7	1	3	-	5	-	2	1	3	1
Saneamento	-	1	-	1	-	1	-	-	-	-	2	5
Resíduos Urbanos	3	5	-	2	1	5	-	3	-	4	1	24
Tarifário	1	1	-	-	-	-	-	-	2	-	-	4
Total	27	41	16	17	12	49	9	20	27	22	16	265

11.1.10 Volumes de água faturados

O volume de água faturado e contabilizado no ano de 2022 ascendeu a 4.223.319 m³ de água, o que reflete uma diminuição de 1,1% face a 2021. Os municípios da Lousã e de Penacova apresentam os maiores consumos de água faturados, com 21,0% e 16,5%, respetivamente. Por outro lado, o município de Castanheira de Pera apresentou apenas 2,9% do total de consumo de água faturado. Foram fornecidos, mas não faturados, 1.159 m³ de água, referente a consumos em instalações próprias da APIN.

Abaixo, pode-se verificar, os volumes faturados de água por município e contabilizados em 2022.

Gráfico 10 - Volumes de água faturados



[Signature]

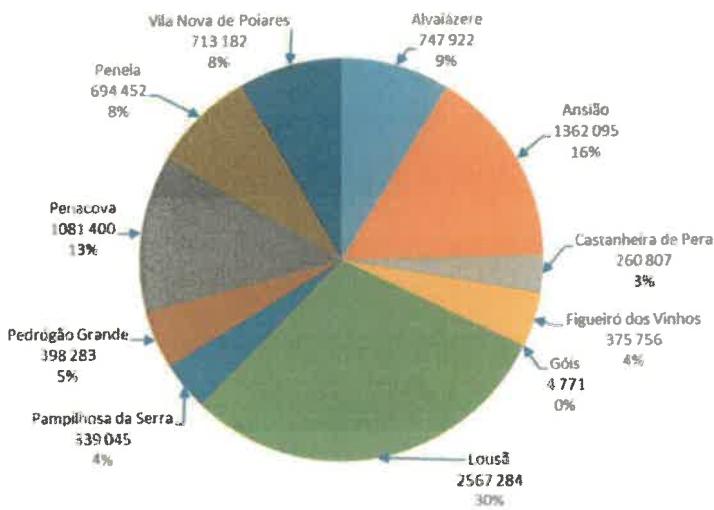
11.2 Abastecimento de Água

11.2.1 Volume aduzido à rede

No ano de 2022, foram aduzidos 9.795.125 m³ nos sistemas de abastecimento público de águas dos municípios geridos pela APIN (aumento de 0,1% face a 2021) dos quais 64,9% foram adquiridos à Águas do Centro Litoral, S.A., 21,7% à Águas do Vale do Tejo, S.A., 12,8% correspondem a captações próprias e 0,7% dizem respeito a aquisição de água em "alta" à empresa Águas do Planalto, S.A., e municípios de Arganil e Condeixa.

A distribuição de água aduzida à rede e os volumes totais por município encontram-se no seguinte gráfico:

[Signature] *Ole* *[Signature]*
Gráfico 11 – Volumes totais de água adquirida em "alta"



O volume de água adquirido no município da Lousã representa cerca de 30,0% do volume total adquirido em "alta". O município de Góis, com 493.676 m³ representa cerca de 39,5% do total de captações de água (1.250.128 m³).

11.2.2 Avarias na rede

No que respeita às avarias de rede e de ramal, foram rececionadas 2.762 ocorrências durante o ano de 2022. Observou-se um aumento de ocorrências na ordem dos 25% relativamente a 2021. A média de ocorrências neste período foi de 7,6 roturas por dia.

O maior número de avarias rececionadas foi no município de Lousã, representando 21,8% das avarias totais. Este município contempla 12,3% do total de km do sistema, sendo o segundo município com maior extensão de rede.



As ocorrências destas avarias deveram-se maioritariamente ao desgaste dos materiais e/ou ao deficiente estado das condutas e ramais assim como em resultado das empreitadas de ampliação da rede de drenagem de águas residuais.

11.2.3 Deteção de fugas

No âmbito da deteção de fugas, no que diz respeito às perdas de água que se manifestam através do aparecimento à superfície ou as "não visíveis" que são de mais difícil localização, a APIN tem uma equipa para a deteção e localização de fugas, recorrendo aos equipamentos adquiridos (geofones e correladores acústicos). O trabalho pode ser solicitado por indícios de uma fuga em determinada zona, indo a equipa identificar o local exato, em vez de se proceder à abertura de vala, ou decorrente de um planeamento prévio, fazendo o "varrimento" de zonas suspeitas de forma a encontrar possíveis pontos de fuga.

No âmbito da campanha de controlo ativo de perdas e apoio às equipas de reparação de roturas foram detetadas 606 fugas durante o ano de 2022, que corresponde a cerca de 22% do total de roturas.



11.2.4 Falhas no abastecimento

As falhas no abastecimento sucedem na sua grande maioria na sequência de ocorrências de roturas nas redes, procedendo os serviços técnicos da APIN à suspensão do abastecimento público para a reparação das condutas e restabelecimento da qualidade da água. Efetua-se também a suspensão do abastecimento devido a intervenções programadas de ampliação e remodelação de redes, instalação de equipamento de medição e monitorização, higienização de reservatórios, sendo, nestes casos, emitidos aos moradores nas zonas afetadas.

No decorrer do ano de 2022 foram registadas 125 interrupções de fornecimento de água programadas e 835 não programadas.

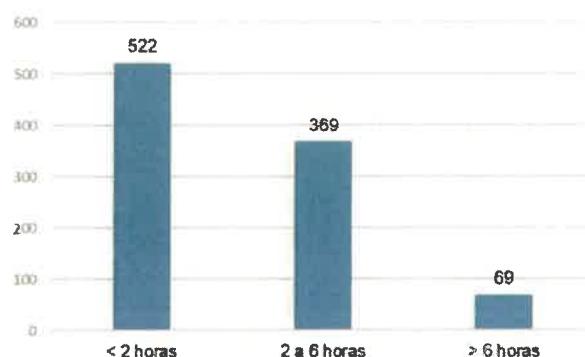
As interrupções programadas foram objeto de comunicação através do nosso site, com uma antecedência mínima de 48 horas, em conformidade com o previsto no n.º 5 do artigo 60.º



do DL 194/2009, de 20 de agosto, bem como na página de Facebook da APIN e também com a colocação de editais nas ruas onde se realizaram as interrupções de água.

Observa-se ter havido um menor número de casos em que as suspensões do abastecimento decorreram em períodos mais longos. Foram, na maioria, casos de intervenções programadas, de maior complexidade, no âmbito da reabilitação das infraestruturas. Verificou-se que, pelo contrário, o maior número de casos de falhas ocorre em curtos períodos.

Gráfico 12 – Duração das falhas no abastecimento



A duração média das falhas de água em 2022 foi de 2h27min.

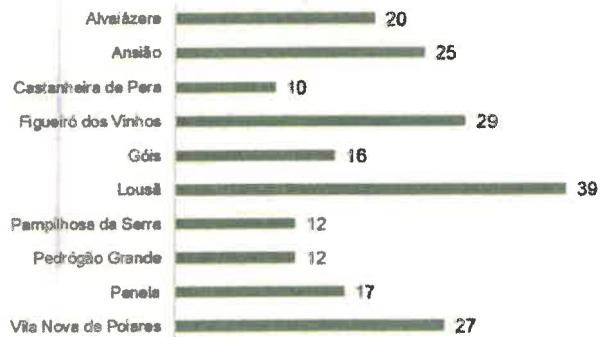
11.2.5 Qualidade da água

No âmbito do Plano de Controlo de Qualidade de Água, em 2022 foram efetuadas 1.129 análises da qualidade da água e verificados 13.671 parâmetros, dos quais 127 ultrapassaram os valores paramétricos definidos na legislação, o que evidencia um bom desempenho da empresa, com uma percentagem de cumprimento de 99,1%.

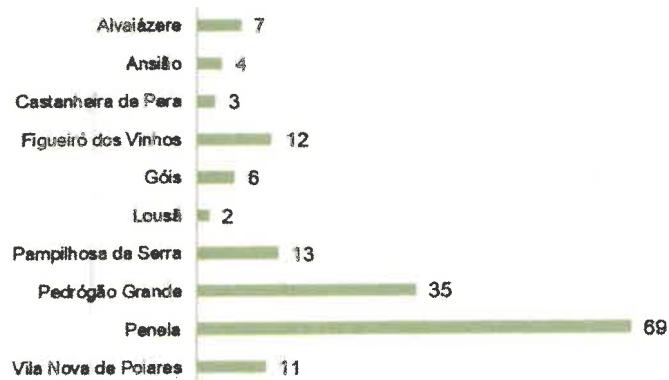
11.2.6 Ramais de abastecimento de água

No ano de 2022 foram executados pelos serviços de exploração 207 novos ramais de abastecimento de água, uma média de 17 ramais por mês, dos quais 39 no município da Lousã e 29 no município de Figueiró dos Vinhos.



Gráfico 13 – Novos ramais de abastecimento de água


Resultante do estado e condições dos ramais existentes, no ano de 2022 foram remodelados 162 ramais de abastecimento de água, dos quais 69 no município de Penela e 35 no município de Pedrógão Grande.

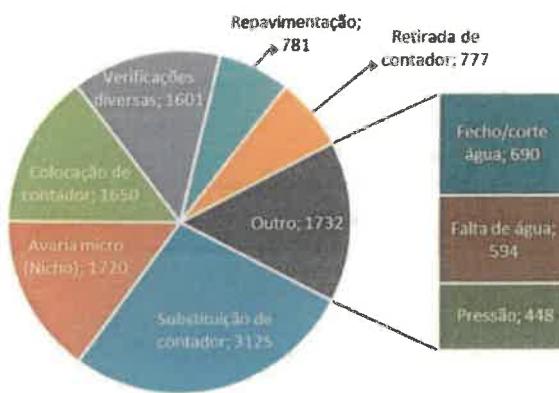
Gráfico 14 – Remodelação de ramais de abastecimento de água


11.2.7 Operação e manutenção de redes de abastecimento

Para além dos trabalhos de reparação de roturas e execução de ramais, destacam-se as seguintes ações realizadas em 2022 nas redes de abastecimento, no âmbito de ocorrências e serviços programadas.



Graáfico 15 – Serviços programadas nas redes de abastecimento de água

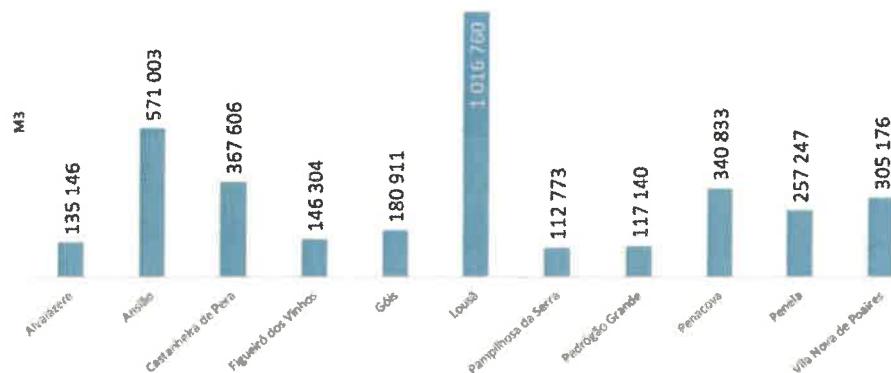


11.3 Saneamento de Águas Residuais

11.3.1 Volumes recolhidos nas redes de saneamento

Nas operações de saneamento de águas residuais foram recolhidos e enviados para tratamento 4.291.827 m³ de efluentes (diminuição de 7,3% face a 2021) dos quais 62,3% à Águas do Centro Litoral, S.A., 20,5% à Águas do Vale do Tejo, S.A. e 17,3% para ETAR próprias.

Graáfico 16 - Efluente entregue em "alta"



O volume recolhido no município da Lousã representa cerca de 28,6% do volume total recolhido em “alta” nas redes de saneamento.

O município da Lousã, com 473.713 m³ representa cerca de 63,9% do total de volume recolhido nas ETAR próprias (740.929 m³).

11.3.2 Quantidade e volumes recolhidos em fossas

O serviço de limpeza de fossas sépticas particulares inclui-se na atividade de saneamento de águas residuais. As fossas sépticas, enquanto instalações particulares, individuais ou coletivas de disposição de águas residuais urbanas, estão largamente disseminadas pela área de intervenção da APIN. O seu adequado funcionamento, nomeadamente quanto ao destino final das lamas, deve ser devidamente acautelado, na medida em que pode constituir um problema ambiental relevante ou mesmo de saúde pública.



Durante o ano de 2022 foram executadas um total de 3.774 limpezas de fossas e foram recolhidos 36.511 m³ de lamas. Verificou-se um aumento de 66 limpezas de fossas face ao ano anterior.

Quadro 16 - Limpeza de fossas realizadas e respetivos volumes

Município	N.º de limpezas de fossas	Volumes recolhidos (m ³)
Alvaiázere	160	1 810
Ansião	414	5 848
Castanheira de Pera	373	3 821
Figueiró dos Vinhos	698	6 190
Góis	109	527
Lousã	399	3 396
Pampilhosa da Serra	69	552
Pedrógão Grande	174	1 028
Penacova	673	7 526
Penela	225	2 162
Vila Nova de Poiares	480	3 654
Total	3 774	36 511





O elevado número de serviços efetuados nos municípios de Figueiró dos Vinhos e Penacova deve-se essencialmente à baixa cobertura de rede de saneamento destes municípios e também com as afluências indevidas.

11.3.3 Intervenções de desobstrução

As equipas de exploração procederam no ano de 2022 a 425 intervenções de desobstrução da rede de drenagem de águas residuais, sendo a média de ocorrências de 1,2 obstruções/dia.

A ocorrências de obstruções deveram-se na sua maioria ao mau estado dos coletores e caixas de visita, nomeadamente em redes unitárias com coletores em grés, normalmente associadas a entrada de areias e afluências indevidas. Para além deste tipo de episódios, temos ainda a considerar a afluência de caudais associados a eventos pluviométricos causando sobrecarga hidráulica no sistema com várias consequências nefastas, como sejam, descargas sem tratamento adequado. Deste modo, é recomendado o encaminhamento para um sistema separativo, articulando-se com as intervenções dos Municípios.

11.3.4 Operação e manutenção de ETAR

Atualmente a APIN tem sob sua gestão 32 ETAR como se pode visualizar de seguida:

Quadro 17 - ETAR sob gestão da APIN

Município	Quantidade de ETAR	Volumes tratados (m ³)
Alvaiázere	-	-
Ansião	-	-
Castanheira de Pera	2	110 624
Figueiró dos Vinhos	-	-
Góis	4	91 090
Lousã	4	473 713
Pampilhosa da Serra	19	50 307
Pedrógão Grande	-	-
Penacova	2	11 902
Penela	-	-
Vila Nova de Poiares	1	3 293
Total	32	740 929

No ano de 2022, foram recolhidos mais de 700 mil m³ de águas residuais nas ETAR próprias. As ETAR instaladas nos Municípios de Alvaiázere, Ansião, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Penela são geridas pelas Entidades em "alta".



11.3.5 Ramais de Saneamento

Durante o ano de 2022 foram executados 78 ramais novos no sistema de drenagem de águas residuais.

11.4 Gestão de Resíduos Urbanos

O Departamento de Resíduos Urbanos tem como principais objetivos a gestão diária dos recursos humanos e meios técnicos disponíveis, assim como, promover e implementar medidas que minimizem a deposição de resíduos em aterro sanitário, em prol da saúde dos municípios e de um ambiente mais sustentável.

A nível operacional o departamento de resíduos é constituído por 56 operacionais de recolha de resíduos urbanos (motoristas e ajudantes), distribuídos pelos três Polos da APIN, 3 Encarregados de Resíduos e 1 Responsável de Resíduos,

A APIN dispõe de cerca 10.823 contentores com capacidade de 6.544 m³, sendo responsável pela recolha dos resíduos urbanos indiferenciados.



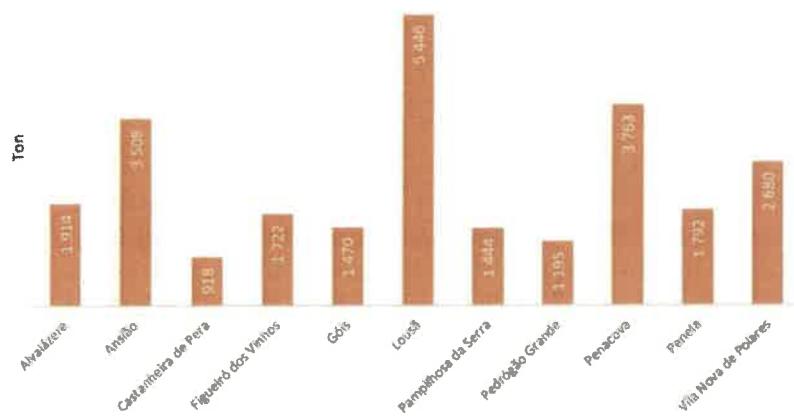
Durante o ano de 2022 foram efetuadas 8.786 lavagens aos contentores da APIN. No quadro que se segue, apresenta-se o detalhe do parque de contentores:

Quadro 18 - Parque de contentores

Polo	Município	Contentores (nº)	Litros						Enterrados	Capacidade instalada (m3)
			120	240	360	500	770	1100		
Polo 1	Lousã	1 705	275	443	270	0	716	1	0	789
	VN Poiares	987	268	89	267	0	288	75	0	454
	Penacova	1 181	114	0	0	0	1 059	3	5	0
Polo Góis	P. Serra	895	94	180	21	0	589	11	0	528
	C. Pera	670	12	28	164	0	445	21	0	433
	P. Grande	469	127	5	0	0	169	168	0	331
Polo F. Vinhos	Penela	753	190	11	1	174	329	42	6	417
	Figueiro dos Vinhos	639	7	6	111	0	464	51	0	456
	Alvalázere	737	151	6	0	0	501	78	1	492
Polo 3	Ansião	1 192	450	2	10	0	540	167	23	676
		1 595	149	10	0	0	1 412	19	5	1 132
Total Polo 1		3 873	657	532	537	0	2 063	79	5	2 079
Total Polo 2		2 787	423	224	186	174	1 532	242	6	1 709
Total Polo 3		4 163	757	24	121	0	2 917	315	29	2 756
Total		10 823	1 837	780	844	174	6 512	636	40	6 544

No decorrer do ano de 2022 foram recolhidas 25.851 toneladas de resíduos indiferenciados nos onze municípios da área de intervenção da APIN, os quais foram entregues nas Estações de Transferência da ERSUC, situadas em Góis e Ansião, o que representa uma diminuição de 0,3% face a 2021 (25.931 toneladas). O Município da Lousã, com 5.446 toneladas recolhidas, representa cerca de 21,1%, do total dos resíduos indiferenciados entregues em 2022, como se pode verificar de seguida:

Gráfico 17 - Recolha de resíduos indiferenciados



Os resíduos urbanos indiferenciados são posteriormente encaminhados pela empresa responsável pelo tratamento de resíduos, designadamente o Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos do Litoral Centro, situado em Coimbra,

que visa garantir a valorização desses resíduos da forma mais sustentável nas suas diversas áreas de atuação.

O tratamento e a recolha seletiva dos resíduos urbanos produzidos nos onze municípios são assegurados pela ERSUC.

11.5 Manutenção

A área da manutenção da APIN tem à sua responsabilidade a manutenção das infraestruturas de abastecimento de água, manutenção das infraestruturas de saneamento e a manutenção da frota de viaturas da APIN, nomeadamente viaturas de apoio à exploração, viaturas de recolha de resíduos e viaturas de limpeza de fossas.

As 948 infraestruturas de abastecimento de água estão distribuídas por diferentes tipologias: captações; estações de tratamento de água; reservatórios; estações elevatórias; ventosas; válvulas reguladoras de pressão; caixas de perda de carga.

Relativamente ao saneamento as cerca de 90 infraestruturas distribuem-se pelas seguintes tipologias: ETAR e estações elevatórias.

No que respeita ao parque de viaturas da APIN, as 97 viaturas que atualmente compõem o parque distribuem-se pelos seguintes tipos: ligeiras de passageiros; ligeiras de mercadorias; pesadas de mercadorias; viaturas de resíduos urbanos e máquinas de escavação.

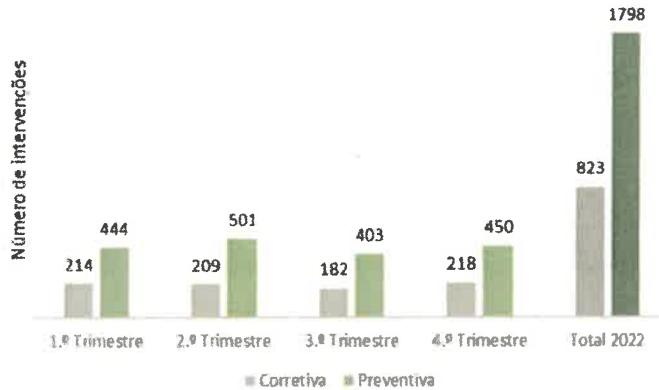
O objetivo da área da manutenção da APIN é contribuir de forma efetiva e decisiva para assegurar uma melhoria continua da qualidade de serviço prestada à população dos municípios que constituem a APIN. Para se assegurar estes objetivos a APIN atua em três vetores fundamentais, nomeadamente: manutenção corretiva; manutenção preventiva, e melhorias e reabilitações. Ainda, nestas vertentes, procura-se sempre o melhor intercambio de informação e colaboração entre a operação e a manutenção.

- ✓ Manutenção corretiva: é a atividade técnica executada depois da ocorrência de uma avaria e tem como objetivo restaurar o ativo para uma condição em que pode funcionar como pretendido, quer pela sua reparação ou por substituição.
- ✓ Manutenção preventiva: consiste em intervenções realizadas para prevenir a ocorrência de avarias e monitorizar o desempenho das operações, é planeada e realizada independentemente da condição operacional do ativo no momento, com o objetivo de evitar avarias e minimizar as consequências de colapsos.

O trabalho realizado no ano de 2022 nas infraestruturas resume-se de seguida:

J. J.

Gráfico 18 – Manutenção corretiva e preventiva



Apresenta-se de seguida algumas intervenções de melhorias e reabilitações de infraestruturas que ocorreram durante o ano de 2022:

1) Reservatório (com Estação Elevatória associada) de Casal da Rainha – Alvaiázere



2) Válvula Redutora de Pressão da Sarzedela – Ansião

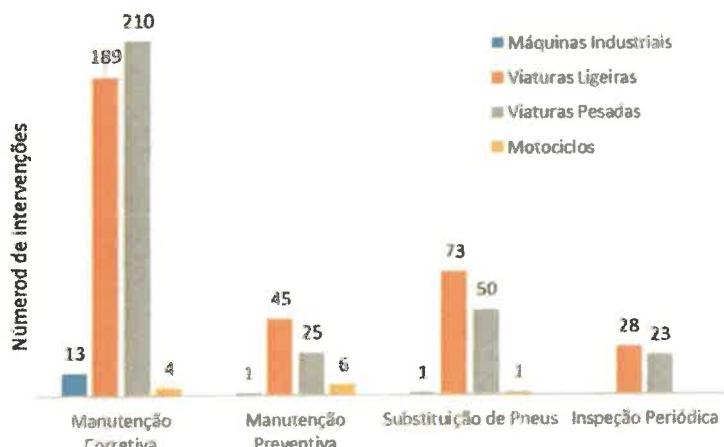


Para todo este leque de infraestruturas a APIN tem em curso a implementação da plataforma de apoio à gestão "NAVIA", suporte essencial para se conseguir gerir, avaliar e otimizar o trabalho realizado.

No que respeita ao abastecimento de água e ao saneamento de águas residuais, todas as intervenções efetuadas foram realizadas por meios próprios, recorrendo apenas a prestadores de serviços para a reparação de equipamentos de bombagem.

Relativamente ao parque de viaturas da APIN, apresenta-se de seguida o número de intervenções por tipo de viatura e por tipos de intervenção:

Gráfico 19 – Número de intervenções nas viaturas



Durante o ano de 2022 foram efetuadas um total de 669 intervenções nas viaturas da APIN das quais, 15 em máquinas industriais, 335 em viaturas ligeiras, 308 em viaturas pesadas e 11 em motociclos.

O gestor de frota está dedicado essencialmente à organização da manutenção das viaturas ligeiras, que é subcontratada, gestão de combustíveis e gestão de todos os processos administrativos associados ao parque de viaturas.

Relativamente ao parque de viaturas pesadas, com os meios humanos reduzidos ao mínimo, apenas 1 mecânico especialista, internamente apenas se consegue responder às avarias das viaturas de resíduos urbanos com necessidade de desempanagem em estrada. Com esforço e planeamento, procuramos de forma sistemática percorrer ciclicamente todas as viaturas pesadas, efetuar revisões gerais programadas em simultâneo com uma manutenção condicionada minuciosa a toda a viatura (chassis e superestrutura) a fim de detetar e corrigir anomalias "escondidas", evitando assim avarias maiores e com tempos de paragem prolongados,

algo muito importante a ter em conta nas viaturas de recolha de resíduos urbanos. Para toda a restante manutenção recorre-se a prestadores de serviços externos.

Como perspetiva futura pretende-se, com a implementação do "NAVIA", dar continuidade ao trabalho que se tem vindo a realizar, melhorando a organização, eficiência e eficácia do mesmo.

Estando em curso as obras de eficiência hídrica, importantes para alcançar o objetivo de controlo e redução de perdas, surge um desafio extra, de manter operacionais os mais de 400 pontos de recolha de informação de forma ininterrupta.

No que respeita ao parque de viaturas, o desafio é, além de manter todo o parque de viaturas operacional, criar melhores condições de trabalho para a manutenção das viaturas e, progressivamente, renovar o parque de viaturas de resíduos urbanos, quer através da reabilitação das viaturas em melhores condições, quer substituindo as viaturas mais desgastadas.

11.6 Central de Gestão de Operações

A Central de Gestão de Operações, que foi implementada no inicio de 2021, acompanha remotamente a atividade de circuito e redes, analisando os desvios ao regular funcionamento, ajustando os parâmetros e despoletando alertas. Desta forma é possível otimizar as deslocações das equipas de operação e manutenção aos locais, rentabilizando os meios e reduzindo custos.

A Central de Gestão de Operações teve como principais funções em 2022 o seguinte:

- atendimento da linha de roturas e avarias da APIN, fazendo a ponte entre as ocorrências, comunicadas por clientes ou colegas da manutenção, com as equipas no terreno, 24 horas por dia, mantendo todas as partes interessadas informadas quanto ao decorrer dos trabalhos;
- supervisão em tempo real do sistema de telegestão instalado no Polo Operacional da Lousã, transmitindo os alertas quando se registam anomalias (no final de 2022 foi adjudicada a manutenção deste sistema, que já se encontra em funcionamento há 20 anos, carecendo de atualização de hardware e software para se manter viável). A telegestão consiste num sistema de monitorização e controlo à distância, e em tempo real, das instalações de abastecimento, permitindo assim uma maior eficiência de exploração, controlo nas perdas e fugas de água e redução dos custos de exploração.

Até ao final de 2022 ainda só estava a funcionar no concelho da Lousã.





d
B
QAM
H.

- Em 2022 começou também o acompanhamento da telemetria/alarme das instalações nas quais tem vindo a ser gradualmente instalados equipamentos no âmbito do projeto da Eficiência Hídrica;

11.7 Obras executadas ou em execução

No âmbito da execução de investimentos que são objeto de financiamento comunitário ao abrigo das candidaturas ao POSEUR, no final de 2022 encontravam-se concluídas (sem receção provisória) as seguintes obras:

- ✓ POSEUR-03-2012-FC-001086 (Penela) – 1) empreitada de execução de rede pública de drenagem de águas residuais: Louriceira, Venda das Figueiras e Câneve: Fase 3 - Lote G; e 2) empreitada de execução de rede pública de saneamento de Venda dos Moinhos, Grocimas, Casal Novo, Viavai, estrada de Viavai, São Paulo, Ribeirinho e Gagos – Fase 3 - Lote I;



- ✓ POSEUR-03-2021-001224 (Pedrógão Grande) – Projeto de execução de saneamento de águas residuais de ligação à ETAR de Derreada – Lote A;
- ✓ POSEUR-03-2012-FC-001276 (Lousã) – 1) execução do sistema de drenagem águas residuais e da rede de abastecimento de água da Ponte Velha; 2) execução do sistema de drenagem águas residuais da Póvoa; e 3) execução do sistema de drenagem águas residuais e do sistema de drenagem de águas pluviais da Rua Padre Manuel Peixoto e da Rua Padre Joaquim José dos Santos;
- ✓ POSEUR-03-2012-FC-001335 (Lousã) – execução do sistema de drenagem águas residuais e do sistema de drenagem de águas pluviais no lugar das Fontainhas, junto à ETAR das Fontainhas;
- ✓ POSEUR-03-2012-FC-001265 (Lousã) – execução da rede de abastecimento de água do lugar de Casal de S. Miguel.



Durante o ano de 2022 iniciaram-se diversas obras ao abrigo dos fundos comunitários do POSEUR, nomeadamente:

- ✓ POSEUR-03-2012-FC-001086 (Penela) – 1) empreitada de execução de rede pública de drenagem de águas residuais: Fase 2 - Serrada de Freixiosa, Freixiosa, Dueça, Carregã, São Simão, Casais do Cabra, Santo António e Pastor - Lote B; 2) empreitada de execução de rede pública de saneamento de Louriceira, Venda das Figueiras e Câneve: Fase 1– Lote E; 3) empreitada de execução de rede pública de drenagem de águas residuais de Louriceira, Venda das Figueiras e Câneve: Fase 2 - Lote F; 4) empreitada de execução de rede pública de saneamento de Venda dos Moinhos, Grocina, Casal Novo, Viavai, estrada de Viavai, São Paulo, Ribeirinho e Gagos: Fase 4 - Lote J.



- R 9 de Junho P. JF.
ver
P
DR
CR
AH.
- ✓ POSEUR-03-2012-FC-00001149 (Figueiró dos Vinhos) – empreitada do sistema de águas residuais domésticas da freguesia de Aguda – Lote A;
 - ✓ POSEUR-03-2012-FC-001174 (Figueiró dos Vinhos) – 1) empreitada do sistema de águas residuais domésticas da povoação de Castanheira de Figueiró: Lote C; 2) empreitada do sistema de águas residuais domésticas da povoação de Colmeal e Lavandeira: Lote D; 3) empreitada do sistema de águas residuais domésticas de Santarém e outras povoações: Lote E; 4) empreitada do sistema de águas residuais domésticas das povoações de Valada, Serrada e Portelão: Lote F;



- ✓ POSEUR-03-2012-FC-00001139 (Alvaiázere) – empreitada de extensão do sistema de águas residuais de Alvaiázere: Lote 1;
- ✓ POSEUR-03-2012-FC-001141 (Alvaiázere) – empreitada de extensão dos sistemas de águas residuais de Barroso: Lote 2;



- ✓ POSEUR-03-2012-FC-001149 (Alvaiázere) – empreitada de extensão dos sistemas de águas residuais de Vale de Tábuas: Lote 3.
- ✓ POSEUR-03-2012-FC-001135 (Ansião) – 1) execução de rede de drenagem de água residuais domésticas em Santiago da Guarda: Lote A; 2) execução da rede pública de drenagem de água residuais domésticas em Alvorge: Lote B;



- ✓ POSEUR-03-2012-FC-00001371 (Ansião) – empreitada de ampliação do sistema de saneamento de águas residuais no concelho de Ansião - sistema de Chão de Couce: Fase 3 - Lote C.
- ✓ POSEUR-03-2021-001221 (Pedrógão Grande) – projeto de execução do sistema de saneamento de águas residuais de Facaia: Lote B;
- ✓ POSEUR-03-2021-001222 (Pedrógão Grande) – projeto de execução do sistema de saneamento de águas residuais de Pinheiro Bordalo, Altardo, Graça, Casal dos Ferreiros e Casal da Francisca: Lote C;
- ✓ POSEUR-03-2021-001220 (Pedrógão Grande) – projeto de execução do sistema de saneamento de águas residuais de Vale de Barco e Vale de Góis: Lote D;



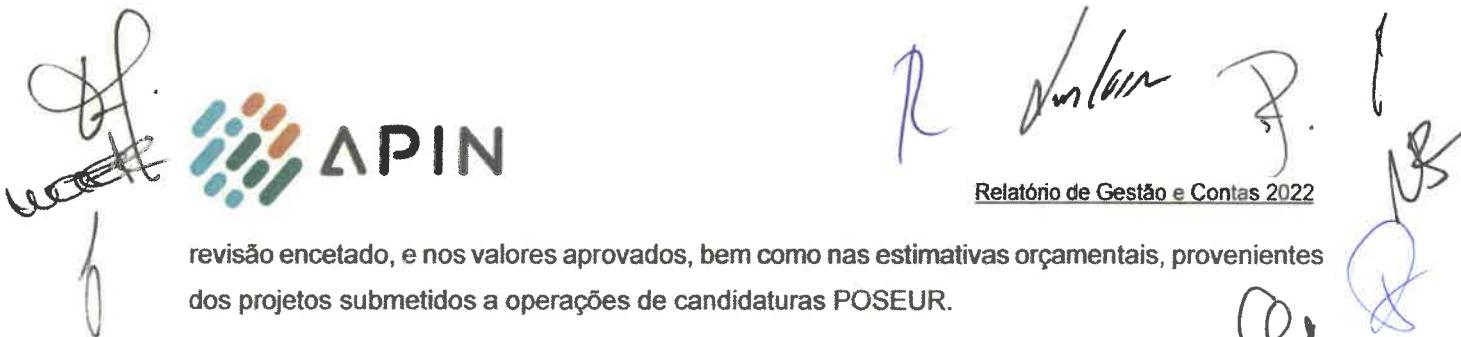


- ✓ POSEUR-03-2021-001225 (Pedrógão Grande) – projeto de execução do SAR de Tojeira – Lote E;
- ✓ POSEUR-03-2021-001220 (Pedrógão Grande) – Projeto de execução do sistema de saneamento de águas residuais de Pedrogão Grande e São Mateus: Lote F;
- ✓ POSEUR-03-2012-FC-001332 (Castanheira de Pera) – Beneficiação do sistema de saneamento de águas residuais de Corga, Pera, Bolo, Torgal, Palheira e ligação à ETAR de Castanheira de Pera: Lote C



Importa salientar que relativamente às obras referidas anteriormente, existiram condicionamentos relacionados com as ligações às infraestruturas das entidades em "alta", que geraram alguns atrasos nos processos.

De realçar também, que no decorrer do ano de 2022, continuou a não existir um Plano Diretor estratégico, para definição e priorização de investimentos. Assim, os critérios de calendarização e montantes a investir, estribaram-se nas datas, decorrentes do processo de



Relatório de Gestão e Contas 2022

revisão encetado, e nos valores aprovados, bem como nas estimativas orçamentais, provenientes dos projetos submetidos a operações de candidaturas POSEUR.

11.8 Planeamento e Projeto

Durante o ano de 2022 deram entrada 286 processos para análise técnica das condições de ligação, dos quais 251 deram entrada via municípios e 35 chegaram diretamente dos clientes. Foram requeridos 16 pedidos de informação cadastral nomeadamente pressão e caudal de abastecimento.

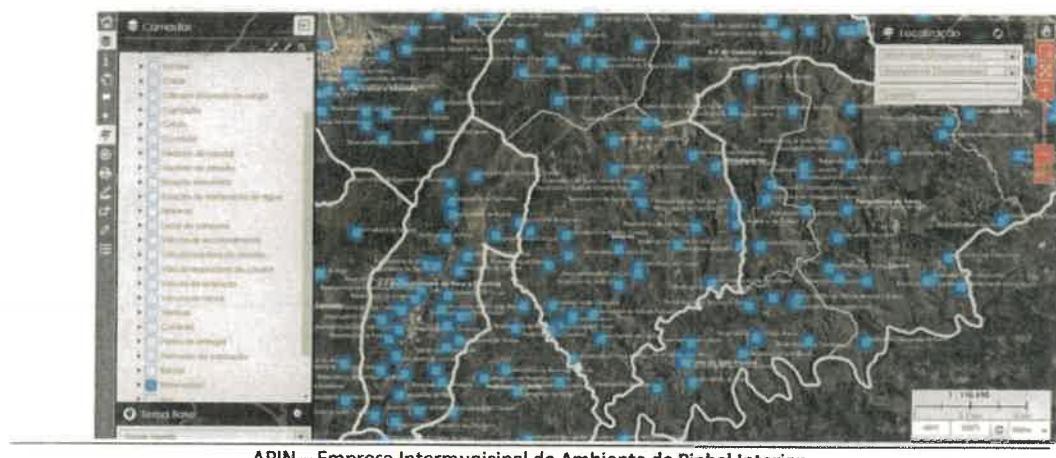
11.9 Sistema de Informação Geográfica (SIG) e Cadastro

Os sistemas de informação geográfica são importantes ferramentas de análise e apoio nas tomadas de decisão. Uma das características mais valorizada do SIG é a sua forte componente de interoperabilidade e versatilidade bidirecional, fazendo dele um poderoso aliado em todos os setores da estrutura organizacional da empresa.

A informação alfanumérica e geométrica das infraestruturas existentes nas estruturas de dados são a principal fonte de toda esta capacidade analítica. Como tal, tem um papel fundamental na qualidade dos *reports* apresentados. Assim, apresentar uma informação com elevado grau de rigor e confiança é uma das principais preocupações do SIG e cadastro.

Deste modo, o SIG irá apostar numa melhoria continua da qualidade da sua informação geográfica e cadastral das infraestruturas existentes, através da validação da informação existente para as diferentes áreas de atuação, bem como no investimento de novos levantamentos cadastrais projetados para os diversos municípios que fazem parte da sua área de atuação.

O SIG apoia os diversos departamentos internos na construção de mapas temáticos e saídas gráficas.



APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior



Por outro lado, o SIG não se pode aliar do desenvolvimento e utilização de soluções e aplicações tecnológicas “user friendly” que integrem toda a informação e que facilitem a recolha de nova informação, bem como a atualização e visualização de dados nas diversas áreas de atuação de empresa, como é o caso do visualizador de informação geográfica interno Geoportal.

As atividades desenvolvidas, no decorrer do ano de 2022, foram as seguintes:

- Atualização e melhoria da informação geográfica e cadastral existente;
- Elaboração de plantas cadastrais para os vários departamentos e polos operacionais;
- Construção de mapas temáticos e específicos de apoio à tomada de decisão para os vários departamentos organizacionais;
- Apoiar os vários departamentos, através da preparação de diversa informação em diversos formatos de dados, e para diferentes objetivos (dados analíticos);
- Elaboração do modelo de dados para o saneamento de águas residuais;
- Elaboração de simbologia de acordo com as normas e especificações técnicas, em consonância com o regulamento geral dos sistemas públicos prediais de distribuição de água e drenagem de águas residuais;
- Levantamento e atualização do cadastro de infraestruturas de abastecimento de água do município de Ansião;
- Criação e desenvolvimento de interoperabilidade entre os vários sistemas e tecnologias de informação existentes: SIG – Navia, SIG - Aquamatrix e SIG – GPS;
- Melhoria da construção do portal WEBSIG para visualização e consulta de informação geográfica e cadastral das infraestruturas existentes relativas ao abastecimento de água, saneamento de águas residuais e resíduos urbanos.

11.10 Segurança e Saúde no Trabalho

No ano de 2022, continuou a investir-se na definição de medidas relativas aos trabalhos realizados e aos equipamentos e máquinas utilizados, de modo a eliminar ou reduzir a exposição aos perigos e aos riscos associados.

Durante o ano de 2022, foram desenvolvidas diversas atividades, destacando-se as seguintes:

- Reforço e reposição de equipamentos de proteção individual e fardamentos;
- Continuação da identificação de perigos e avaliação dos riscos para a segurança dos trabalhadores, com a subsequente definição de medidas de controlo;
- Avaliação da adequabilidade dos equipamentos de proteção individual e coletiva e necessidades adicionais dos mesmos;

H. Ferreira



R. Wolter P. F. 18

Relatório de Gestão e Contas 2022

- Reforço da aquisição de equipamentos de proteção coletiva e sinalização vertical temporária ao nível das atividades junto às vias de comunicação;
- Continuação da elaboração da Ficha de Procedimento de Segurança para diversas atividades da APIN identificadas como sendo de risco;
- Acompanhamento de trabalhos no âmbito da Segurança e Higiene no Trabalho nas empreitadas do POSEUR;
- Controlo, ao nível da segurança, dos prestadores de serviço que desenvolvem atividade sobre alçada da APIN de modo a garantir o cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança;
- Continuação da caracterização dos ativos em termos das necessidades de segurança: guardas, acessos, linhas de vida, entre outros;
- Sensibilização contínua dos fornecedores no sentido da sua consciencialização e do seu comprometimento para o cumprimento das regras de segurança impostas pela legislação aplicável;
- Foram realizadas várias ações de sensibilização de segurança no trabalho, ao qual destacam-se as seguintes: 1) acolhimento e início de funções, incluindo riscos associados e respetivas medidas preventivas na utilização de equipamentos de proteção individual; 2) controlo e prevenção de substâncias psicoativas; 3) registo de acidentes de trabalho; 4) obrigatoriedade de utilização de fardamento e EPI's; e 5) locais de trabalho sem fumo.



11.11 Comunicação e Imagem

O início de atividade da APIN foi marcado por momentos complexos de sucessivas crises de comunicação, viveram-se dois anos de constante gestão de danos da imagem APIN. O ano de 2022 foi um ano de viragem, no que diz respeito à visibilidade externa e à notoriedade da empresa, as relações e a comunicação com os clientes e com a comunicação social local e regional melhorou consideravelmente. As críticas nas redes sociais reduziram significativamente, atenuando o ruído instalado em 2020 e 2021.

Este último ano foi marcado pelo lançamento e pela execução de grandes investimentos, contribuindo para dar visibilidade ao trabalho da APIN junto dos seus clientes.

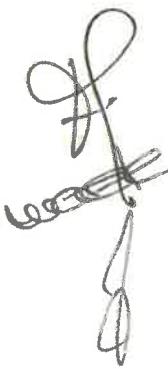
Divulgou-se amplamente nas redes sociais, no site da empresa e/ou por carta direta aos clientes e através da comunicação social conteúdos relativos às ações desenvolvidas pela empresa, destas destacamos as seguintes:

- Apresentação pública do projeto Eficiência Hídrica que contempla um investimento de cerca de € 4,8 milhões;



- ISEC e APIN assinam parceria de formação com o intuito da APIN poder vir a recrutar formandos do ISEC para estágios em contexto de trabalho, tendo como objetivos principais a dinamização da economia circular e uma inovação tecnológica que ajude a prevenir e a combater perdas de água.
- Registo e envio de provas de comunicação de projetos cofinanciados POSEUR, com definição de colocação de placas de obras – cumprimento das regras;
- No âmbito das diversas empreitadas que tiveram em curso em 2022, foram avisados, atempadamente, os municípios e municípios, de perturbações no fornecimento de água e na circulação rodoviária através da divulgação nas redes de mapas com a devida sinalética;
- Divulgação de reforço do número de contentores em Góis e na Lousã no âmbito do Rally de Portugal;





- Apresentação dos investimentos em Ansião: 1) assinatura do contrato de três empreitadas que representa um investimento de cerca de € 4,6 milhões a executar nas freguesias de Alvorge, Chão de Couce e Santiago da Guarda; e 2) Investimentos da operação Eficiência Hídrica que em Ansião representa um investimento de € 400 mil;
- Abertura de novo posto de serviço de apoio ao cliente no município de Góis;
- Apresentação do projeto Porta-a-Porta - "reciclagem com a recolha à sua porta, por uma boa causa";
- Divulgação da operação de manutenção e de higienização de reservatórios de água e de perturbações de abastecimento associadas às intervenções na rede;
- Dia Mundial do Ambiente;
- Suplemento em jornal: "APIN aposta na reciclagem e eficiência hídrica";



- Apresentação dos investimentos na Lousã: 1) assinatura do contrato de quatro empreitadas nas aldeias serranas no concelho da Lousã que representa um investimento de € 320 mil; e 2) investimentos da operação Eficiência Hídrica que na Lousã representa um investimento de € 555 mil.

- Apresentação dos investimentos em Castanheira de Pera: 1) assinatura do contrato de uma empreitada que representa um investimento de cerca de € 1,6 milhões; e 2) Investimentos da operação Eficiência Hídrica que em Castanheira de Pera representa um investimento de € 287 mil;



- Divulgação da operação de higienização e lavagem de contentores;
- Contactos de cooperação com a Águas do Centro Litoral, no âmbito da campanha “vamos fechar a torneira”;



- Apresentação dos investimentos em Pedrógão Grande: 1) assinatura do contrato de seis empreitadas que representam um investimento de cerca de € 3,2 milhões; e 2) Investimentos da operação Eficiência Hídrica que em Pedrógão Grande representa um investimento de € 322 mil.



- Apresentação dos investimentos em Vila Nova de Poiares: 1) assinatura do contrato de duas empreitadas que representam um investimento de cerca de € 1,6 milhões a executar nas freguesias de Poiares/Santo André e São Miguel de Poiares; e 2) Investimentos da operação Eficiência Hídrica que em Vila Nova de Poiares representa um investimento de € 450 mil.
- Edição especial em jornal com o balanço de atividade da empresa desde 2020;
- Encarte na fatura da APIN com mensagem de sensibilização para a poupança de água;
- Apresentação dos investimentos da operação Eficiência Hídrica que na Pampilhosa da Serra representa um investimento de € 653 mil e em Góis de € 440 mil.

Pampilhosa da Serra



Góis



F. S. /

- Apresentação da operação SIC-APIN com investimento em projeto de compostagem e entrega do 1.º compostor comunitário (operação SIC-APIN) – iniciativa inserida na Semana Europeia de Prevenção de Resíduos;
- Apresentação dos investimentos em Alvaiázere: 1) investimentos da operação Eficiência Hídrica que em Alvaiázere representa um investimento de € 415 mil; e 2) referência às três empreitadas de extensão dos sistemas de águas residuais que já se encontravam em curso, que representam um investimento de cerca de € 1,6 milhões.



11.12 Sistemas de Informação

Cibersegurança

A APIN está obrigada a cumprir com a alínea a) do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei 65/2021, de 30 de julho, que estabelece o regime jurídico de cibersegurança, tendo realizado durante o ano de 2022 uma auditoria nesse contexto.

Assim, e de acordo com o plano de segurança aprovado a 4 de outubro de 2022, a APIN estabeleceu alguns procedimentos para mitigar o risco de ataques para não comprometer a confidencialidade, integridade e disponibilidade da empresa.

Foram produzidos os seguintes documentos que orientam e estabelecem protocolos de segurança:

- Política de segurança da informação;
- Plano de segurança;
- Responsável de segurança;
- Metodologia para gestão de risco;
- Processo de gestão de incidentes.



Atualmente, a APIN está a finalizar a análise de risco e a preparar o relatório anual de regime jurídico da segurança do ciberespaço para entregar ao Centro Nacional de Segurança.

NAVIA

Em 2020 a APIN adquiriu o software operacional NAVIA que permite uma gestão eficiente da atividade da empresa. A dificuldade de compilar a informação de cadastro transitada dos municípios originou alterações ao cronograma de implementação inicialmente previsto.

Neste sentido, durante o ano de 2022, depois de finalizada a caracterização das infraestruturas da APIN, procedeu-se à elaboração das intervenções baseado em sintomas, causas e trabalhos que servem de suporte aos operadores. Em setembro de 2022 testou-se a intervenção de limpeza de fossas através deste software, para monitorizar a aplicabilidade do software em contexto de produção, e posteriormente integrado com o sistema de gestão comercial - Aquamatrix.

Após a integração bem-sucedida, foi alargado às equipas de operação e manutenção, que garantem o registo de recolha e análise de água, bem como, registos de tratamento efetuado.

Atualmente, a quase totalidade das equipas de operação e manutenção estão equipadas com dispositivos móveis, permitindo que a informação das operações esteja disponível para validação, análise e decisão.

De sublinhar que no final de 2022, o software NAVIA encontrava-se em fase avançada de implementação, já com elevado número de equipas a usar esta plataforma informática.

11.13 Responsabilidade Social

Ao nível da responsabilidade social, a APIN, na sequência da função social dos municípios que a constituem, fez constar no seu tarifário duas hipóteses de tarifário diferenciado.

Como tal, os utilizadores domésticos podem usufruir de tarifários especiais, quer sejam de menor rendimento (tarifário social) quer sejam famílias numerosas.

De acordo com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 147/2017, de 5 de dezembro, são elegíveis para beneficiar da tarifa social as pessoas singulares com contrato de fornecimento de serviços de águas e que se encontrem em situação de carência económica. Os municípios aderentes solicitam e obtêm a informação sobre a elegibilidade dos potenciais beneficiários, mediante o número de identificação fiscal do titular do contrato e do código do local de consumo, através da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), que para este efeito consulta os serviços competentes da Autoridade Tributária e Aduaneira e da Segurança Social.

PF
leia



*R. P. Amorim
PB*

Relatório de Gestão e Contas 2022

Q

12 ANÁLISE ECONÓMICO FINANCEIRA

Nos subcapítulos que se seguem, apresenta-se o detalhe da estrutura de rendimentos, gastos, bem como a situação de patrimonial no final de dezembro de 2022.

Oly

PA

12.1 Estrutura de Rendimentos

A estrutura de rendimentos da APIN foi de € 14,9 milhões, conforme quadro abaixo:

Quadro 19 - Rendimentos e ganhos

Rendimentos e Ganhos	2022	2021
Vendas	4 278 883	4 510 776
Prestação de serviços	8 827 355	8 946 968
Subsídios à exploração	1 556 310	68 806
Ganhos por aumentos de justo valor	0	31
Outros rendimentos e ganhos	237 352	49 642
Total	14 899 900	13 576 223
Valores em euros		Fonte Própria

O volume de negócios perfaz um montante de € 13,1 milhões, repartido pelas atividades de abastecimento de água (59%), saneamento de águas residuais (19%) e gestão de resíduos (22%).

12.2 Estrutura de Gastos

A estrutura de gastos da APIN foi de € 17 milhões, conforme quadro abaixo:

Quadro 20 - Gastos e perdas

Gastos e Perdas	2022	2021
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	4 785 892	4 621 548
Fornecimentos e serviços externos	7 150 695	6 817 672
Gastos com o pessoal	4 021 002	3 642 883
Gastos de depreciação e de amortização	718 719	411 952
Perdas por imparidade	87 627	414 221
Outros gastos e perdas	120 578	106 103
Gastos de perdas de financiamento	144 524	87 886
Total	17 029 037	16 102 265
Valores em euros		Fonte Própria

Os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), no montante de € 7,2 milhões, representaram cerca de 42,0% dos gastos operacionais. A rubrica de CMVMC's em 2022 diz



respeito ao custo com a aquisição de água em "alta". Por sua vez, o custo com o tratamento de efluentes e a gestão de resíduos em "alta", estão considerados em subcontratos, refletindo 49,6% do total contabilizado em FSE.

Os gastos com o pessoal traduzem um total de 203 colaboradores no final de dezembro de 2022, dos quais 11 foram admitidos no segundo semestre de 2022.

12.3 Resultado

O Resultado líquido do período de 2022 é de - € 1,7 milhões.

Quadro 21 - Resultados

Resultados	2022	2021
Resultado antes de depreciações, financiamento e impostos	-1 265 893	-2 026 204
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)	-1 984 613	-2 438 156
Resultado antes de impostos	-2 129 137	-2 526 042
Imposto sobre o rendimento do período	-9 177	-11 232
Imposto diferido	440 708	377 135
Resultado líquido do período	-1 697 606	-2 160 139

Valores em euros

Fonte Própria

12.4 Capital Próprio

O Capital Próprio da APIN no final de 2022 foi de € 18,9 milhões, dos quais € 21,3 milhões dizem respeito à contabilização de diversas candidaturas ao POSEUR, reconhecido na rubrica Outros devedores e credores em contrapartida da rubrica de Subsídios atribuídos e da rubrica Ajustamento em subsídios, representando o saldo da rubrica Ajustamentos em subsídios o valor de impostos estimados no valor de € 2,7 milhões.

A rubrica de Resultados Transitados (após a aplicação de resultados de 2021) foi incrementada no valor de € 2,5 milhões referente à compensação financeira a cargo dos sócios.

Quadro 22 - Capital próprio

Capital Próprio	2022	2021	Δ Valor	Δ %
Capital realizado	1 100 000	1 100 000	0	0,0%
Reservas legais	10 863	10 863	0	0,0%
Resultados transitados	853 190	487 287	365 903	75,1%
Outras variações no capital próprio	16 839 314	10 029 773	6 809 541	67,9%
Resultado líquido do período	-1 697 606	-2 160 139	462 533	-21,4%
Total do Capital Próprio	17 105 761	9 467 785	7 637 977	80,7%

Valores em euros

Fonte Própria



12.5 Principais Rácios Financeiros

No quadro que se segue apresenta-se os principais indicadores financeiros relativos aos anos de 2021 e 2022:

Quadro 23 - Indicadores da posição financeira

Indicadores da Posição Financeira	Fórmulas	2022	2021
Debt to Equity (x)	Dívida Financeira Líquida / Património Líquido	2,89	1,06
EBIT - Earnings Before Interest and Taxes (€)	Resultado Operacional	-1 984 613	-2 438 156
EBITDA - Earnings Before Interest, Taxes and Depreciation (€)	Resultado Operacional + Amortizações + Imparidades	-1 178 266	-1 611 983
Autonomia Financeira	Capital Próprio / Ativo	0,44	0,45
Solvabilidade	Capital Próprio / Passivo	0,77	0,81
Rentabilidade dos Capitais Próprios	Resultado Líquido / Capital Próprio	n.a.	n.a.

Fonte Própria

O Debt to Equity apresenta um nível de endividamento abaixo de 3,0x, ainda assim superior face ao ano anterior (1,06x). Os resultados operacionais apresentam o valor próximo de - € 2 milhões. Por seu lado, o EBITDA apresenta um valor de cerca de - € 1,2 milhões, refletindo uma margem EBITDA de - 9,0%.

A autonomia financeira da empresa em 2022 ascende a 0,44, enquanto o rácio de solvabilidade evidencia uma estrutura de capitais equilibrada (0,77).

12.6 Gestão de Riscos

A APIN encontra-se sujeita a uma variedade de riscos: risco de liquidez, risco de mercado e risco de catástrofe.

Para o desenvolvimento da sua atividade, a gestão dos mesmos é essencialmente controlada pela Administração e decorre do acompanhamento sistemático das principais operações da empresa e respetivos fluxos financeiros, e ainda pelo conhecimento que detém do mercado e do setor de atividade em que se insere.

As decisões tomadas pela Administração assentam em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas geram apenas riscos regularmente suportáveis pela empresa.

12.7 Ações Próprias

Tal como se verificou no quadro do capital próprio, a organização não detém quotas próprias nem efetuou aquisições ou alienações de ações próprias no decurso do exercício.



12.8 Negócio entre a Sociedade e os Seus Administradores

Dando cumprimento ao artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais, não existiram negócios entre a sociedade e os seus administradores no período de 2022.

12.9 Sucursais

A sociedade não detém sucursais em território nacional nem fora do território nacional.

12.10 Situação Fiscal e Contributiva

À data de encerramento das contas, a empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, à Segurança Social, nem a qualquer outra entidade pública.

*af
versão*



*R B. amaral /
R NR
B. C.
D.*

13 PERSPECTIVAS FUTURAS

A APIN, na sua génese, estabeleceu critérios rigorosos de eficácia, eficiência e economia na prossecução dos seus objetivos.

Com efeito, a qualidade do serviço passa pelos obtenção dos seguintes objetivos: 1) alcançar uma redução significativa do nível de perdas e de infiltrações através de um investimento regular na renovação e monitorização de redes; 2) alcançar um aumento generalizado da taxa de cobertura dos serviços de água e saneamento; 3) proceder a uma dinamização da economia circular, através da promoção da reciclagem multimaterial e valorização orgânica de resíduos urbanos; 4) monitorizar o sistema e as infraestruturas de forma eficiente; 5) reabilitar e reparar infraestruturas existentes; 6) renovação, lavagem e higienização periódica do parque de contentores e 7) melhorar os níveis de serviço e de satisfação dos clientes.

Neste sentido, a empresa intermunicipal projeta um plano de investimentos de € 143 milhões (€ 12 milhões executados durante o ano de 2022), dos quais mais de € 37 milhões (com apoio comunitário de € 20,1 milhões) estão previstos executar até ao final do ano de 2023 – candidaturas POSEUR.

No ano de 2023 pretende-se dar continuidade à execução das intervenções previstas, as que consubstanciam as operações já aprovadas pelo POSEUR, bem como a realização de outros investimentos de menor expressão financeira cuja necessidade venha a ser identificada para otimizar a atividade operacional da APIN, designadamente ao nível da satisfação do serviço prestado aos utilizadores. A sua execução visa, especialmente, as redes de água e saneamento de águas residuais, através de novas construções, remodelação e beneficiação e, também na melhoria da qualidade da água para abastecimento público.

Assim, para 2023 prevê-se um total de investimentos de cerca de € 21 milhões, com destaque para as seguintes obras com apoio Comunitário:

Alvaiázere:

- Freguesia de Alvaiázere: construção da extensão de redes de saneamento de águas residuais e novas ligações à ETAR de Alvaiázere (conclusão);
- Maçãs de Dona Maria continuação da expansão de redes de saneamento de águas residuais e construção de novas ligações à ETAR de Vale de Tábuas (conclusão);
- Pussos - São Pedro construção da extensão de redes de saneamento de águas residuais e em novas ligações à ETAR de Venda dos Olivais (conclusão).



L B. J. H. d
B. D.
A. P.

Ansião:

- Santiago da Guarda: ampliação das redes públicas de drenagem de águas residuais e na construção da estrutura de ligação à ETAR e de redes de drenagem de águas residuais de Alvorge (1.ª e 2.ª Fase) (conclusão);
- Chão de Couce construção de redes de saneamento de águas residuais e uma nova ligação de Chão de Couce à ETAR Vale de Tábuas (conclusão).

Castanheira de Pera:

- Corga, Pera, Bolo, Torgal e Palheira: Construção da extensão de redes de saneamento de águas residuais e novas ligações à ETAR de Castanheira de Pera (conclusão);

Ch
P.

Figueiró dos Vinhos

- Freguesia de Aguda: construção de redes de saneamento de águas residuais e novas ligações à ETAR de Tábuas; Expansão da rede de águas residuais domésticas da Aguda (conclusão);
- Vila de Figueiró dos Vinhos: construção de redes de saneamento de águas residuais e novas ligações à ETAR de Figueiró dos Vinhos (conclusão);
- Castanheira de Figueiró: construção da extensão de redes de águas residuais domésticas (conclusão);
- Colmeal e Lavandeira: construção da extensão de redes de águas residuais domésticas (conclusão);
- Santarém: construção da extensão de redes de águas residuais domésticas (conclusão);
- Valada, Serrada e Portelão: construção da extensão de redes de águas residuais domésticas (conclusão);
- Ribeira De S. Pedro, Douro e Porto Douro construção da extensão de redes de águas residuais domésticas (conclusão).

Lousã:

- Vale Nogueira: Construção Rede de Água nos lugares de Vale Pereira da Serra e Vale Nogueira (conclusão);
- Candal: Construção da ETA da Aldeia Serrana de Candal (conclusão);
- Talasnal: Construção da ETA da Aldeia Serrana de Talasnal (conclusão);
- Cerdeira: Construção da ETA da Aldeia Serrana de Cerdeira (conclusão);
- Casal Novo/Chiqueiro: Construção da ETA da Aldeia Serrana de Casal Novo/Chiqueiro (conclusão);



of.
we



L3.

un/ain

18

- Saneamento e novas ligações à ETAR de Semide/Poisão: lugares de Ceira dos Vales, Vales e Corte Velha (início e conclusão).

Pedrógão Grande

- São Mateus, Vale do Barco e Vale do Góis: construção de redes de saneamento de águas residuais - Ligação à ETAR de Pedrogão Grande (conclusão);
- Facaia: construção de redes de saneamento de águas residuais - Ligação à ETAR de Facaia (conclusão);
- Pinheiro Bordalo, Altardo, Graça, Casal dos Ferreiros e Casal da Francisca: construção de redes de saneamento de águas residuais - Ligação à ETAR de Atalaia (conclusão);
- Tojeira: construção de redes de saneamento de águas residuais - Ligação à ETAR de Pesos (conclusão).

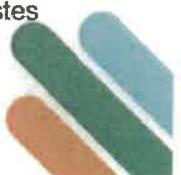
Penela

- Serrada de Freixiosa, Freixiosa, Dueça, Carregã, São Simão, Casais do Cabra, Santo António e Pastor: redes de saneamento de águas residuais – ligação à ETAR Quinta de Cima (conclusão);
- Louriceira, Venda das Figueiras e Câneve: redes de saneamento de águas residuais – ligação à ETAR Quinta de Cima (conclusão);
- Venda dos Moinhos, Grocinhas, Casal Novo, Viavai, Estrada de Viavai, São Paulo, Ribeirinho e Gagos (4.ª fase – Lote J): redes de saneamento de águas residuais – ligação à ETAR Quinta de Cima (conclusão).

Vila Nova de Poiares

- Cabecinhos, Vila Chã, Vale De Vaíde, S. Miguel, Vendinha: substituição dos coletores e construção de rede de saneamento e rede de abastecimento de água – ligação à ETAR de Vale de Vaíde (conclusão);
- São Miguel e Vendinha: construção de rede de drenagem de águas residuais (conclusão);
- Cabecinhos, Vila Chã, Vale De Vaíde, S. Miguel, Vendinha: substituição dos coletores e construção de rede de saneamento e rede de abastecimento de água - ligação à ETAR de Ribeira do Moinho (conclusão).

Importa salientar que do total das candidaturas aprovadas pelo POSEUR, existem 10 empreitadas no valor de € 8,5 milhões que pelo facto dos Concursos Públicos terem ficado consecutivamente desertos, foram postecipadas para 2024 e anos seguintes. Estes



investimentos serão submetidos ao próximo ciclo urbano da água que será gerido pelos Programas Operacionais Regionais:

- Castanheira de Pera - Freguesia de Castanheira de Pera - Bolo e Casalinho: Execução da Reformulação do Sistema de Adução a estas povoações;
- Castanheira de Pera - Sarzedas: investimento em obras de remodelação e beneficiação da ETAR para redução da poluição urbana nas massas de água;
- Castanheira de Pera - Anchas/Troviscal e Dórdio: Construção do Sistema Elevatório e Emissário com ligação às redes de saneamento de águas residuais à ETAR de Castanheira de Pera;
- Figueiró dos Vinhos - Zereiro, Coutada, Chãos, Forno Telheiro, Carapinhais e Laranjeira: construção da extensão de redes de águas residuais domésticas;
- Góis - Ponte de Sótão e Lugares limítrofes: construção de redes de saneamento de águas residuais e novas ligações à ETAR de Ponte de Sótão;
- Lousã - Construção da Rede Águas Residuais e Rede Águas Pluviais na Praceta Sá Carneiro;
- Pampilhosa da Serra - Amoreira: Redução da Poluição Urbana nas Massas de água, através de construção de redes de saneamento e abastecimento de água, de tratamento, drenagem e recolha das águas residuais;
- Pampilhosa da Serra - Pessegueiro: Redução da Poluição Urbana nas Massas de água, através de construção de redes de saneamento e abastecimento de água, de tratamento, drenagem e recolha das águas residuais;
- Penela - Venda dos Moinhos, Grocina, Casal Novo, Viavai, Estrada de Viavai, São Paulo, Ribeirinho e Gagos (2.ª fase – Lote J): redes de saneamento de águas residuais – ligação à ETAR Quinta de Cima;
- Vila Nova de Poiares - Ribas, Soutelo e Vilar: redução da poluição urbana nas massas de água, através de construção de redes de saneamento e abastecimento de água e de tratamento e recolha das águas residuais - ETAR de RIBAS.

A realização destes investimentos permitirá melhorar o desempenho funcional da empresa e obter desta forma ganhos significativos do ponto de vista operacional económico.

No decorrer de 2023, reforçar-se-ão as ações de fiscalização, tanto no que respeita a consumos ilícitos, como no que se refere ao cumprimento da obrigação de ligação dos alojamentos às redes públicas de água e saneamento.

Pretende-se também adaptar as instalações da Sede para acomodar toda a estrutura da APIN, que se encontra dividida entre o edifício do HIESE e a Sede na Zona Industrial (Penela).



*af
wes
b*



*213. Vilar
NS
D
CR
PA*

Relatório de Gestão e Contas 2022

Na área da faturação e cobrança, pretende-se monitorizar a evolução dos consumos de água através da telegestão domiciliária (dispositivos de telemetria instalados em contadores), para dar suporte à faturação.

As alterações climáticas têm ocasionado situações extremas, com períodos de seca prolongados que alternam com precipitações intensas e que podem vir a colocar em causa quer a qualidade quer quantidade de água disponível. Estas circunstâncias exigem o estabelecimento de medidas preventivas e de medidas de mitigação e resposta que garantam a disponibilidade de água para o abastecimento público com a máxima segurança e qualidade.

A administração da APIN está comprometida com um modelo de gestão que assegure as melhores condições de trabalho e uma adequada remuneração.

O território que a APIN abrange vai usufruir de significativas melhorias na qualidade dos serviços prestados, essencialmente após a conclusão de todas as obras que ainda se encontram em curso.

14 IMPOSTO DIFERIDO SOBRE O RENDIMENTO

Nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro n.º 25 do SNC, o reporte de imposto decorrente do prejuízo fiscal é reconhecido como um ativo do período em que ocorre quando “é provável que o benefício fluirá para a entidade” nos períodos seguintes.

Considerando as perspetivas futuras de revisão do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira, perspetivar-se-á a sustentabilidade da operação e a realização de lucro tributável por forma a recuperar o valor de ativos por impostos diferidos.

15 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração da APIN deseja expressar o seu agradecimento a todos os que contribuíram com o seu trabalho durante o ano de 2022, marcado pela estabilização da pandemia por COVID-19 e pelo início da guerra na Ucrânia, bem como, a todos os que desempenharam um papel fundamental neste terceiro ano de atividade, agradecendo também, particularmente:

- Aos municípios de Alvalázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares, pelo empenho e colaboração;



- A todos os trabalhadores da empresa, pela grande competência, empenho, dedicação e profissionalismo sempre evidenciados, apesar da conjuntura menos favorável;
- A todos os clientes particulares e empresariais que através da exigência fomentam uma melhoria contínua;
- Aos fornecedores, pelo esforço evidenciado na pronta satisfação das necessidades da empresa.

O rigor, a exigência, a transparência, a ética e um forte sentido de serviço público continuarão a estar no centro da atividade da APIN, tendo em conta o interesse dos utilizadores dos sistemas públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos.

16 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do disposto do artigo 30.º dos Estatutos da APIN e nos artigos 31.º a 33.º, na alínea f) do n.º 5 do artigo 66.º, no artigo 295.º e nos n.ºs 1, alínea b) e 2 do artigo 376.º todos do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido negativo do período de 2022, no valor de - € 1.697.606 seja transferido para resultados transitados.

17 TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A CARGO DOS SÓCIOS (Artigo 40.º, n.ºs 2 e 8 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto)

Perante o resultado negativo do período, o Conselho de Administração propõe a aplicação do mecanismo legal de reposição do equilíbrio previsto no n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, sendo que, «... no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa».

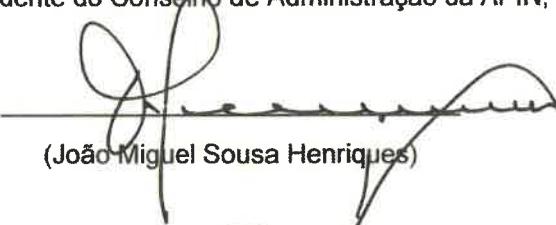
Neste sentido, importa salientar que, de acordo com os n.ºs 3 e 4 do mesmo artigo, os sócios terão de proceder à transferência financeira no mês seguinte à apreciação das contas, nos termos e nos prazos da lei comercial.

18 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

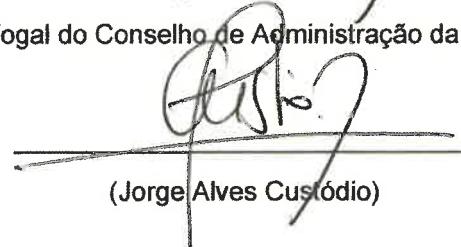
Não se verificaram factos ou acontecimentos relevantes posteriores a 31 de dezembro de 2022.

Penela, 7 de março de 2022

O Presidente do Conselho de Administração da APIN,


(João Miguel Sousa Henriques)

O Vogal do Conselho de Administração da APIN,


(Jorge Alves Custódio)

O Vogal do Conselho de Administração da APIN,


(Marta Inês Dinis Brás Cardoso Fernandes)

F. J. M. P. S. C. A.

Amorim
B
Cely
MA

A vertical column of handwritten signatures and initials, including "F.", "J.", "M.", "P.", "S.", "C.", "A.", "Amorim", "B", "Cely", and "MA".

19 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



19.1 BALANÇO

APIN - Emp. Interm. Amb. Pinhal Interior,EIM SA

BALANÇO EM 31 December 2022

Contribuinte 515515507

Moeda: EURO

Rúbrica	Notas	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos frutos tangíveis	9	14.395.266.96	3.409.102.01
Propriedades de investimento			
Goodwill	8	211.712.77	279.603.71
Ativos intangíveis			
Ativos biológicos			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		34.875.96	21.197.28
Outros investimentos financeiros		1.550.00	1.550.00
Créditos a receber	24	817.842.79	377.135.29
Ativos por impostos diferidos	24	15.461.048.48	4.068.588.29
Ativo corrente			
Inventários			
Ativos biológicos			
Clientes	14.23	1.807.284.89	1.652.203.60
Estado e outros entes públicos	25		459.825.15
Capital subscrito e não realizado			
Outros créditos a receber	24	17.681.978.38	13.387.789.19
Diferimentos		538.299.39	412.745.98
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	5	3.795.199.02	2.022.498.39
		23.822.761.88	17.935.062.31
Total do ativo		39.283.810.16	22.023.650.60
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital Subscrito		1.100.000.00	1.100.000.00
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais		10.863.28	10.863.28
Outras reservas			
Resultados transitados		853.189.83	487.286.61
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio		16.839.314.46	10.029.773.40
Dividendos antecipados			
Resultado líquido do período		-1.697.606.06	-2.160.138.79
Total do capital próprio		17.105.761.49	9.467.784.50
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos Obtidos	11.12	3.830.146.59	5.000.00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos	24	8.833.669.48	3.706.895.57
Outras dívidas a pagar		12.663.816.07	3.711.895.57
Passivo corrente			
Fornecedores	24	3.954.890.75	4.045.006.76
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	25	481.101.26	97.911.18
Financiamentos Obtidos	11.12	176.87	
Outras dívidas a pagar	24	5.068.688.67	4.867.033.19
Diferimentos		9.375.03	34.017.40
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
Total do passivo		9.514.232.80	8.843.970.53
Total do capital próprio e do passivo		22.178.048.67	12.855.866.10
		39.283.810.16	22.023.650.60

Órgão de Gestão:

Contabilista Certificado n.º

CC 65558



19.2 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

APIN - Emp. Interm. Amb. Pinhal Interior,EIM SA

Contribuinte: 515515507

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 December 2022

Moeda: EURO

Rúbrica	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Vendas e serviços prestados	22	13.106.235,38	13.457.743,73
Subsídios à exploração	32	1.556.309,51	68.605,95
Ganhos / perdas impulsionados de subsidiárias, associadas e empreendimentos			
Variação nos inventários de produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	20	-4.785.891,60	-4.821.547,78
Fornecimentos e serviços externos	27	-7.150.695,05	-6.817.871,67
Gastos com o pessoal	28	-4.021.001,90	-3.842.883,21
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14	-87.527,00	-414.221,00
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis			
Aumentos / reduções de justi valor			30,86
Outros rendimentos	29	237.382,01	49.642,06
Outros gastos	30	-120.577,56	-106.102,74
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-1.265.893,21	-2.026.203,80
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	31	-718.719,49	-411.952,21
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-1.984.612,70	-2.438.156,01
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	26	-144.624,33	-87.886,00
Resultado antes de impostos		-2.129.137,03	-2.626.042,01
Imposto sobre o rendimento do período	25	431.530,95	365.903,22
Resultado líquido do período		-1.697.606,08	-2.160.138,79

19.3 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

APIN - Emp. Interm. Amb. Pinhal Interior,EIM SA		Contribuinte: 515515507	
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES EM 31 December 2022		Moeda: EURO	
Rúbrica	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Vendas e serviços prestados	22	13.106.236,38	13.457.743,73
Custo das Vendas e dos Serviços Prestados	20,27	-9.163.352,58	-8.795.988,40
Resultado Bruto		3.942.885,80	4.661.755,33
Outros Rendimentos	32,29	1.793.661,52	118.478,87
Gastos de Distribuição		-2.773.234,07	-2.843.231,05
Gastos Administrativos		-4.947.925,95	-4.575.159,16
Gastos de Investigação e Desenvolvimento		-1.084.812,70	-2.438.156,01
Outros Gastos		-144.524,33	-87.886,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-2.129.137,03	-2.526.042,01
Gastos de Financiamento (Líquidos)		431.530,95	365.903,22
Resultado antes de Impostos		-1.697.606,08	-2.160.138,79
Imposto sobre o rendimento do período	25		
Resultado líquido do período			

Órgão de Gestão: _____

Contabilista Certificado n°: CC 65558

Página 93



19.4 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Entidade: APIN - Emp. Interm. Amb. Pinhal Interior EIM SA
 Contribuinte 515-15507
 Moeda: EURO

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA - PERÍODO FIMDO EM 31 December 2022

Rúbrica	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		14,318,887.92	15,179,083.56
Pagamentos a fornecedores		-14,138,822.79	-12,930,248.86
Pagamentos ao pessoal		-3,802,992.31	-3,247,060.35
Caixa gerada pelas operações		-3,822,927.18	-898,225.85
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		67,214.93	-122,832.33
Outros recebimentos/pagamentos		1,543,318.72	602,101.28
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-2,012,393.53	-518,956.70
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-5,922,528.37	-1,460,803.91
Ativos intangíveis		-144,302.91	-79,763.44
Investimentos financeiros		-20.25	-1.57
Outros ativos		-90.00	-1,457.98
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		2,182.05	1,338.94
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Sucessões ao investimento		8,169,054.51	986,980.85
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		104,295.03	-653,707.11
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		3,826,326.49	5,000.00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de Financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-1,003.03	
Juros e gastos similares		-144,524.33	-18.95
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		3,680,798.13	4,981.05
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		1,772,700.83	-1,067,682.76
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		2,022,498.39	3,090,181.15
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3,795,199.02	2,022,498.39
Caixa e seus equivalentes no fim do período - BALANÇETE		3,795,199.02	2,022,498.39



19.5 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO - 2022

APIN - Emp. Interm. Amb. Pinhal Interior, EIM SA
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DO PERÍODO EM 31 December 2022

Contribuinte 515515607

Moeda: EURO

Rubrica	Capital Realizado	Ações (Quotas) Próprias	Utilos Instrumentos Capital Próprio	Premios de Emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transaktion	Ajustamentos das Outras Variações de Património	Excedentes de Revalorização	Resultado Liquidado do Período	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2022	1.100.000,00				10.863,28		487.285,61			-2.160,138,7	561.988,90
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeria Aportação em SNC											
Alterações de Políticas Contabilísticas											
Diferenças de Conversão de Demonstrações Financeiras											
Realização do Excedente de Revalorização											
Excedente de Revalorização											
Ajustamentos das Impostos (Diferenças)											
Outras Alterações recebidas/dadas no Capital Próprio											
RESULTADO LÍQUIDO											
RESUMO DO RESULTADO INTEGRAL											
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											
Realizações de Capital											
Realizações de Premio de Emissão											
Dividendos											
Intrafazende para obturara da emissão											
Outras Operações											
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2022	1.100.000,00				10.863,28		853.189,83	16.839.314,-	-1.697.606,0	17.105.761,49	

Conselheira Certificada n.º

Origine da Gestão

Página 95





19.6 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO - 2021

Countryline 515515507

Quo

Rústica		Capital Realizado	Reservas Legais	Outros Recursos	Resultado Tardadorias	Excedentes de Revalorização	Realizado Líquido do Período	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2021		1.190.000,0				-34.483,96	217.265,97	1.222.679,61
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Prorrogação do SMC								
Alterações de Políticas Contábeis e legais								
CFI e mercados de Demanda e Oferta Financeira								
Realizado da Excessão de Revalorização Excedente de Revalorização								
Alugamentos por Reservas Dividendos								
Cobras Alterações reembolsadas no Capital Próprio								
RESULTADO LIQUIDO								
RESULTADO INTEGRAL								
Operações com Detentores de Capital no Período								
Realizações de Prêmio de Emissões								
Distribuições:								
Envios para cobertura de perdas								
Outras Operações								
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2021		1.190.000,0						1.222.679,61

access

三

Dyadic de Groot

R f P. J. J.
Relatório de Gestão e Contas 2022
Anexo
~~verso~~
D US
Ay
M

20 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



13.01.2023
m/n
NB
CJ
PD

NOTA 1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

- 1.1 Designação da entidade: APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S. A.
- 1.2 Morada: Zona Industrial de Penela, Lote 15, 3230-347 Penela
- 1.3 Número de identificação fiscal: 515 515 507
- 1.4 Natureza da atividade: Exploração e gestão do Sistema Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, o qual agrega os sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento, de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos dos municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares, no respetivo território.
- 1.5 Conservatória: Registo comercial e predial de Penela
- 1.6 Capital Social: 1.100.000 €
- 1.7 Período das demonstrações financeiras: Período findo em 31 de dezembro de 2022

NOTA 2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

2.2 Derrogação das disposições do SNC e efeitos nas demonstrações financeiras

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3 Comparação com o ano anterior

As demonstrações financeiras são comparáveis com o ano anterior.

*J. L. M. B. G.
J. F. B. C. M.*

NOTA 3 - ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

A adoção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de janeiro de 2009, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Nos termos dessa norma, não há efeitos reportados à data de transição para as NCRF (1 de janeiro de 2009).

NOTA 4 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

4.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M. S.A. são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de financiamento”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros gastos ou perdas operacionais”, para todos os outros saldos/transações.

4.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente valorizados pelo seu custo.

O custo do ativo fixo tangível além do preço de compra, inclui os direitos de importação e impostos não reembolsáveis, custos necessários para colocar o ativo na localização e condição de funcionamento, e exclui descontos comerciais e abatimentos.



É adotado o modelo do custo na mensuração subsequente à mensuração inicial, os ativos fixos tangíveis são valorizados pelo custo, menos depreciação acumulada e perdas por imparidade.

Os bens com vida útil limitada são depreciados em função da sua utilização, e assim que estejam concluídos ou em estado de uso. Dado que os terrenos têm vida ilimitada não são depreciados.

A quantia depreciável do ativo fixo tangível é imputada pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de bens. As taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a legislação aplicável.

O método de depreciação, vida útil e valor residual dos bens foram revistos e consideram-se apropriados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor, como segue:

Rúbricas	Vida Útil - Anos
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	8 a 40
Equipamento de transporte	4 a 6
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros ativos tangíveis	3 a 8

As despesas, com reparação e manutenção destes ativos, são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

São efetuados testes de imparidade sempre que existem indicadores que possam apontar para os mesmos.

A quantia escriturada do bem é despreconhecida no momento da alienação ou quando não se espere futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. Sendo, o ganho ou perda decorrente incluído nos resultados.



4.3. Propriedades de investimento

A entidade não detém propriedades de investimento.

4.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles adviem benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

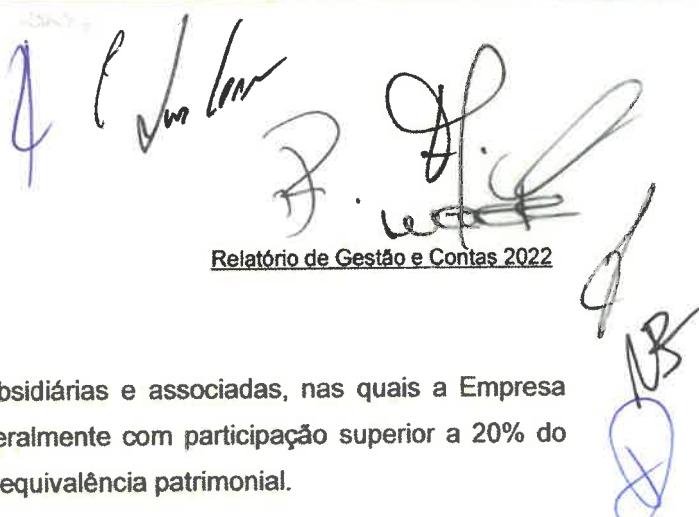
As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor.

Rúbricas	Vida Util - Anos
Projetos de desenvolvimento	3
Outros ativos intangíveis	3 a 10





4.5. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas subsidiárias e associadas, nas quais a Empresa detenha influência ou controlo significativos (geralmente com participação superior a 20% do capital social), são mensurados pelo método da equivalência patrimonial.

Os restantes investimentos financeiros são mensurados pelo método do custo.

4.6. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria até ao montante de 25.000,00 e 21% sobre o excedente. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda a Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2019 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação se baseia no plano de negócios da Empresa.

4.7. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio habitual, ou em alternativamente o método do custo específico. É registada

uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

4.8. Ativos biológicos

A entidade não detém ativos biológicos.

4.9. Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

4.10. Ativos financeiros detidos para negociação

A entidade não detém ativos financeiros detidos para negociação.

4.11. Ativos não correntes detidos para venda

De igual modo, a entidade não detém de investimentos disponíveis para venda.

4.12. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

4.13. Capital social

As ações ordinárias são classificadas em capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente



imputáveis à emissão de novas ações ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

4.14. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4.15. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

4.16. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

4.17. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.



Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

4.18. Rérito e regime do acréscimo

O rérito comprehende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rérito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rérito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rérito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

4.19. Reconhecimento do rérito em contratos de construção

A entidade não detém situações de contratos de construção.



4.20. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investimento estão registados em balanço na rubrica "Capital Próprios" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4.21. Custos dos Empréstimos obtidos

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. Outras despesas diretamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são igualmente incorporadas no custo dos ativos.

NOTA 5 - FLUXOS DE CAIXA

5.1 - Os valores apresentados em caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

5.2 - A tabela seguinte apresenta a desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

MEIOS LÍQUIDOS FINANCEIROS	2022	2021
Caixa	3 316	1 599
Depósitos à Ordem	3 791 883	2 020 899
Outros depósitos bancários	-	-
Outros instrumentos financeiros	-	-
Total	3 795 199	2 022 498

NOTA 6 - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS E ERROS

- 6.1 As demonstrações financeiras são comparáveis com as apresentadas no comparativo.
- 6.2 As políticas contabilísticas são consistentes entre os vários períodos apresentados.
- 6.3 Não se verificaram alterações em estimativas contabilísticas nos vários períodos apresentados.
- 6.4 Não foram identificados erros materiais de períodos anteriores nas demonstrações financeiras.

NOTA 7 - PARTES RELACIONADAS

Na data de reporte financeiro a Empresa era participada pelas seguintes Entidades:

- O município de Alvaiázere com o NIF 506 605 949 detém 8,98% do capital social, no valor nominal de € 98.780 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O município de Ansião com o NIF 506 605 930 detém 13,73% do capital social, no valor nominal de € 151.030 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O município de Castanheira de Pera com o NIF 506 731 324 detém 4,26% do capital social, no valor nominal de € 46.860 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O município de Figueiró dos Vinhos com o NIF 506 546 381 detém 5,82% do capital social, no valor nominal de € 64.020 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O município de Góis com o NIF 506 613 399 detém 7,20% do capital social, no valor nominal de € 79.200 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O município de Lousã com o NIF 501 121 528 detém 18,39% do capital social, no valor nominal de € 202.290 - Início da participação: 29 de julho de 2019.



- O município da Pampilhosa da Serra com o NIF 506 811 883 detém 7,90% do capital social, no valor nominal de € 86.900 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O município de Pedrógão Grande com o NIF 507 011 937 detém 5,54% do capital social, no valor nominal de € 60.940 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O município de Penacova com o NIF 506 657 957 detém 14,04% do capital social, no valor nominal de € 154.440 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O município de Penela com o NIF 506 778 037 detém 6,77% do capital social, no valor nominal de € 74.470 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O município de Vila Nova de Poiares com o NIF 505 371 600 detém 7,37% do capital social, no valor nominal de € 81.070 - Início da participação: 29 de julho de 2019.

Os saldos com Entidades relacionadas apresentam os seguintes montantes:

SALDOS COM PARTES RELACIONADAS	Ativo		Passivo	
	2022	2021	2022	2021
Clientes - Sócios				
Alvaiázere	14 363	55 747	-	-
Ansião	40 729	10 676	-	-
Castanheira de Pera	-	235	-	-
Figueiró dos Vinhos	57 736	140 323	-	-
Góis	27 096	55 780	-	-
Lousã	29 452	12 514	-	-
Pampilhosa da Serra	5 711	-	-	-
Pedrógão Grande	13 130	22 795	-	-
Penacova	103 228	105 042	-	-
Penela	15 767	3 015	-	-
Vila Nova de Poiares	930	6 568	-	-
Outros Devedores (Refaturação)				
Penela	619 785	-	-	-
Fornecedores - Sócios				
Alvaiázere	-	-	-	-
Ansião	-	-	-	-
Castanheira de Pera	-	-	23 433	23 433
Figueiró dos Vinhos	-	-	-	-
Góis	-	-	108 985	14 696
Lousã	-	-	1 744	-
Pampilhosa da Serra	-	-	96 550	96 550
Pedrógão Grande	-	-	-	-
Penacova	-	-	-	-
Penela	-	-	-	677
Vila Nova de Poiares	-	-	57 773	55 273
Total	927 927	412 696	288 485	190 628

NOTA 8 - ATIVOS INTANGÍVEIS

O método de depreciação, vida útil e valor residual dos bens foram revistos e consideram-se apropriados.

O método de amortização usado é o das quotas constantes.

As seguintes tabelas evidenciam a movimentação nos ativos intangíveis de 2022 e 2021:

ATIVOS INTANGÍVEIS	31 de dezembro de 2022				
	Saldo em 01/01/22	Aquisições Amort.	Abates Transf.	Revaloriz.	Saldo em 31/12/22
Goodwill	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	243 901	34 476	-	-	278 377
Programas de computador	-	-	-	-	-
Propriedade industrial	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis e em curso	120 257	22 897	-	-	143 154
Total do ativo bruto	364 158	57 373	-	-	421 531
Amortizações acumuladas	(84 554)	(125 263)	-	-	(209 817)
Outros ativos intangíveis e em curso	-	-	-	-	-
Total do ativo líquido	279 604	(67 891)	-	-	211 713

ATIVOS INTANGÍVEIS	31 de dezembro de 2021				
	Saldo em 01/01/21	Aquisições Amort.	Abates Transf.	Revaloriz.	Saldo em 31/12/21
Goodwill	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	96 363	147 539	-	-	243 901
Programas de computador	-	-	-	-	-
Propriedade industrial	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis e em curso	112 786	7 470	-	-	120 257
Total do ativo bruto	209 149	155 009	-	-	364 158
Amortizações acumuladas	(9 308)	(75 245)	-	-	(84 554)
Outros ativos intangíveis e em curso	-	-	-	-	-
Total do ativo líquido	199 840	79 763	-	-	279 604

NOTA 9 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A seguinte tabela evidencia a movimentação nos ativos fixos tangíveis de 2022 e 2021:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	31 de dezembro de 2022				
	Saldo em 1/jan/22	Aquisições Deprec.	Abates Transf.	Revaloriz.	Saldo em 31/dez/22
Ativo bruto					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	108 051	-	-	-	108 051
Equipamento básico	366 060	699 310	-	-	1 065 370
Equipamento de transporte	2 112 914	216 065	(300)	-	2 328 979
Equipamento administrativo	138 828	64 917	-	-	203 745
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	19 902	6 711	-	-	26 612
Investimentos em curso	1 050 093	10 592 474	-	-	11 642 567
Total do ativo bruto	3 795 848	11 579 477	(300)	-	15 375 324
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(17 554)	(9 602)	-	-	(27 156)
Equipamento básico	(48 627)	(93 226)	-	-	(141 853)
Equipamento de transporte	(276 203)	(444 822)	144	-	(720 881)
Equipamento administrativo	(41 777)	(41 487)	-	-	(83 264)
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	(2 584)	(4 319)	-	-	(6 904)
Total de depreciações acumuladas	(386 745)	(593 456)	144	-	(980 057)
Total de perdas por imparidade					
Total do ativo líquido	3 409 102	10 986 021	(156)	-	14 395 267



ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Saldo em 1/jan/21	Aquisições Deprec.	Abates Transf.	Revaloriz.	Saldo em 31/dez/21
Ativo bruto					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	90 849	17 201	-	-	108 051
Equipamento básico	161 932	204 129	-	-	366 060
Equipamento de transporte	526 034	1 586 880	-	-	2 112 914
Equipamento administrativo	85 860	52 968	-	-	138 828
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	6 140	13 762	-	-	19 902
Investimentos em curso	95 191	954 902	-	-	1 050 093
Total do ativo bruto	966 006	2 829 842	-	-	3 795 848
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(3 359)	(14 195)	-	-	(17 554)
Equipamento básico	(9 221)	(39 406)	-	-	(48 627)
Equipamento de transporte	(26 886)	(249 317)	-	-	(276 203)
Equipamento administrativo	(14 900)	(26 877)	-	-	(41 777)
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	(385)	(2 199)	-	-	(2 584)
Total de depreciações acumuladas	(54 751)	(331 994)	-	-	(386 745)
Total de perdas por imparidade	-	-	-	-	-
Total do ativo líquido	911 255	2 497 848	-	-	3 409 102

NOTA 10 - ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES DESCONTINUADAS

Não aplicável.

NOTA 11 - LOCAÇÕES

Quando aplicável os saldos pendentes de locações são os que se apresentam de seguida:

LOCAÇÕES	2022		2021	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Locações financeiras	16 320	177	-	-
Total	16 320	177	-	-



NOTA 12 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o saldo da rubrica "financiamentos obtidos" está discriminado como se segue:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS	2022		2021	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	3 813 827	-	5 000	-
Descobertos bancários	-	-	-	-
Locações financeiras	16 320	177	-	-
Outros empréstimos	-	-	-	-
Total	3 830 147	177	5 000	-

Relativamente à rubrica de empréstimos bancários, cerca de € 1,3 milhões dizem respeito ao financiamento da Linha BEI PT 2020 – Autarquias e € 2,6 milhões ao financiamento de banca comercial.

NOTA 13 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Não aplicável.

NOTA 14 - IMPARIDADE DE ATIVOS

14.1 Imparidade de Inventários

Não aplicável.

14.2 Imparidade de Dívidas a Receber

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos gastos relativo a Imparidade de Dívidas a Receber dos períodos de 2022 e 2021.

IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER	2022	2021
Imparidade acumulada no início do período	627 653	213 432
Perdas do exercício	87 627	414 221
Reversões do exercício	-	-
Imparidade acumulada no fim do período	715 280	627 653

A Empresa constituiu imparidades para clientes com dívidas vencidas superiores a 30 dias de antiguidades, excluindo as classes de consumo: 1) municípios; 2) Juntas de Freguesia e 3) Estado.



NOTA 15 - INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Não aplicável.

P. C. Vilarim
M. H.
NR
OK
M.

NOTA 16 - CONCENTRAÇÕES DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Não aplicável.

OK
M.

NOTA 17 - INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO

Não aplicável.

M.

NOTA 18 - EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS

Não aplicável.

NOTA 19 - AGRICULTURA

Não aplicável.

NOTA 20 - INVENTÁRIOS

O consumo de mercadorias vendidas e das matérias consumidas, assim como, a discriminação do inventário apresentado pela gerência a 31 de dezembro de 2022 e 2021, é descrito na seguinte tabela:



INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLOGICOS	2022	2021
Inventário inicial de Mercadorias, Mat. Consumidas e At. Biológicos Consumo	-	39 571
Compras	4 785 892	4 581 976
Reclassificação e regularização	-	-
Custo das mercadorias vendidas, matérias e ativos biológicos consumidos	(4 785 892)	(4 621 548)
Inventário final de Mercadorias, Mat. Consumidas e At. Biológicos Consum.	-	-
Imparidade acumulada de Merc., Mat. Consumidas e At. Biológicos Consum.	-	-
Sub-total:	-	-
Produtos acabados e intermédios	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-
Ativos biológicos de produção	-	-
Imparidade acumulada de produtos e At. Biológicos de produção	-	-
Sub-total:	-	-
Total de inventários e de ativos biológicos	-	-

Em 2022, o valor contabilístico de materiais em armazém está contabilizado na rubrica de Gastos a reconhecer.

Variação nos Inventários da Produção

Não aplicável.

Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas, períodos de 2022 e 2021:

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	2022	2021
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	4 785 892	4 621 548
Ativos biológicos (consumíveis)	-	-
Total	4 785 892	4 621 548

Nesta rubrica encontra-se registada sobretudo a compra de água em "alta" adquirida à Águas do Centro Litoral, S.A. e à Águas do Vale do Tejo, S.A. e em menor escala à Águas do Planalto, S.A., ao município de Arganil e ao município de Condeixa.

NOTA 21 - CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Não aplicável.

*P. J. Amorim
J. P. Guedes*

NOTA 22 - RÉDITO

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Vendas e Prestação de Serviços dos períodos de 2022 e 2021.

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS por Naturezas	2022	2021
Vendas de Mercadorias	4 278 883	4 510 776
Vendas de Produtos Acabados	-	-
Prestação de Serviços	8 827 355	8 946 968
Total	13 106 238	13 457 744

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS por Mercados	2022	2021
Nacional	13 106 238	13 457 744
União Europeia	-	-
Paises Terceiros	-	-
Total:	13 106 238	13 457 744

A diminuição verificada em 2022 face a 2021, deve-se essencialmente ao processo de ajustamento da faturação que ocorreu em 2021, que foi concluído no decorrer do primeiro semestre de 2021. O valor apurado no final de 2022 incorpora cerca de € 431,7 mil relativo ao acréscimo de rendimentos de vendas e prestações de serviços.

NOTA 23 - CLIENTES

O saldo correspondente à rubrica de Clientes no final do exercício 2022 e 2021 apresenta o seguinte detalhe:

CLIENTES	2022	2021
Clientes conta corrente	1 807 285	1 652 204
Clientes títulos a receber	-	-
Clientes factoring e outros	-	-
Clientes cobrança duvidosa	715 280	627 653
Clientes perda por imparidade acumuladas	(715 280)	(627 653)
Total	1 807 285	1 652 204
Adiantamentos de Clientes	-	-



NOTA 24 - FORNECEDORES E OUTROS DEVEDORES E CREDORES

O saldo correspondente à rubrica de Fornecedores no final do exercício 2022 e 2021 apresenta a seguinte decomposição:

FORNECEDORES	2022	2021
Fornecedores gerais	2 479 609	4 045 009
Fornecedores de investimentos	1 475 282	-
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores confirming e outros	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Fornecedores perdas por imparidade acumuladas	-	-
Total	3 954 891	4 045 009

A rubrica de Fornecedores encontra-se influenciada pelo valor em dívida ao fornecedor Águas do Centro Litoral, S.A., com € 1 milhão, representa cerca de 26% do total da dívida a fornecedores a 31 de dezembro de 2022.

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E DÍVIDAS A PAGAR	2022	2021
A RECEBER	18 501 371	13 786 474
Fornecedores - Devedores	11 608	3 054
Ativos por impostos diferidos	817 843	377 135
Devedores de fornecedores de investimentos	31 451	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	431 675	439 366
Outros devedores	17 208 794	12 946 919
A PAGAR	(13 902 358)	8 373 929
Credores por acréscimos de gastos	(1 697 297)	(1 024 772)
Outros credores	(12 205 061)	(7 349 157)
Total	4 599 013	5 392 545

O reporte de imposto decorrente do prejuízo fiscal é reconhecido como um ativo do período em que ocorre. Neste sentido, foi apurado o valor de € 440,7 mil relativo a Ativos por Impostos Diferidos, sendo o valor acumulado desta rubrica de € 817,8 mil.

A rubrica de Outros devedores inclui subsídios para investimentos no âmbito de projetos POSEUR no montante de € 13,9 milhões e € 383,1 mil do Fundo Ambiental, € 1,8 milhões relativo ao registo da TRH (Taxa de Recursos Hídricos) e da TGR (Taxa de Gestão de Resíduos), bem como, € 619,8 mil referente a valores refaturados aos municípios no âmbito de obras cuja responsabilidade é dos próprios municípios, uma vez que a sua finalidade não se enquadra nas atividades delegadas na APIN.

As referidas obras (refaturadas aos municípios) foram incluídas nos projetos de execução, cuja elaboração foi da responsabilidade dos municípios, e cuja construção veio mais tarde a ser delegada pelos mesmos na APIN, sendo os municípios os únicos beneficiários das referidas

bras. Estes investimentos consubstanciam maioritariamente: 1) intervenções em redes pluviais; 2) pavimentações para além da largura da vala necessária à execução de redes de água/saneamento e; 3) outros investimentos da responsabilidade do município, como por exemplo: arranjos urbanísticos, muros, entre outros, configurando assim obras excluídas do âmbito das funções delegadas na APIN. À data de 31 de dezembro de 2022 a APIN tinha já executado um conjunto de obras desta natureza que foram refaturadas aos municípios correspondentes pelo mesmo exato valor do custo da obra. O valor refaturado aos municípios é contabilizado na rubrica de Outros Devedores. A 31 de dezembro de 2022 encontra-se refaturado, sendo que ainda se encontram trabalhos por refacturar, e não liquidado por parte dos municípios (saldo em aberto) o valor de € 619.784,97, correspondente ao Município de Penela.

A rubrica de Credores por acréscimo de gastos inclui o valor de € 814 mil referente aos gastos que a APIN tenderá a suportar com a operação no município de Penacova, tendo por base o valor da componente fixa do protocolo estabelecido em janeiro de 2020 entre a APIN e os onze Municípios.

A rubrica Outros credores inclui o valor de € 5,6 milhões, referente a acordos de pagamento com Águas do Centro Litoral, S.A. e a Águas do Vale do Tejo, S.A, a contabilização do saldo de impostos diferidos associados ao reconhecimento dos subsídios ao investimento no valor de € 4,4 milhões, o valor de € 1,7 milhões referente ao registo da TRH e da TGR, bem como € 411,6 mil relativo a retenções para reforço de caução de fornecedores.

NOTA 25 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	2022	2021
Ativo	-	459 825
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	-	78 447
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	381 198
Segurança social / CGA	-	-
Outros impostos e taxas	-	180
Passivo	(481 101)	(97 912)
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	(9 177)	(11 232)
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	(23 487)	(22 392)
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	(367 473)	-
Segurança social / CGA	(78 050)	(62 930)
Outros impostos e taxas	(2 915)	(1 358)
Total	(481 101)	361 913



NOTA 26 - RESULTADOS FINANCEIROS

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos "resultados financeiros" dos períodos de 2022 e 2021:

RESULTADOS FINANCEIROS	2022	2021
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Juros e gastos similares suportados	144 524	87 886
Juros suportados	144 524	87 886
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamentos	-	-
Resultados financeiros	144 524	87 886

NOTA 27 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A seguinte tabela evidencia a repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos a 31 de dezembro de 2022 e 2021:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2022	2021
Subcontratos	4 377 461	4 174 441
Serviços especializados	1 093 414	894 648
Trabalhos especializados	394 375	501 471
Publicidade e propaganda	1 682	9 234
Conservação e reparação	675 162	361 503
Outros	22 195	22 439
Materiais	53 846	141 422
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	25 109	104 765
Livros e documentação técnica	549	95
Material de escritório	12 023	14 863
Outros	16 166	21 699
Energia e fluidos	904 762	809 715
Deslocações, estadas e transportes	2 518	2 263
Serviços diversos	718 694	795 183
Rendas e alugueres	125 950	163 444
Comunicação	351 135	384 303
Seguros	111 214	78 614
Contencioso e notariado	-	1 693
Limpeza, higiene e conforto	114 654	150 710
Outros serviços	15 741	16 420
Total	7 150 695	6 817 672

A rubrica de subcontratos representa cerca de 61,2% do total de gastos com fornecimentos e serviços externos. Esta rubrica inclui sobretudo o custo do tratamento de efluentes em "Alta" e o custo com a gestão dos resíduos em "Alta".

O valor contabilizado na rubrica de energia e fluidos dizem essencialmente respeito a combustíveis (€ 625,8 mil) e energia (€ 267,2 mil).

Relativamente à rubrica de conservação e reparação verifica-se um aumento de 86,8% face a 2021, que se deve, essencialmente, aos gastos com manutenção de redes que teve um aumento de € 386,6 mil.

De referir que a Empresa teve custos com a lavagem e desinfeção de contentores no ano de 2022 no valor de aproximadamente € 93,3 mil, registado na rubrica de Limpeza, higiene e conforto.

NOTA 28 - GASTOS COM PESSOAL

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos valores relativo a Gastos com Pessoal dos períodos de 2022 e 2021:

GASTOS COM PESSOAL	2022	2021
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	3 167 789	2 922 322
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	698 825	644 690
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	70 209	43 844
Gastos de ação social	-	-
Outros gastos com o pessoal	84 180	32 028
Total	4 021 002	3 642 884

Na rubrica de Outros gastos com o pessoal foram registados € 40,1 mil respeitantes a gastos com fardamento, € 12,3 mil referente a gastos com Higiene e Segurança no Trabalho e € 8 mil relativo a gastos com formação, que correspondem, em conjunto, a 71,7% do total de gastos desta rubrica.

No período de 2022, a Empresa remunerou em média 202 colaboradores (181 em 2021).



NOTA 29 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Outros Rendimentos e Ganhos dos períodos de 2022 e 2021:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	2022	2021
Rendimentos suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 400	321
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	8	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	3 142
Imputação de subsídios para investimentos	121 489	24 267
Outros rendimentos	114 454	21 912
Total	237 352	49 642

No valor contabilizado em 2022 na rubrica de Outros Rendimentos, cerca de 52,8% são referentes ao envio de cartas de 2.º aviso aos clientes para pagamento de faturas em atraso e 32,3% a incumprimentos contratuais.

NOTA 30 - OUTROS GASTOS E PERDAS

A tabela seguinte mostra de uma forma discriminada a rubrica "outros gastos e perdas" considerados nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2022 e 2021:

OUTROS GASTOS E PERDAS	2022	2021
Impostos	40 791	27 378
Descontos de pronto pagamento concedidos	0	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	96	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	246	-
Correções relativas a períodos anteriores	68 678	11 735
Quotizações	530	630
Ofertas e amostras de inventários	-	-
Insuficiência da estimativa para impostos	-	20 000
Outros gastos e perdas não especificados	10 236	46 360
Total	120 578	106 103



NOTA 31 - GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos gastos relativo a Gastos / Reversões de depreciação e amortização dos períodos de 2022 e 2021:

GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	2022	2021
Propriedades de investimento	-	-
Ativos fixos tangíveis	593 456	336 707
Ativos intangíveis	125 263	75 245
Reversões	-	-
Total	718 719	411 952

O aumento verificado em 2022 face a 2021, reflete a maior quantidade de investimentos efetuados pela Empresa no decorrer do ano de 2022, nomeadamente na renovação e expansão das redes de drenagem de águas residuais.

NOTA 32 - SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Subsídios à Exploração dos períodos de 2022 e 2021:

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	2022	2021
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1 556 310	1 023 290
Subsídios de outras entidades	-	-
Total	1 556 310	1 023 290

A Empresa recebeu dois subsídios à exploração decorrente do Fundo Ambiental, atribuído pelo Governo, no montante de € 750 mil cada.

NOTA 33 – HONORÁRIOS DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

No ano de 2022, os honorários totais faturados pelos Revisor Oficial de Contas (sem IVA) ascenderam a € 8.517,60 e referem-se na íntegra ao serviço de revisão legal das contas.

NOTA 34 - EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Não aplicável.

NOTA 35 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não aplicável.



NOTA 36 - MATERIAS AMBIENTAIS

Não aplicável.

NOTA 37 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Não aplicável.

NOTA 38 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Não aplicável.

NOTA 39 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Não aplicável.

NOTA 40 – GARANTIAS PRESTADAS

A relação das garantias bancárias prestadas a terceiros em 31 de dezembro de 2022 era a seguinte:

Data	Prestada por:	Montante	N.º Garantia	Beneficiário	Natureza
28/12/2021	Caja de Crédito Agrícola	1 912 843 €	72007104041	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	Linha BEI PT 2020 – Autarquias (POSEUR-03-2012-FC-001086 - Despoluição integrada da Bacia do Dueça - Penela)
14/09/2022	Millennium BCP	179 440 €	1252321300	Infraestruturas de Portugal, S.A.	Boa execução (cumprimento de obrigações emergentes de alvará de licença de obra)

NOTA 41 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

NOTA 42 - INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

O Conselho de Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2022, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2022.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.





P. J. I. B.
Q. O. M.

XII. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.

5777 27/06/2023

Exmo. Sr.:

António José Ferreira Lopes

Presidente da Câmara

Municipal de Pedrógão Grande

Largo da Devesa, nº 14

3271-909 Pedrógão Grande

ASSUNTO: Parecer e CLC Contas Consolidadas

Entroncamento, 2023.06.22

Exmo. Senhor Presidente:

Para os devidos efeitos junto anexo Parecer e Certificação Legal das Contas Consolidadas do Município referentes ao ano de 2022

Apresentamos os nossos melhores cumprimentos.

Atentamente

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'José de Jesus Gonçalves Mendes'.

José de Jesus Gonçalves Mendes

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Pedrógão Grande**, (o Grupo) que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 36 875 milhares de euros e um total de fundos próprios de 31 567 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 512 milhares de euros), a demonstração de resultados por natureza consolidada, a demonstração das alterações no património líquido consolidada, a demonstração de fluxos de caixa consolidados, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **Município de Pedrógão Grande** em 31 de dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes do Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração da consolidação de contas 2022 nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental (que evidencia um total de receita total de 10 341 milhares de euros e um total de despesa total de 7 636 milhares de euros) e a demonstração de execução orçamental da receita e da despesa relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

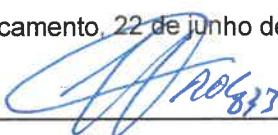
O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspectos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre a consolidação de contas 2022

Em nossa opinião, a consolidação de contas 2022 foi preparada de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Entroncamento, 22 de junho de 2023



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda
Representada por José de Jesus Gonçalves Mendes
(ROC nº 833; CMVM n.º 20160459)

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS
(Contas Consolidadas)

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação do Órgão Deliberativo do Município de Pedrógão Grande o nosso parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do **Município de Pedrógão Grande**, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
2. Na qualidade de Revisores Oficiais de Contas do Município, emitimos a respetiva Certificação Legal de Contas que para todos os efeitos, aqui se dá como integralmente reproduzida.
3. No âmbito das nossas atribuições e competências acompanhámos a elaboração das contas consolidadas, tendo recebido dos Serviços Administrativos todos os elementos e esclarecimentos que entendemos necessários para o desempenho das nossas funções.

PARECER DA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

4. Em face do exposto, não tendo tomado conhecimento de violação da lei somos de parecer que:
 - Que a consolidação de contas 2022, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, está em condições de ser aprovada pela Assembleia Municipal.

Finalmente, os Revisores Oficiais de Contas desejam agradecer ao órgão Executivo e aos Serviços do Município toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Entroncamento, 22 de junho de 2023

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda.,
representada por



José de Jesus Gonçalves Mendes
(ROC n.º 833; CMVM n.º 20160459)